



TAYNARA DE PAULA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE MULHERES NEGRAS NA
POLÍTICA NOS PERFIS DO *INSTAGRAM* DE BENEDITA DA
SILVA (PT) E ÉRIKA HILTON (PSOL)**

**LAVRAS - MG
2025**

TAYNARA DE PAULA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA NOS
PERFIS DO *INSTAGRAM* DE BENEDITA DA BILVA (PT) E ÉRIKA HILTON
(PSOL)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Análise do Discurso, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Luciana Soares da Silva
Orientadora

LAVRAS - MG
2025

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Silva, Taynara de Paula.

A construção do ethos de mulheres negras na política nos perfis do instagram
de Benedita da Silva (pt) e Érika Hilton (psol) / Taynara de Paula Silva. - 2025.
151 p. : il.

Orientadora: Luciana Soares da Silva

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal de Lavras,
2025. Bibliografia.

1. ethos. 2. mulheres negras. 3. análise do discurso. 4. representatividade. 5.
Instagram. I. Soares da Silva, Luciana . II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

TAYNARA DE PAULA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA NOS
PERFIS DO *INSTAGRAM* DE BENEDITA DA SILVA (PT) E ÉRIKA HILTON
(PSOL)**

**THE CONSTRUCTION OF THE *ETHOS* OF BLACK WOMEN IN POLITICS ON
THE *INSTAGRAM* PROFILES OF BENEDITA DA SILVA (PT) AND ÉRIKA
HILTON (PSOL)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Análise do Discurso, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA EM 10 DE JUNHO DE 2025.

Dr(A). Lucia Maria de Assis UFF

Dr(A). Marcio Rogerio de Oliveira Cano UFLA

**Profa. Dra. Luciana Soares da Silva
Orientadora**

**LAVRAS - MG
2025**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Expresso meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal de Lavras (UFLA), ao Departamento de Estudos da Linguagem (DEL) e à Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras (FAELCH) pela oportunidade de realização deste mestrado e pelo ambiente acolhedor e estimulante à formação acadêmica.

Agradeço, com carinho, aos(as) professores(as) do Departamento de Estudos da Linguagem pela generosidade nos ensinamentos, pela escuta atenta e pela convivência respeitosa e inspiradora ao longo da jornada.

À Professora Dra. Luciana Soares da Silva, minha orientadora, expresso minha profunda gratidão pela orientação cuidadosa, pela paciência, amizade, dedicação e pelos ensinamentos que foram essenciais para a construção deste trabalho e para meu crescimento acadêmico e profissional.

RESUMO

A participação ativa de mulheres negras no cenário sociopolítico brasileiro é um fenômeno de alta relevância, exigindo uma investigação que aborde a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. A histórica falta de visibilidade e voz desse grupo, agravada pelo viés midiático, ressalta a urgência de desvendar as dinâmicas sociais contemporâneas. Dados da Pesquisa Gênero e Raça nas Eleições de 2022, realizada pelo Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP), revelam que a taxa de sucesso das candidaturas de mulheres negras foi de apenas 5,65% nas eleições de 2022, em contraste com 11,31% e 60,62% para mulheres e homens brancos, respectivamente (ONMP, 2022). Esse cenário evidencia não apenas a sub-representação política, mas também barreiras estruturais que dificultam a participação plena das mulheres negras, como destaca Gonzalez (2020, p. 64), “ser negra e mulher no Brasil [...] é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. Esta pesquisa analisa a construção do *ethos* político de Benedita da Silva (PT) e Érika Hilton (PSOL), com foco nas estratégias discursivas e nos posicionamentos expressos em postagens no *Instagram* durante o período eleitoral de setembro de 2022. A investigação segue uma abordagem qualitativa, conforme proposta por Minayo (2012), considerando os elementos subjetivos presentes nas interações digitais. Inicialmente, realizamos uma descrição das formas como as deputadas se apresentam em seus perfis, destacando a autodeclaração como mulheres negras, aspecto central em seus discursos. Em seguida, observamos todas as postagens realizadas durante o mês de setembro de 2022, totalizando 224, das quais foram selecionadas 10 com base em critérios como relevância temática, engajamento e clareza na expressão de posicionamentos políticos. As investigações centram-se nas estratégias discursivas que desafiam estereótipos e promovem a representatividade, avaliando sua eficácia em alterar representações sociais. Em consonância com os aportes teóricos de Dominique Maingueneau (2008a; 2008b; 2015; 2018; 2020; 2023), examinamos a relação entre a estruturação dos discursos e os contextos que os possibilitam. Além disso, discutimos a sub-representação das mulheres negras em cargos de poder e o papel que as eleitas desempenham na transformação desse quadro. A análise das postagens revela a importância de vozes como as de Benedita da Silva (PT) e Érika Hilton (PSOL) na luta por direitos e representatividade. Como salienta Angela Davis (2017), “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Entre os temas mais recorrentes encontrados em suas postagens, destacam-se segurança alimentar, direitos das mulheres, combate ao racismo e direitos LGBTQIA+. Também foram examinadas as

estratégias de comunicação utilizadas para mobilizar o eleitorado, como a participação em eventos, a filiação partidária e a defesa de pautas específicas. Cada postagem selecionada foi contextualizada com informações como data, legenda e imagens. Por fim, discutimos como essas construções discursivas e visuais contribuem para a formação de novas representações sobre mulheres negras na política brasileira, questionando estereótipos e ampliando os imaginários sociais sobre sua presença nos espaços de poder.

Palavras-Chave: *ethos*; mulheres negras; análise do discurso; representatividade; *instagram*.

ABSTRACT

The active participation of Black women in the Brazilian sociopolitical landscape is a highly relevant phenomenon, demanding an investigation that addresses the intersectionality of gender, race, and class. The historical lack of visibility and voice of this group, intensified by media bias, highlights the urgency of unveiling contemporary social dynamics. Data from the *Gender and Race in the 2022 Elections* survey, conducted by the National Observatory of Women in Politics (ONMP), reveal that the success rate of candidacies by Black women was only 5.65% in the 2022 elections, in contrast to 11.31% and 60.62% for white women and white men, respectively (ONMP, 2022). This scenario highlights not only political underrepresentation but also structural barriers that hinder the full participation of Black women, as Gonzalez (2020, p. 64) points out: “being Black and a woman in Brazil [...] means being subject to triple discrimination, since the stereotypes generated by racism and sexism place her at the highest level of oppression.” This research analyzes the construction of the political ethos of Benedita da Silva (PT) and Érika Hilton (PSOL), focusing on the discursive strategies and positions expressed in Instagram posts during the electoral period of September 2022. The investigation follows a qualitative approach, as proposed by Minayo (2012), taking into account the subjective elements present in digital interactions. Initially, we describe how the congresswomen present themselves in their profiles, highlighting their self-identification as Black women, a central aspect of their discourse. We then observed all posts published throughout September 2022, totaling 224, from which 10 were selected based on criteria such as thematic relevance, engagement, and clarity in the expression of political positions. The investigation centers on discursive strategies that challenge stereotypes and promote representativeness, assessing their effectiveness in transforming social representations. In line with the theoretical contributions of Dominique Maingueneau (2008a; 2008b; 2015; 2018; 2020; 2023), we examine the relationship between the structuring of discourse and the contexts that enable them. We also discuss the underrepresentation of Black women in positions of power and the role that elected Black women play in transforming this scenario. The analysis of the posts reveals the importance of voices like Benedita da Silva (PT) and Érika Hilton (PSOL) in the fight for rights and representativeness. As Angela Davis (2017) states, “when Black women move, the whole structure of society moves with them.” Among the most recurrent themes in their posts are food security, women’s rights, the fight against racism, and LGBTQIA+ rights. The communication strategies used to mobilize the electorate were also examined, including participation in events, party affiliation, and advocacy for

specific causes. Each selected post was contextualized with information such as date, caption, and images. Finally, we discuss how these discursive and visual constructions contribute to shaping new representations of Black women in Brazilian politics, challenging stereotypes and expanding social imaginaries about their presence in spaces of power.

Keywords: *ethos*; black women; discourse analysis; representativeness; instagram.

INDICADORES DE IMPACTO

O presente trabalho analisa as estratégias discursivas utilizadas pelas deputadas federais Benedita da Silva (PT) e Érika Hilton (PSOL) em suas postagens no Instagram durante o período eleitoral de setembro de 2022, com o objetivo de compreender como se constrói o ethos político de mulheres negras em espaços institucionais de poder. Ao dar visibilidade à atuação de duas parlamentares negras que mobilizam discursos de resistência, identidade e pertencimento, a pesquisa contribui de forma concreta para o enfrentamento do silenciamento histórico e simbólico que atinge essa população, reforçando o papel das redes sociais como arenas de disputa simbólica. Os impactos deste trabalho são principalmente de natureza social, cultural e educacional, tendo potencial de transformação ao promover a valorização da identidade negra, o combate a estereótipos e a ampliação das representações sobre mulheres negras na política. Em âmbito extensionista, destaca-se o envolvimento com debates públicos realizados em eventos acadêmicos e comunitários, promovendo o diálogo com estudantes, educadores e movimentos sociais. A pesquisa se insere nos eixos temáticos da Política Nacional de Extensão nas áreas de Direitos Humanos e Justiça (3), Cultura (2) e Educação (4), ao abordar diretamente questões de desigualdade racial, de gênero e de representatividade. O trabalho impacta, em especial, comunidades negras, acadêmicas/os, ativistas e jovens que buscam referências positivas no campo político. Embora os impactos diretos sejam mais evidentes no ambiente acadêmico e nos espaços de formação crítica, há indícios de repercussão também em práticas pedagógicas e projetos voltados à educação antirracista. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o trabalho dialoga especialmente com os ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), por evidenciar barreiras enfrentadas por mulheres negras na política institucional e propor caminhos discursivos para o fortalecimento de suas vozes. Dessa forma, a dissertação contribui não apenas para o campo da Análise do Discurso, mas também para o avanço de políticas públicas inclusivas, formação cidadã crítica e ampliação do repertório simbólico acerca da presença negra em espaços historicamente excludentes.

IMPACT INDICATORS

This research analyzes the discursive strategies employed by federal deputies Benedita da Silva (PT) and Érika Hilton (PSOL) in their Instagram posts during the electoral period of September 2022, aiming to understand how the political ethos of Black women is constructed in institutional spaces of power. By giving visibility to the actions of two Black female parliamentarians who articulate discourses of resistance, identity, and belonging, the study concretely contributes to confronting the historical and symbolic silencing of this population, reinforcing the role of social media as arenas of symbolic dispute. The impacts of this work are primarily social, cultural, and educational, with transformative potential by promoting the appreciation of Black identity, combating stereotypes, and expanding representations of Black women in politics. From an extensionist perspective, the study engaged in public debates during academic and community events, fostering dialogue with students, educators, and social movements. The research aligns with the thematic areas of the National Extension Policy in Human Rights and Justice (3), Culture (2), and Education (4), by directly addressing issues of racial and gender inequality and political underrepresentation. The work especially impacts Black communities, academics, activists, and young people seeking positive references in the political field. Although the direct effects are more evident in academic settings and spaces of critical formation, there are signs of influence on pedagogical practices and projects focused on antiracist education. In alignment with the United Nations' Sustainable Development Goals (SDGs), the study contributes particularly to SDG 5 (Gender Equality), SDG 10 (Reduced Inequalities), and SDG 16 (Peace, Justice, and Strong Institutions), by highlighting the barriers faced by Black women in institutional politics and proposing discursive strategies for amplifying their voices. Thus, the dissertation contributes not only to the field of Discourse Analysis but also to the advancement of inclusive public policies, critical civic education, and the expansion of symbolic repertoires regarding Black presence in historically exclusionary spaces.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONCEITOS INICIAIS	21
2.1	Raça e Racismo	21
2.1.1	Racismo nos Discursos	26
2.2	A Mulher Negra no Brasil	36
2.2.1	O Brasil pós-abolição e o contexto da mulher negra	38
2.2.2	Feminismo Negro no Brasil	46
2.2.3	Transfeminismo Negro no Brasil	48
3	A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	56
3.1	Mulheres Negras na Política Brasileira	60
3.2	Pioneirismo: Antonieta de Barros	66
4	REDES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA	68
4.1	O caso do Instagram	73
5	ANÁLISE DO DISCURSO E <i>ETHOS</i> DISCURSIVO	76
5.1	Análise do Discurso	76
5.2	Discurso Político e Sujeito do discurso	85
5.3	O <i>ethos</i> discursivo	87
6	METODOLOGIA	98
7	ANÁLISES	102
7.1	Perfil de Benedita da Silva	112
7.1.1	Postagens escolhidas para análise	117
7.2	Perfil de Érika Hilton	127
7.2.1	Postagens escolhidas para análise	131
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	Referências	145

1 INTRODUÇÃO

Como mulheres negras vindas de realidades marcadas por desigualdades socioeconômicas, nossa trajetória acadêmica e profissional tem sido atravessada por inúmeros desafios. Desde cedo, aprendemos que a educação seria um dos poucos caminhos possíveis para romper com as barreiras impostas pelo racismo e pela desigualdade social. Por isso, o ingresso em um programa de mestrado representa, ao mesmo tempo, uma conquista pessoal e coletiva, além de um gesto de resistência diante de uma estrutura que historicamente nos nega o direito ao protagonismo intelectual e político. Ao longo do nosso percurso, enfrentamos diferentes formas de discriminação — desde o olhar de desconfiança sobre nossa capacidade até a quase ausência de referências pretas nos espaços de ensino e pesquisa. Como nos lembram Luciana Rodrigues e Aline da Silva (2021, p. 123), nossa experiência pessoal transborda para nossa pesquisa, precisamos falar, precisamos nos expressar, pois

o que escrevemos e produzimos academicamente dá-se a partir daquilo que experienciamos – em nosso caso, como mulheres negras nesse espaço –, pois é o cotidiano que possibilita nos darmos conta do modo como racismo, elitismo e sexismo constituem os cenários que vivenciamos. Essa experiência pessoal, contudo, não é isolada: ela reflete uma condição coletiva.

Patrícia Hill Collins (2019) acrescenta que “é improvável que um pensamento especializado que coloque em xeque pressupostos de inferioridade feminina negra seja gerado em ambientes acadêmicos controlados por homens brancos”, pois tanto as perguntas formuladas quanto as respostas aceitas como legítimas nesses espaços refletem um desconhecimento estrutural, e muitas vezes intencional, das realidades vividas por essas mulheres. Portanto, essa experiência que nos é particular nos legitima não apenas como objeto de análise, mas, sobretudo, como produtoras de conhecimento. Reivindicar esse lugar de fala, como propõe Djamila Ribeiro (2017), é também afirmar que há um saber que nasce da experiência e que essa experiência é condição para uma crítica radical às estruturas que mantêm a desigualdade.

Pensando nessa problemática, nós, mulheres negras, seguimos sendo minoria nos espaços acadêmicos e enfrentamos a constante invisibilização de nossas vozes, tanto nos currículos quanto nas práticas institucionais (Collins, 2019). Isso se observa em diversas áreas do conhecimento, já que “mulheres negras, dentre outros grupos subalternizados, são alvo de políticas de dominação que desqualificam seus anseios e sua voz na medida em que regulam em quais espaços e sobre quais questões podemos ou não falar.” (Rodrigues; Silva, 2021, p.

129). A escassez de referências negras nas universidades, a desconfiança sobre nossa capacidade intelectual e os múltiplos obstáculos para permanência e reconhecimento são expressões de um sistema que perpetua essa invisibilização. Nesse sentido, Collins (2019) aponta que a produção de conhecimento está profundamente atravessada por relações de poder, revelando a forma como a academia — historicamente controlada por homens brancos — se constitui como um espaço que opera não apenas na exclusão formal das mulheres negras, mas também na negação da legitimidade de seus saberes.

Embora venhamos resistindo ao silenciamento, nossas vozes ainda enfrentam baixa ou nenhuma reverberação em espaços de poder, como na política institucional e na ciência, o que revela uma estrutura marcada pela lógica da hegemonia masculina. Mesmo diante de avanços nas pautas de representatividade, o silenciamento ainda opera de forma sutil e persistente, naturalizando ausências e deslegitimando discursos que rompem com a normatividade branca, masculina e elitista (Collins, 2019). Há diversas razões de ordem social e cultural que contribuem para o silenciamento das nossas vozes. No entanto, ao direcionarmos o olhar para os efeitos subjetivos que esse silenciamento nos provoca, é possível reconhecer consequências profundas, como destacam Rodrigues e Silva (2021, p. 129),

[o] medo da ridicularização, medo da exposição dos próprios sentimentos ou, ainda, o sentimento de inadequação e a sensação de estarmos em uma seara que não nos pertence levam ao receio de que certas questões não deveriam compor nossa escrita, ou que nem deveríamos estar na academia.

Esse receio e esse sentimento de inadequação vem da falta de representatividade nesses espaços, como nos elucida a experiência política de Olívia Santana (2023, p. 81),

Os colegas deputados, homens, tinham um *modus operandi* de funcionamento, e não demonstravam nenhuma vontade política de modificá-lo. Eles tratavam entre si as posições políticas que deveríamos adotar frente às pautas de votação e outros assuntos. Não havia reuniões que envolvessem a coletividade dos mandatos. Era uma espécie de naturalização de um jeito de fazer as coisas sem discussão, sem ouvir minhas opiniões, como se eles se bastassem, já que assim o era antes de eu ser eleita.

Com isso, de acordo com Collins (2019), o silenciamento das mulheres negras não apenas desqualifica ou questiona suas falas, mas compromete sua dimensão ontológica, ou seja, deslegitima sua existência enquanto agentes de saber e enunciação. Esse silêncio imposto à mulher negra, como também diz Grada Kilomba (2019), associa a uma violência histórica e simbólica que a desautoriza enquanto sujeito falante legítimo.

Assim, quando mulheres negras em espaços de poder, como as deputadas federais Benedita da Silva (PT) e Érika Hilton (PSOL), se posicionam politicamente e produzem enunciados públicos, o que está em jogo não é apenas a circulação de discursos políticos, mas a própria afirmação de suas existências como sujeitos de enunciação. O silenciamento que atravessa esses corpos e vozes não é acidental: ele é parte de uma estratégia mais ampla de manutenção de uma ordem epistêmica racializada e patriarcal. Disputar a voz, portanto, é disputar a existência, afirmar a legitimidade ontológica e epistêmica de um sujeito historicamente negado (Collins, 2019).

Essa luta por enunciação, por voz e visibilidade, inscreve-se em um campo mais amplo de disputas políticas e simbólicas em que a presença das mulheres negras ainda é marcada por uma profunda sub-representação. A baixa participação feminina nos espaços institucionais de poder não é apenas reflexo de desigualdades históricas, mas resultado de um sistema que opera ativamente para manter essas ausências. Trata-se de um projeto político de exclusão que visa não apenas controlar corpos, mas também silenciar saberes e restringir possibilidades de atuação pública.

Nesse sentido, Santana (2023) ressalta essa expressiva sub-representação ao fazer referência ao Mapa das Mulheres na Política, publicado em 2019 pelas Nações Unidas em parceria com a União Interparlamentar. Segundo esse levantamento, o Brasil ocupa a 134ª posição em um ranking que avalia a presença feminina nos parlamentos de 193 países. De acordo com o relatório, a média global de participação feminina em cargos parlamentares é de 20%, percentual que já evidencia um cenário de desigualdade. No entanto, no contexto brasileiro, essa situação se agrava, uma vez que apenas 15% das cadeiras parlamentares são ocupadas por mulheres. Santana (2023, p 110) destaca, ainda, que

o racismo agrava a situação, performando um quadro de exclusão política de mulheres negras e indígenas decididamente inaceitável, sobretudo se estamos num país onde a população feminina corresponde a 51%, e a parcela autodeclarada negra, 53,6%, segundo dados do IBGE/2015.

Embora mulheres negras tenham sido fundamentais na construção e resistência do país desde o período colonial, sua atuação política foi sistematicamente invisibilizada, o que reflete a persistência de um modelo de sociedade que naturaliza sua subordinação. Lélia Gonzalez (2020) resgata uma importante reflexão feita por Hasenbalg (1982), que resume a autoimagem de nosso país: “no registro que o Brasil tem de si mesmo o negro tende à condição de invisibilidade” (Gonzalez, 2020, p. 44).

Gonzalez (2020) apresenta, ainda, uma análise profunda sobre a condição da mulher negra no Brasil, destacando como o racismo e o sexismo operam conjuntamente para reforçar sua marginalização social, econômica e simbólica. Ela argumenta que ser negra e mulher no Brasil significa estar submetida a uma tripla discriminação (gênero, raça e classe), pois os estereótipos racistas e sexistas a colocam em um nível extremo de opressão. Enquanto os homens negros são frequentemente alvos da violência policial e da repressão estatal, as mulheres negras são empurradas para trabalhos precarizados e mal remunerados, como empregadas domésticas ou serviçais em hospitais, escolas e supermercados.

Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. [...] Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete) (Gonzalez, 2020, p. 65).

Nesses espaços, elas enfrentam não apenas baixíssimos salários e jornadas exaustivas, mas também um processo de internalização da inferioridade, pois a estrutura social as condiciona a aceitar essa posição subalterna como natural. Portanto, “o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa” (Gonzalez, 2020, p. 44).

Isso condiciona nossa imagem a papéis sociais determinados, nos afastando dos espaços de poder, prestígio e visibilidade. Mônica Francisco (2019) argumenta que o racismo estrutural é um dos principais responsáveis pela baixa presença de pessoas negras nesses espaços. A autora enfatiza que “a história revela que as mulheres negras são alijadas da vida pública, além de detentoras dos piores indicadores sociais do país, trabalhando mais e ganhando menos” (Francisco, 2019, p. 233). No entanto, esse fato não afeta unicamente a forma como somos percebidas e tratadas socialmente, mas também incide de modo significativo sobre a maneira como nos percebemos e nos posicionamos diante de nós mesmas.

Ainda segundo Francisco (2019), essa exclusão não ocorre de maneira explícita, mas por meio de mecanismos sociais velados que dificultam o acesso da população negra a posições de influência, como na política. Além disso, ela destaca que essa desigualdade não é apenas um resquício do passado escravocrata, mas uma prática contínua que perpetua a ideia

de que o poder e a representação política são majoritariamente destinados à população branca. Com isso, a sociedade tende a esquecer “que nós negros, somos seres políticos. E que a política feita por mulheres negras vem de longe. Fazemos política desde quando tráfico de escravos trazia os negros para cá” (Francisco, 2019, p. 233).

Em vista disso, este trabalho busca contribuir para a problematização do lugar da mulher negra na disputa por espaços de poder simbólico, como, no caso deste trabalho, o campo político. Dessa maneira, a participação ativa das mulheres negras no âmbito sociopolítico brasileiro configura-se como um fenômeno analítico de grande importância para a área dos estudos raciais e linguísticos, já que permite investigar como sujeitos historicamente marginalizados se inscrevem discursivamente em espaços de poder, (re)configurando não apenas suas identidades públicas, mas também as estruturas simbólicas que sustentam o racismo e o sexismo na sociedade brasileira.

A linguagem, nesse contexto, não é apenas um instrumento de comunicação, mas um mecanismo fundamental de construção e negociação de sentidos, sendo crucial para a afirmação de identidades coletivas e individuais, especialmente em contextos de luta por reconhecimento e visibilidade (Maingueneau, 2015). Assim, ao analisar os discursos produzidos por mulheres negras no cenário político, é possível compreender como elas mobilizam recursos enunciativos para reivindicar autoridade, legitimidade e pertencimento em um campo que historicamente lhes foi negado (Collins, 2019; Kilomba, 2019).

Sendo assim, a relevância deste estudo reside na imperativa necessidade de examinar as formas discursivas que empregamos para nos constituirmos no mundo. Este processo envolve a construção de imagens de nós mesmos e a interpretação das pessoas ao nosso redor. Através da análise dessas práticas discursivas, é possível compreender como a linguagem molda nossas identidades e as percepções que temos dos outros. Nessa perspectiva, a noção de *ethos* se mostra fundamental para refletir sobre a atuação política de mulheres negras, pois permite analisar como constroem discursivamente suas imagens públicas, negociando sentidos e posicionamentos no espaço simbólico do poder (Maingueneau, 2020).

Como aponta Amossy (2016, p. 9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. Aqui, a imagem de si não se restringe a uma técnica aprendida ou a um artifício consciente; ela ocorre frequentemente, independentemente da intenção dos interlocutores, nas interações verbais mais cotidianas e pessoais. Este estudo, portanto, não apenas ilumina os mecanismos pelos quais nos definimos e interagimos socialmente, mas também revela as dinâmicas subjacentes que influenciam e moldam as relações interpessoais e sociais (Amossy, 2016). Assim, o estudo do *ethos* possibilita investigar como as deputadas

constroem suas identidades e campanhas políticas de forma performática e estratégica, mobilizando seus discursos e ampliando sua visibilidade.

A partir disso, este trabalho procura responder às seguintes questões: (1) Como os *ethé* discursivos das deputadas Benedita da Silva e Érika Hilton são construídos por meio de suas postagens no *Instagram*? (2) Quais estratégias discursivas são mobilizadas para promover a visibilidade de suas figuras políticas enquanto mulheres negras? (3) De que modo essas construções discursivas colaboram para a elaboração de novas representações sociais da mulher negra no espaço político?

A fim de compreender como a imagem pública de mulheres negras na política é construída e percebida, esta pesquisa adota como enfoque analítico o conceito de *ethos*, compreendido como a imagem de si projetada pelo sujeito no discurso. Tal escolha se justifica pela centralidade da construção de credibilidade, autoridade e pertencimento na trajetória de mulheres negras em espaços historicamente marcados pela exclusão e pela desigualdade, como é o caso da política institucional. A análise do *ethos* permite evidenciar como essas sujeitas constroem uma presença discursiva que negocia, ressignifica e tensiona representações sociais a partir de marcadores como gênero, raça e classe.

Partindo dessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender os *ethé* projetados pelas postagens das deputadas Benedita da Silva (PT¹) e Érika Hilton (PSOL²) no *Instagram*. Para isso, serão abordados os seguintes objetivos específicos: (1) examinar a construção do *ethos* discursivo nas postagens de *Instagram*; (2) identificar estratégias discursivas utilizadas; e (3) discutir a contribuição desses discursos para a construção de [novas] representações acerca da mulher negra no espaço político e quais seriam os efeitos disso para sua presença na política brasileira em geral.

É essencial entender a importância dessas mulheres para o futuro da política, haja vista que, como disse Angela Davis (2017), “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Consideramos esse exercício reflexivo e analítico emergencial para estarmos um passo mais perto de solucionar tal problemática, visto que somos detentoras dos piores indicadores sociais do país.

¹ PT (Partido dos Trabalhadores): Um partido político brasileiro de centro-esquerda fundado em 1980, que busca a promoção de políticas sociais, trabalhistas e de inclusão social. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>

² PSOL (Partido Socialismo e Liberdade): Um partido político brasileiro de esquerda fundado em 2004, focado em promover o socialismo democrático, os direitos humanos e a justiça social. Disponível em: <https://psol50.org.br/por-uma-historia-do-psol/>

Além disso, esta pesquisa se justifica pela lacuna ainda existente quanto às análises discursivas focadas na atuação de mulheres negras no ambiente digital, sobretudo em contextos eleitorais. Em tempos de crescente influência das redes sociais nas dinâmicas políticas, torna-se imprescindível compreender como essas plataformas contribuem para a elaboração de imagens públicas e para a disputa de sentidos e de lugares de fala. Assim sendo, o exame das inter-relações discursivas e seu impacto na representação política das mulheres negras pode contribuir fundamentalmente para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas, evidenciando como a estrutura discursiva contribui para a manutenção de privilégios e do apagamento histórico.

Nossa abordagem metodológica consiste na análise das postagens feitas em setembro de 2022, mês prévio ao das eleições. Optamos por analisar o período imediatamente anterior às eleições por se tratar de um momento crucial na disputa por legitimidade e reconhecimento público, em que as candidatas intensificam seus esforços de autopromoção e construção de imagem, buscando atrair eleitores e consolidar seu *ethos* político nas redes sociais. Além disso, a escolha das redes sociais, e mais especificamente do *Instagram*, como espaço de análise se deve à centralidade que essas plataformas assumiram na construção da imagem pública de sujeitos políticos, sobretudo em contextos eleitorais. As redes sociais funcionam como arenas discursivas em que se disputam sentidos e representações, além de permitirem uma comunicação direta entre políticos e eleitores, contornando mediações tradicionais da imprensa (Magnoni; Camargo; Miranda, 2017). Ao ocupar as redes sociais, essas mulheres ativam estratégias discursivas que buscam romper com estigmas, afirmando sua legitimidade e agência política em um ambiente marcado por disputas de representação.

O *Instagram*, em especial, permite a articulação entre imagem, texto e vídeo, o que favorece estratégias performativas de construção do *ethos*, promovendo maior engajamento afetivo e político com o público (Magnoni; Camargo; Miranda, 2017). Portanto, analisar as postagens de mulheres negras nesse contexto oferece uma oportunidade única de compreender como se dá a construção de suas figuras públicas e como essa construção pode incidir sobre os modos de representação política.

Neste trabalho, fundamentamo-nos em autores como Lélia Gonzalez (2020), Letícia Nascimento (2021), Kabengele Munanga (2020), Djamila Ribeiro (2018) e a Neuza Santos Souza (1983). Esta dissertação também faz uso de referenciais teóricos elaborados por Silvio Almeida (2019), cujas contribuições no campo dos estudos sobre racismo estrutural são amplamente reconhecidas.

Contudo, no momento da finalização deste trabalho, o autor enfrenta acusações de assédio³, o que suscita reflexões sobre a relação entre a produção intelectual e a conduta de seus autores. A citação de suas obras se dá exclusivamente no âmbito acadêmico, considerando a relevância teórica de seus escritos para a análise proposta, sem que isso represente endosso pessoal ou negligência em relação à gravidade das denúncias. Essa questão, aliás, reforça a importância de analisar criticamente as dinâmicas de poder, inclusive dentro dos espaços acadêmicos e políticos, tema central desta pesquisa.

Nossa análise será de natureza qualitativa, com base na Análise do Discurso de orientação francesa, a partir dos aportes teóricos de Dominique Maingueneau (2008a; 2008b; 2015; 2018; 2020; 2023), que permitem investigar a construção discursiva do *ethos*. A Análise do Discurso (AD) desponta como uma abordagem analítica pertinente para esse exame, visto que este arcabouço teórico-metodológico possibilita a investigação acurada da construção, difusão e interpretação dos discursos manifestados nas mais diversas interações, até mesmo as interações online. A escolha pela AD de orientação francesa se justifica pelo fato de essa abordagem teórica oferecer ferramentas robustas para investigar como os sujeitos constroem sua imagem pública e as relações de poder e de sentido através do discurso (Maingueneau (2008b; 2015)). A pesquisa também se apoia em dados empíricos fornecidos pelo TSE e pela ONMP para contextualização da atual situação de representatividade política.

Por fim, a dissertação está estruturada em seis capítulos, cada um abordando elementos fundamentais para a análise do *ethos* de mulheres negras na política brasileira, com foco nos perfis de Benedita da Silva e Érika Hilton no *Instagram*. O segundo capítulo apresenta os conceitos centrais da pesquisa, discutindo a construção social da raça e o racismo, além de traçar o percurso histórico das mulheres negras no Brasil, com ênfase no feminismo negro e no transfeminismo negro. O terceiro capítulo examina a representação política das mulheres negras no Brasil, destacando o pioneirismo de Antonieta de Barros. Já o quarto, analisa a influência das redes sociais na construção da imagem pública e no engajamento político, especialmente no contexto das mulheres negras. O quinto capítulo aborda a análise do discurso e o conceito de *ethos* discursivo, essenciais para compreender as estratégias discursivas nos perfis analisados, enquanto o sexto capítulo detalha a metodologia adotada na pesquisa, incluindo os métodos de coleta e análise de dados. Finalmente, o sétimo capítulo apresenta as análises das postagens de Benedita da Silva e Érika Hilton, discutindo a

³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-inquerito-na-pf-que-investiga-denuncias-de-assedio-contra-silvio-almeida/>.

construção de seus *ethos* e a contribuição de suas práticas discursivas para sua visibilidade política nas redes sociais.

2 CONCEITOS INICIAIS

Iniciamos nossa dissertação estabelecendo os fundamentos conceituais explorados ao longo deste estudo. Além disso, procedemos a uma análise sócio-histórica da trajetória das pessoas negras no cenário brasileiro, em seguida, delineamos especificamente o recorte de gênero, sua participação em esferas sociais e políticas por meio do feminismo negro. Este capítulo, portanto, apresenta as definições fundamentais de raça e racismo, sua origem, perpetuação e o enfrentamento no contexto social e discursivo. Assim, poderemos compreender como as construções sociais e históricas de raça e racismo se formaram e se solidificaram no Brasil. Abordamos, também, as múltiplas formas de opressão derivadas do período colonial, as quais subjugaram a dignidade e a autonomia da mulher negra, assim como a persistente exploração de sua força laboral, cujas repercussões ecoam até os dias de hoje. Destacaremos a intersecção entre gênero e raça, enfatizando como o colonialismo não apenas estabeleceu hierarquias raciais, mas também influenciou profundamente as dinâmicas de gênero.

2.1 Raça e Racismo

Primeiramente, é preciso explicitar que a concepção de diferenciar seres humanos em raças — com base, principalmente, em características biológicas — há muito tempo foi contestada pela comunidade científica, portanto, trabalhamos com a perspectiva histórico-social do conceito. Segundo Hall (2003), a noção de ‘raça’ é fundamentalmente uma construção política e social, uma categoria discursiva que serve como alicerce para um sistema de poder socioeconômico que perpetua a exploração e a exclusão. Como prática discursiva, ela se empenha em justificar as diferenças culturais e sociais que fornecem legitimidade à discriminação racial com base em distinções biológicas.

Assim, embora a ciência moderna rejeite qualquer fundamento para tais distinções, o conceito persiste como ideologia enraizada na sociedade, sustentando estruturas de dominação e desigualdade baseadas na crença infundada na superioridade de um grupo sobre o outro. Segundo Almeida (2019), as distinções de raça sempre estiveram, de alguma forma, ligadas ao ato de classificar e estabelecer discriminações, primeiramente, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. Desse modo, as fundamentações dos conceitos e das teorias que enfatizam e analisam essas distinções, baseiam-se na convicção de que os indivíduos,

bem como outras formas de vida, manifestavam diferenças significativas com base intrínseca em atributos raciais e geográficos⁴ — região e clima — onde as pessoas se desenvolveram.

Almeida (2019) postula, ainda, que raça não é um termo fixo, uma vez que “seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado”, ou seja, continua o autor, “[...] a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (Almeida, 2019, p. 19). É nesse sentido que o estudioso conceitua raça como “uma relação social [...] manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos antagônicos” (Almeida, 2019, p. 40), o que sustenta, assim, o racismo.

O conceito de racismo também é bastante explorado por Gonzalez e Hasenbalg (1983) como o produto da crença ideológica, já que a raça, enquanto construto socialmente elaborado ao longo da história, desempenha um papel crucial na distribuição hierárquica da população, visto que é um dos principais critérios na estratificação social. Enquanto o conceito de raça delineia as bases para as dinâmicas de poder e hierarquia social, o racismo se apresenta como a materialização dessas estruturas. A partir disso, emerge o conceito de racismo, que a ativista Lélia Gonzalez (2020, p. 61) define como “uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial”.

Almeida (2019, p. 25) dá um passo a diante em sua definição e postula que o racismo é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens, ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertencam”. Dessa forma, a partir dos conceitos apresentados pelos dois estudiosos, adotamos nesta dissertação a compreensão de racismo como um sistema estruturado de crenças e práticas discriminatórias, sustentado por noções distorcidas ou limitadas de ‘raça’, que operam na manutenção de desigualdades por meio da distribuição assimétrica de privilégios entre os grupos raciais.

Segundo Monsma (2013), essas noções às quais nos referimos persistem na tentativa de estabelecer uma conexão entre características físicas e traços morais, intelectuais, emocionais e de personalidade, como inteligência, sensualidade, honestidade, resiliência e afetividade. Tal concepção apoia-se na crença de que certas características seriam próprias dos grupos racializados e transmitidas hereditariamente. Com isso, a classificação de pessoas em categorias raciais reforça estruturas de discriminação ao associar, de forma naturalizada,

⁴ Teorias que, embora disfarçadas de racionalidade, são classificadas como pseudocientíficas, uma vez que postulam a premissa infundada e perniciosa da inferioridade inata e imutável dos indivíduos não pertencentes à etnia branca. Vide o subtópico 2.1.1.

traços, comportamentos e papéis sociais a esses grupos. Esse mecanismo sustenta estereótipos e apaga a singularidade dos indivíduos, promovendo visões homogêneas e reducionistas. Dessa forma, consolida-se a exclusão e a marginalização, à medida que se define, de forma rígida, quem pertence a certos espaços sociais e quais são as expectativas em relação aos indivíduos com base em sua raça.

Ainda segundo o autor:

A ordem produzida pelo racismo não afeta apenas a sociedade em suas relações exteriores – como no caso da colonização –, mas atinge, sobretudo, a sua configuração interna, estipulando padrões hierárquicos, naturalizando formas históricas de dominação e justificando a intervenção estatal sobre grupos sociais discriminados, como se pode observar no cotidiano das populações negras e indígenas dos países acima mencionados (Almeida, 2019, p. 109).

Almeida (2019), ao fazer essa análise, argumenta que o racismo não é um fenômeno isolado ou um desvio dentro das estruturas dos Estados capitalistas, mas sim uma parte essencial dessas estruturas. Ele afirma que o racismo está profundamente enraizado nas políticas e na economia dos Estados capitalistas, como o Brasil, e ajuda a sustentar e justificar as desigualdades sociais. Santana (2023, p. 115) contribui para essa discussão postulando que

no Brasil, a construção da identidade nacional se fez amalgamando o machismo e o racismo estruturais, forjando a exclusão de gênero e étnico-racial, na formação das classes sociais, e movendo as escolhas populares no universo dos afetos, dos desejos e na definição do poder político.

A autora destaca que esses dois sistemas de opressão não apenas coexistem, mas se entrelaçam e são elementos constitutivos da forma como o país se entende como nação. Isso significa que a ideia de “brasilidade”, ou seja, o que é considerado representativo do povo e da cultura brasileira, foi historicamente moldada a partir da exclusão de grupos racializados e das mulheres, sobretudo das mulheres negras. Nesse sentido, Almeida (2019) também sugere que o racismo é utilizado para ‘domesticação’ corpos e mantê-los disponíveis para o trabalho explorado no sistema capitalista. Essa ‘domesticação’ ocorre por meio da força e da ideologia, que naturaliza a precarização e a marginalização de certas populações. O resultado disso é que parte da sociedade não vê anormalidade em fenômenos como salários mais baixos para pessoas negras, sua concentração em trabalhos degradantes e sua exclusão de espaços de poder, educação e moradia digna. A violência estatal contra essas populações, que se

manifesta em assassinatos e brutalidade policial, também é legitimada por essa estrutura racista, conforme argumenta o autor:

Por esse motivo é que o racismo enquanto dominação convive pacificamente com a subjetividade jurídica, as normas estatais, a impessoalidade da técnica jurídica e a afirmação universal dos direitos do homem, elementos diretamente ligados ao processo de abstração do trabalho (Almeida, 2019, p. 111-112).

Gonzalez (2020) corrobora essa ideia, argumentando que no Brasil não se trata apenas de uma discriminação direta ou visível, mas de um racismo cultural profundamente enraizado nas representações sociais e mentais. Esse racismo é reforçado e reproduzido por diferentes mecanismos sociais, tornando-se quase imperceptível, mas extremamente poderoso. Esse racismo cultural sustenta a noção de que existem papéis sociais ‘apropriados’ para essas mulheres, especialmente as não-brancas, confinando-as a posições subalternas e economicamente desfavorecidas. Isso fortalece uma estrutura social desigual, na qual a desvalorização desses grupos é naturalizada e raramente questionada, reforçando a hierarquia de raça e gênero no Brasil (Gonzalez, 2020).

Nesse ínterim, Kilomba refere-se ao racismo como um problema estrutural. A autora destaca que pessoas negras são e sempre foram excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas, que privilegiam pessoas brancas, as quais compõem majoritariamente as cadeiras de todas as posições mais elevadas e influentes da sociedade, “colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível” (Kilomba, 2019, p. 77). Como resultado, observa-se uma significativa naturalização da posição subalterna e inferior das pessoas negras na estrutura social e uma frequente crítica às ações afirmativas em detrimento das estruturas que perpetuam a marginalização dessa população. No contexto brasileiro, é comum que os negros sejam relegados às favelas e aos subúrbios, predominantemente ocupando trabalhos braçais, sendo mal remunerados, o que dificulta sua ascensão social.

Para Gonzalez (2020, p. 34), “o racismo — enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas — passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravidão, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses”. Da mesma forma, Gonzalez e Hasenbalg (1983) explicam:

(a) preconceito e discriminação raciais não se mantêm intactos após a abolição, adquirindo novas funções e significados dentro da nova estrutura social e (b) as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionadas aos benefícios materiais

e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro. (Gonzalez; Hasenbalg, 1983, p. 89)

Os autores também explicam que havia dois fatores principais para se compreender as desigualdades raciais no passado. O primeiro refere-se à disparidade demográfica significativa entre negros e brancos, pois aqueles residiam em áreas mais agrárias e menos desenvolvidas, ao passo que estes habitavam regiões mais desenvolvidas. Nesses ambientes mais rurais, ainda hoje, as oportunidades econômicas e educacionais se revelam substancialmente limitadas em comparação com as regiões mais desenvolvidas, notadamente aquelas onde a maioria da população branca se encontra concentrada, o que pode ser exemplificado pelo sudeste do país. Este fenômeno está intrinsecamente relacionado à persistência histórica da segregação, cujos fundamentos remontam ao funcionamento do sistema escravista. Ademais, posteriormente, foram perpetuados pelo influxo significativo de imigrantes europeus concentrados nas regiões mais prósperas do país, onde a mão de obra era mais requerida, e onde os negros foram abandonados e se realocaram em cortiços e outras áreas marginalizadas, consolidando assim disparidades socioeconômicas e educacionais de larga escala (Gonzalez; Hasenbalg, 1983).

Isso ainda pode, de certa maneira, ser observado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2022⁵, segundo a qual a região Nordeste evidenciou a mais elevada proporção de indivíduos autodeclarados como pertencentes à categoria de cor ou raça negra, totalizando por volta de 73.9%, seguida pela região Sudeste, que registrou 48.5%. Em contraste, a região Sul apresentou a menor percentagem, atingindo 26.3% de negros. A região Sul também apresenta um predomínio da população autodeclarada como branca, totalizando 72.8%; sendo seguida pela região Sudeste, que apresentou 50.1%. Por outro lado, a região Norte registrou a menor estimativa dessa população, correspondendo a 19.7%.

O segundo fator, caracterizado pelas práticas discriminatórias do grupo racial dominante, explica, a despeito das repercussões decorrentes das práticas discriminatórias, que uma sociedade permeada por estruturas racistas também exerce influência sobre a motivação e os objetivos da população negra. É imprescindível considerar os efeitos resultantes da internalização dessas práticas pela maioria da sociedade, culminando na formação de uma

⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf.

(auto)imagem desfavorável. A violência tida através do poder simbólico⁶, consolida-se como um elemento que molda as aspirações individuais e coletivas da comunidade negra, de acordo com as imposições e definições de ‘lugares apropriados’ para os negros, conforme destaca Gonzalez e Hasenbalg (1983).

Nesse sentido, a eficácia de discursos preconceituosos se dá na medida em que as pessoas, sejam as ‘beneficiárias’ ou as ‘prejudicadas’ pela estrutura social vigente, os internalizam e os reproduzem, tanto em seus valores quanto em seus comportamentos. Esse processo envolve a assimilação e a naturalização de valores, crenças e premissas disseminadas, moldando a percepção da realidade e influenciando o modo como os indivíduos se posicionam e interagem no mundo (Gonzalez, 2020).

A fim de desvelar os mecanismos que sustentam a exclusão da população negra dos espaços de poder e prestígio, este trabalho aborda os discursos racistas sob uma perspectiva sócio-histórica, analisando como tais narrativas operam na manutenção de privilégios e desigualdades. Esses discursos, muitas vezes sutis, se encontram profundamente enraizados em nosso cotidiano, reforçando estereótipos e perpetuando desigualdades.

2.1.1 *Racismo nos Discursos*

Os primeiros discursos raciais encontram sua gênese em fundamentos derivados de pseudoteorias científicas, as quais exerceram influência na configuração de uma ampla gama de convicções. Com o objetivo de legitimar e disseminar representações mentais que diminuam quaisquer etnias não-brancas, as teorias raciais articuladas pelo racismo científico exerceram um papel fundamental ao longo da história, sustentando, por meio de argumentos supostamente científicos, tanto a noção de superioridade do branco europeu quanto a alegada inferioridade de negros e mestiços.

Kabengele Munanga explora os chamados “discursos pseudojustificativos” (Munanga, 2020, p. 24), que legitimaram atos de violência, estabeleceram e perpetuaram estereótipos, e contribuíram para a desumanização de diferentes povos. Um dos primeiros desses discursos a ganhar força foi o da missão civilizadora que, supostamente, visava retirar o negro da ‘condição de selvageria’. Com isso, impondo-lhe os costumes e crenças europeias, “no sentido de reduzir o negro ontológica, epistemológica e teologicamente” (Munanga, 2020, p.

⁶ Segundo Bourdieu (1989), refere-se a uma forma invisível e sutil de violência nas relações sociais, perpetuada pela aceitação tácita de normas e juízos sociais considerados naturais, resultando em dominação silenciosa.

25), o que ele chama de ‘tríplice redução’. Para que isso fosse possível, “duas afirmações tornaram-se axiomas indiscutíveis: uma relativa à superioridade dos brancos dogmaticamente confirmada; outra, à inferioridade congênita dos negros” (Munanga, 2020, p. 25). De acordo com o antropólogo, esse discurso serviu como base para justificar a exploração da força de trabalho, a invasão de territórios, a expropriação de recursos e outras formas de violência.

Mascarados sob o véu de uma suposta lógica científica, os discursos pseudocientíficos contribuíram para a legitimação da ideia de superioridade europeia/branca. As grandes navegações europeias no século XV, marcaram o início do contato entre europeus e povos africanos. Apesar de o norte da África já ser conhecido desde a antiguidade, o interior do continente era cercado de mitos e estereótipos negativos, como a ideia de que climas extremos geravam povos ‘bárbaros’. Essas visões, reforçadas durante a Idade Média e o Renascimento, descreviam os africanos como seres semi-humanos e monstruosos. Com a exploração da África, os relatos sobre os africanos continuaram a reforçar esses mitos, descrevendo-os de forma exagerada e desumanizante.

A partir do século XVI, os europeus passaram a usar a ciência e a religião para justificar a inferiorização dos negros. Características como a cor da pele, o nariz, o formato da cabeça e o tipo de cabelo foram generalizadas para criar uma imagem geral do negro, associada à degeneração e ao desvio em relação ao padrão branco. Teorias pseudocientíficas, como a influência do clima ou da alimentação, tentavam explicar a pele escura, enquanto mitos religiosos, como o mito de Cam⁷, ligavam a cor preta ao pecado e à corrupção. Essa oposição entre o branco (visto como puro) e o preto (associado ao mal) foi usada para justificar a dominação colonial e a escravidão, criando uma hierarquia racial que durou séculos.

A ideia de gente sem cabeça ou com ela no peito, com chifres na testa, ou com um só olho, gente com rosto de cão faminto e coisas do gênero dominava os escritos ocidentais sobre a África nos séculos XV, XVI e XVII. [...] O fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa, e o de ser negro necessitava de uma explicação científica. A primeira tentativa foi pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio da norma (Munanga, 2020, p. 26).

⁷ O mito de Cam, baseado no Gênesis, relata que Noé amaldiçoou Canaã, filho de Cam, após este ver sua nudez. Essa maldição foi historicamente reinterpretada para justificar a inferiorização dos descendentes de Cam — associados a povos africanos, asiáticos e ameríndios — em contraste com os descendentes de Sem e Jafé, ligados aos povos semitas e europeus. A etimologia dos nomes reforça essa hierarquização simbólica, sustentando ideias racistas e legitimando práticas de dominação (ROEDEL, 2017).

Lélia Gonzalez (2020, p. 35) afirma que “a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediato”. Em outras palavras, não é apenas a estrutura social predominante que perpetua esses discursos, mas também os destinatários dessas manifestações, uma vez que as internalizam, deixando que contribuam para a sua própria degradação e adotando comportamentos similares em relação aos seus semelhantes. Gonzalez ressalta que é impossível ignorar o impacto histórico e cultural dos negros na formação do país. No entanto, há um silenciamento e uma marginalização em relação a isso que são mantidos por estruturas sociais e ideológicas. Essas estruturas, presentes nas instituições, como a escola e os meios de comunicação, fazem com que o Brasil se perceba como uma sociedade predominantemente branca, continental e masculina, ignorando ou minimizando o papel dos negros. A autora aponta, ainda, que a ideologia dominante controla os sistemas de representação, ou seja, como a sociedade se classifica, se valoriza e se entende.

No panorama brasileiro, apesar da vasta influência negra, a cultura, a classe e a raça dominantes (brancas e europeizadas) impõem uma visão alienada de identidade nacional, já que “a escolha de um sistema de representação, de classificação, valoração e de significação nos remete sempre a uma cultura dominante” (Gonzalez, 2020, p. 301). Isso significa que a sociedade brasileira é levada a enxergar-se através de uma ótica eurocêntrica e excludente, ignorando a verdadeira diversidade que a constitui, especialmente em relação à contribuição e à presença negra.

Mais especificamente sobre o fenômeno de exclusão social da mulher negra no contexto brasileiro, Gonzalez (2020) argumenta que ele é manifestado através da designação de dois papéis sociais específicos: “domésticas” e “mulatas”. A categorização da mulher negra como “doméstica” confina-a a uma série de ocupações que reforçam a ideia de um lugar predefinido para ela na sociedade, como empregada doméstica, faxineira, merendeira de escolas, babá, entre outras ocupações similares. Em contraste, a designação de “mulata” implica uma forma mais aprimorada de objetificação, retratando-a como um produto para consumo de turistas e da elite nacional. A exploração sexual dessas mulheres está interligada a um amplo processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Um exemplo notável é a apropriação das escolas de samba pela indústria turística, que não apenas visa ao lucro, mas também promove uma imagem internacional favorável da suposta democracia racial brasileira, conceito o qual abordaremos no próximo subtópico. Esse

fenômeno reflete a exploração sistemática da mulher negra e a instrumentalização da sua cultura para fins lucrativos e de legitimação ideológica.

Neuza Santos Souza (1983) introduziu o conceito do Ideal do Ego com o propósito de elucidar a perpetuação da violência ideológica direcionada aos corpos negros. Nesse contexto, a representação do branco como o arquétipo de humanidade, um “sujeito universal e essencial”, contrasta com a imposição do oposto ao negro, definido pela autora como o “mito negro”. Este último constitui um conjunto de preconceitos arraigados, impostos ao grupo, os quais refletem falsas crenças inatas e limitantes. Nesse sentido, “o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas do mito negro” (Souza, 1983, p. 27). Para a autora, o mito é um discurso sobre qualquer coisa, mas não é um discurso qualquer:

É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. [...] Enquanto produto econômico-político-ideológico, o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação. (Souza, 1983, p. 27).

Cada uma das designações mencionadas implica uma carga ideológica específica, pretendendo estabelecer uma conexão intrínseca com uma concepção presumida de “negritude”. Devulsky (2019) adiciona que essa visão distorcida do negro, moldada pelo olhar branco e pela herança colonial, impõe uma identidade forçada e desumaniza. Para recuperar sua humanidade, a mulher negra deve afirmar sua identidade e valor próprios, rejeitando a visão colonizadora e suas hierarquias raciais. Isso envolve reconhecer e valorizar a cultura e individualidade negras, rompendo com as categorizações racistas que definem o negro como inferior ao branco. “Arrancar do outro o que lhe distingue como humano, por meio dos mais sórdidos aviltamentos morais, significa para quem oprime extinguir qualquer possibilidade de oposição vindoura” (Devulsky, 2019, p. 68). Nesse sentido, o discurso subjacente propaga uma percepção das violências ideológicas resultantes do processo de embranquecimento da sociedade brasileira. Dessa forma,

o racismo esconde seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, inventar ou projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer. (Souza, 1983, p. 5)

O racismo exibe substancial eficácia e se destaca por sua capacidade de reforçar o status de privilégio atribuído à raça branca; ao mesmo tempo, contribui para a perpetuação do apagamento histórico dos sofrimentos vivenciados pela raça negra, os quais se manifestam de maneira proeminente em esferas distintas de poder. Nesse sentido, Silva e Cano (2021) argumentam que “o discurso racista constitui-se como um discurso atópico, visto que não é legitimado socialmente, mas se encontra nas marcas linguístico-discursivas nos discursos, de modo a revelar os conflitos” (Silva; Cano, 2021, p. 67). Silva e Cano (2021) postulam que as redes sociais, bem como outros suportes digitais têm reconfigurado de maneira significativa nossas interações discursivas. Destacam que o espaço virtual facilita a manifestação de discursos racistas, uma vez que os enunciadores se sentem resguardados pelo anonimato ou pela distância dos coenunciadores, que poderiam contestar suas posições. Como se observa, “o fato de o racismo ser condenável socialmente faz com que os sujeitos não o assumam publicamente, mas se sintam confortáveis em construir discursivamente tal posicionamento na rede” (Silva; Cano, 2021, p. 80).

A presença cada vez maior de pessoas negras em posições de poder é um dos fatores que tem contribuído para uma reação conservadora marcada pelo ódio. Silvio Almeida (2020), ao discutir a questão do racismo no programa Roda Viva⁸, “a representatividade importa, mas não resolve os problemas estruturais do racismo”, já que essa aversão e ódio ao negro não serão minados apenas por haver mais pessoas pretas em espaços de visibilidade e poder. Para ele, não é e não pode ser “necessariamente uma reconfiguração das relações de poder que mantém a desigualdade [que] é sempre institucional e não estrutural, de tal sorte que a representatividade exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder” (Almeida, 2018, p. 86). Para ele, essa representatividade pode exercer dois efeitos significativos no enfrentamento da discriminação:

1. propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser repercutidas, especialmente quando a liderança conquistada for resultado de um projeto político coletivo;
2. dismantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade. Isso pode servir para que, por exemplo, mulheres negras questionem o lugar social que o imaginário racista lhes reserva. A força da eleição ou reconhecimento intelectual de um homem negro e, especialmente, de uma mulher negra, não podem ser subestimados quando se trata de uma realidade dominada pelo racismo. Ademais, a representatividade

⁸ Fala de Silvio Almeida no programa Roda Viva, exibido em 22/06/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>. Acesso em: 21 abr 2024.

é sempre uma conquista, o resultado de anos de lutas políticas e de intensa elaboração intelectual dos movimentos sociais que conseguiram influenciar as instituições. (Almeida, 2018, p. 84-85)

Nesse sentido, o discurso de ódio pode ser entendido como uma resposta à ascensão de pessoas negras que, com o apoio das comunidades que representam, têm conseguido superar as barreiras impostas pelo racismo em suas trajetórias de vida. Tais casos mostram que a representatividade deve ser associada a uma agenda política que aborde, de forma crítica, as questões sociais vinculadas aos preconceitos enfrentados pelos representantes. Esta abordagem implica não apenas a presença numérica de indivíduos de determinado grupo em posições de poder ou visibilidade, mas também a capacidade desses representantes de articular e enfrentar as complexas dinâmicas de discriminação e exclusão que afetam suas comunidades.

Um dos casos mais marcantes foi o sofrido pela apresentadora e jornalista Maju Coutinho, quando, no ano de 2015, internautas publicaram diversos comentários racistas e machistas em uma foto da jornalista na página do Jornal Nacional no *Facebook*. Na época, ela que apresentava a previsão do tempo, teve sua competência e aparência julgadas de forma bastante ofensiva, com comentários como os destacados a seguir⁹:

- 1: *“só conseguiu emprego no JN por causa das cotas, preta macaca / imunda”,*
- 2: *“Em pleno século 2015 ainda temos preto na TV”.*

⁹ Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/maria-julia-do-jornal-nacional-e-destaque-nas-redes-apos-ser-alvo-de-racismo-39509/>.

Figura 1 — Mensagens ofensivas e de conteúdo racista direcionadas à repórter no Facebook



Fonte: Migalhas (2015)

Esses comentários refletem a realidade desafiadora da presença de pessoas negras em espaços de visibilidade, como a televisão, evidenciando um problema estrutural de racismo que se manifesta através de comentários ofensivos e depreciativos. A apresentadora em questão, Maju Coutinho, uma jornalista negra, tornou-se alvo de uma série de insultos racistas que revelam o incômodo e a aversão de uma parcela conservadora da sociedade à ascensão de pessoas negras a espaços de poder e prestígio social. A imagem traz um exemplo claro de como essa representatividade não altera imediatamente a configuração das relações de poder que perpetuam a desigualdade racial.

Os comentários na imagem, que variam de insultos diretos à desvalorização da competência da apresentadora, demonstram que a presença de uma pessoa negra em um espaço de prestígio social (no caso, um programa televisivo de ampla audiência como o “Jornal Nacional”) desencadeia reações de ódio e tentativas de desumanização. Esses

discursos racistas, como sugere Djamila (2017), ocorrem em resposta à ascensão de pessoas negras que, com o apoio das suas comunidades e superando barreiras históricas, têm alcançado posições de visibilidade. Isso gera reações de medo, preconceito e agressão. Sem mudanças estruturais, a simples presença de pessoas negras em espaços de poder, sendo apenas simbólica — o que chamamos de representação — não resolverá a questão do racismo, como evidenciado no ocorrido com a jornalista.

A representatividade, por outro lado, especialmente em espaços de poder e visibilidade, é um conceito profundamente imbricado nas dinâmicas históricas de exclusão e subalternização que caracterizam a sociedade brasileira. Djamila Ribeiro (2017, p. 42) sintetiza essa condição com contribuições de Spivak (2010) ao afirmar que “grupos subalternos não têm direito a voz, por estarem num lugar no qual suas humanidades não foram reconhecidas. Por pertencerem à categoria ‘daqueles que não importam’”. A ausência histórica de pessoas negras em espaços de destaque não é apenas uma consequência do racismo, mas uma estratégia de apagamento que visa manter intactas as estruturas de poder racializadas que moldam o imaginário social brasileiro.

Gonzalez (2020) afirma que discutir a sociedade brasileira exige reconhecer a contribuição dos negros para a sociedade brasileira e, simultaneamente, os mecanismos que silenciam essa presença, fazendo com que o Brasil se perceba como branco, continental e masculino. Nesse sentido, Gonzalez (2020, p. 315) aponta que essa ignorância é estruturada e intencional, pois “informar a maior parte do povo deste país a respeito da sua própria história” significaria desestabilizar o pacto de silenciamento que sustenta a supremacia branca no imaginário nacional. Tal silenciamento se articula com a forma como a ideologia dominante, emanada daqueles que

detêm os meios de comunicação em suas mãos, que detêm a estrutura educacional, que detêm as políticas educacionais e culturais, o que se passa para o brasileiro médio é a visão de um país branco ocidental e absolutamente civilizado. É interessante percebermos que no nosso país, cultura, por exemplo, segundo essa perspectiva da classe e da raça dominante e do sexo, é importante dizer, a cultura é tudo aquilo que diz respeito à produção cultural ocidental. Já a produção cultural indígena, ou africana, ou afro-brasileira é vista segundo a perspectiva do folclore, seja como produção menor ou produção artesanal, mais ou menos nessa produção entre arte e artesanato (Gonzalez, 2020, p. 305).

As expressões culturais, bem como as pessoas negras, assim, são sistematicamente desvalorizadas e exotizadas, como se não pertencessem à esfera legítima da produção cultural brasileira. Essa desvalorização tem efeitos concretos na percepção pública sobre pessoas

negras que rompem com as expectativas de subalternidade. Como mostra o caso de Maju Coutinho, a ascensão de pessoas negras a espaços de prestígio social ainda desperta reações violentas por parte de segmentos da sociedade que percebem essas presenças como ameaças à ordem racial vigente. Comentários racistas direcionados à apresentadora revelam não apenas um incômodo com sua presença, mas uma tentativa de desumanizá-la e de reforçar a ideia de que tais espaços não devem ser ocupados por pessoas negras.

Observa-se, a partir dessa desumanização, que a capacidade intelectual e a competência da mulher negra são desconsideradas, como ocorreu no comentário 1, sobre Maju Coutinho. Esse comentário combina dois ataques típicos do racismo: a falsa acusação de que a ascensão de negros a posições de destaque se dá exclusivamente por cotas, trazendo uma perspectiva de desmerecimento e inferioridade de cotistas; e o uso de termos animalescos (“macaca” / “imunda”), insultos desumanizadores que têm raízes históricas profundas, comparando pessoas negras a animais, especificamente primatas. Além de reforçar o estereótipo colonial de impureza inata, a associação de sujeira à tonalidade da pele e falta de higiene advindos do mito negro.

Já no comentário 2, o comentário sugere que, “*em pleno século 2015*”, o racismo deveria ter mantido os negros fora de espaços de prestígio e visibilidade, como o noticiário da televisão. Esse tipo de discurso está enraizado na ideia de que a televisão — especialmente programas de grande audiência, como o “Jornal Nacional” — deve ser um espaço reservado a pessoas brancas. O uso de “*ainda temos preto na TV*” revela uma percepção racista de que a presença de pessoas negras nesses espaços é uma exceção, algo que não deveria acontecer, como se negros não fossem parte legítima da parcela da sociedade que pode ocupar espaços de destaque e representatividade. Essa visão reflete uma exclusão histórica, em que a mídia é tradicionalmente reservada a uma elite branca. O desconforto sugerido indica que pessoas negras não seriam vistas como pertencentes a esses espaços de destaque, perpetuando a falsa ideia de que a negritude é incompatível com o sucesso e a representatividade.

Em todos os comentários, percebemos o impacto da falta de pertencimento de pessoas negras a locais de destaque — fora das áreas comumente destinadas a nós como a arte e o esporte (Silva & Cano, 2025). E como as aparições e negros em espaços de poder está frequentemente associada a algum tipo de cota ou “lacração”¹⁰, sugerindo que sua presença não seria por mérito, mas por pressões externas para atender a uma agenda politicamente correta. Essa visão reforça a ideia de que pessoas negras só podem alcançar esses espaços por

¹⁰ discurso utilizado para desmerecer produções e discursos que visam a representatividade e inclusão de novas narrativas.

meio de medidas compensatórias, ignorando suas competências e qualidades profissionais. Além dos comentários que exploram o racismo recreativo¹¹, termo trabalhado pelo jurista Adilson Moreira (2019), o primeiro, “*Qual é band-aid de preto? Fita isolante*”, utiliza o humor para associar a negritude a estereótipos depreciativos, enquanto o outro, “*Não bebo café pra não ter intimidade com preto*”, reflete uma tentativa grotesca de distanciar a pessoa negra, como se sua presença fosse algo indesejado.

Por essa razão, a representatividade exige uma ressignificação radical da presença negra em espaços públicos e de poder, de modo que essa presença não seja apenas simbólica, mas profundamente politizada. Representatividade, nesse sentido, não pode se limitar à ocupação de lugares outrora negados, ela precisa estar articulada a um projeto político de transformação das estruturas que sustentam o racismo e a desigualdade social. Como afirma Angela Davis (2016, p. 20), a representatividade “é importante, sobretudo no que diz respeito à população negra, ainda majoritariamente fora de espaços de poder. No entanto, tal importância não pode significar a incompreensão de seus limites. Para além de simplesmente ocupar espaços, é necessário um real comprometimento em romper com lógicas opressoras”.

Como forma de resposta a esses ataques racistas, observou-se uma mobilização significativa nas redes sociais, com as hashtags #SomosTodosMajuCoutinho e #SomosTodosMaju. Essa ação coletiva funcionou como um importante instrumento de combate ao racismo, defendendo a legitimidade da representatividade negra em espaços midiáticos e ressaltando a importância da inclusão e da diversidade no jornalismo e na sociedade em geral.

O ataque a Maju Coutinho evidencia a resistência histórica enfrentada por pessoas negras, especialmente mulheres negras, ao tentarem ocupar espaços de visibilidade, revelando como essas agressões são parte de um sistema maior de opressão que busca deslegitimar suas conquistas e perpetuar a exclusão de seus corpos e vozes. Nesse contexto, é fundamental compreender o impacto histórico e social da presença da mulher negra no Brasil, para contextualizar e lançar luz sobre a urgência de se discutir os desafios enfrentados pelas mulheres negras em contextos mais amplos da sociedade brasileira.

O episódio de Maju Coutinho deve ser compreendido como uma manifestação de um discurso racista persistente, que continua a operar mesmo com a visibilidade crescente de pessoas negras em espaços públicos. A hostilidade direcionada à jornalista é um reflexo das relações de poder que, ainda hoje, perpetuam a marginalização da população negra. O

¹¹ Vide: MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. São Paulo: Pólen, 2019.

racismo, embora socialmente condenado, se camufla em práticas discursivas sutis, como demonstram Silva e Cano (2021), que apontam a eficácia do racismo na manutenção de privilégios, ao mesmo tempo em que mantém o apagamento dos sofrimentos históricos vividos pela raça negra.

Essa dinâmica é amplificada pelas redes sociais, que, ao proporcionar anonimato, tornam mais fácil a expressão do preconceito. Como afirmam Silva e Cano, a possibilidade de criar discursos racistas sem enfrentar contestação direta contribui para a disseminação de atitudes discriminatórias. Assim, é fundamental entender que a luta contra o racismo não se limita à simples presença de pessoas negras em posições de poder. A representatividade, embora importante, precisa ser acompanhada de uma crítica estrutural que enfrente as dinâmicas de discriminação que ainda se refletem nas esferas políticas e sociais.

2.2 A Mulher Negra no Brasil

Ao longo de aproximadamente 300 anos de escravidão no Brasil, um número significativo de africanos foi trazido para a América. Embora seja difícil determinar o número exato, devido à falta de registros precisos, o que se sabe é que o Brasil foi o maior comprador de escravos do continente (Sodré, 2017) e que a história dos negros aqui escravizados é marcada por séculos de opressão e resistência. Desde a chegada dos primeiros africanos, em um dos maiores movimentos forçados de pessoas da história, a população negra enfrentou uma realidade brutal, caracterizada por desumanização e exploração. Esse sistema deixou um legado duradouro na sociedade e na cultura brasileiras, contribuindo para a formação de uma identidade nacional complexa e diversificada. A abolição da escravatura em 1888, embora tenha sido um marco importante, não resultou em igualdade de direitos ou oportunidades. Em vez disso, os negros foram frequentemente culpabilizados por sua condição socioeconômica, reverberando estigmas e preconceitos que ainda persistem na sociedade contemporânea.

A narrativa da mulher negra se destaca nesse contexto, revelando uma camada adicional de opressão. As mulheres negras, que já enfrentavam a brutalidade do sistema escravista, continuaram a ser marginalizadas após a abolição, mesmo desempenhando papéis cruciais na sustentação de suas famílias e comunidades, muitas vezes assumindo a carga de trabalho físico em condições extremamente adversas. A estrutura patriarcal que permeia a sociedade brasileira também se manifestou de maneira particular para essas mulheres, que eram/foram/são duplamente oprimidas por sua raça e seu gênero.

De acordo com Silva (2018), na estrutura patriarcal do Brasil colonial, as mulheres, independentemente de cor ou raça, eram sistematicamente subordinadas à figura masculina. Inicialmente, essa subordinação recaía sobre o pai ou o parente masculino mais próximo e, posteriormente, sobre o marido. As mulheres da elite, no entanto, gozavam de certos privilégios devido à sua condição socioeconômica e racial. Em contraste, as mulheres negras, capturadas em África e trazidas como escravizadas, enfrentavam uma realidade brutal. Depois de serem violentamente retiradas de suas comunidades e submetidas a condições extremas no tráfico transatlântico de escravos, as sobreviventes enfrentavam uma expectativa de vida curta, marcada pela exploração intensa, complicações de saúde e violência constante. Desarraigadas de suas redes familiares, precisaram desenvolver força, inteligência e rebeldia para suportar as condições degradantes do sistema escravista (Silva, 2018).

Durante esse período, o papel das mulheres escravizadas era essencial na sociedade colonial brasileira, influenciando a estrutura familiar e a economia da época. As escravizadas enfrentavam múltiplas formas de opressão, sendo duplamente marginalizadas dentro da já vulnerável classe dos escravizados. As atividades laborais desempenhadas variam conforme o contexto geográfico. Em áreas urbanas, além das tarefas domésticas, eram frequentemente forçadas a vender alimentos e outros bens para gerar lucros para as famílias a que serviam. No ambiente rural, incluíam o trabalho nas lavouras de subsistência, o cuidado com os animais, a manutenção da casa-grande e, em alguns casos, atuavam como amas de leite, entre outras tarefas (Silva, 2018). Na zona urbana ou na rural, uma das funções mais comuns para as mulheres negras era a de mucama¹², o que Gonzalez (2020) descreve como a função escravocrata que deu origem aos termos “doméstica” e “mulata”.

June E. Hahner (1978) apud Gonzalez (2020), assim se refere à ‘função’ de mucama:

A escrava de cor criou para a mulher branca das casas-grandes e das menores condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do eito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. [...] O amor para a escrava [...] tinha aspectos de verdadeiro pesadelo. As incursões desaforadas e aviltantes do senhor, filhos e parentes pelas senzalas, a desfaçatez dos padres a quem as Ordenações Filipinas, com seus castigos pecuniários e degredo para a África, não intimidavam nem faziam desistir dos concubinatos e mancebias com as escravas. (Hahner, 1978, apud, Gonzalez, 2020, p. 94)

¹² Nome proveniente da língua quimbunda.

Além da exploração laboral, as escravizadas estavam sujeitas ao assédio sexual dos homens da elite que, embora zelassem pela honra de suas próprias familiares, viam as escravizadas desprotegidas como alvos fáceis. Portanto, o abuso sexual das escravizadas era conduta normal dos senhores de engenho. Segundo Nascimento (2016, p. 56), “a norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa”. Essas interações resultavam em tensões sociais e contribuíam para a construção de estereótipos em relação à sexualidade das mulheres africanas. Um exemplo disso é a associação das mulheres negras à sensualidade e ao misticismo, refletida na ideia de que utilizavam poções para ‘seduzir’ os senhores, o que justificava comportamentos considerados inadequados pela igreja e pela sociedade (Silva, 2018).

As mulheres brancas tinham escasso domínio sobre as relações extraconjugais de seus maridos, quer fosse com escravizadas ou com outras mulheres brancas. Apesar de não poderem reclamar ou discordar, tinham conhecimento dessas relações, uma vez que, via de regra, surgiam filhos ilegítimos de seus maridos. Apesar de terem permissão para pedir o desquite quando maridos gastavam demais com outras mulheres, a reação mais comum era se vingar, frequentemente através de maus-tratos ou até mesmo assassinato das escravizadas. Essa situação causava “um sentimento de desconfiança, principalmente das senhoras em relação às escravizadas, decorrente de várias situações, como: do desaparecimento de algum alimento, a insubordinação, o destrato, ciúmes, outros” (Silva, 2018, p. 10).

Segundo Dias (2012, *apud* Silva, 2018), as formas de resistência moldavam a vida cotidiana das escravizadas. entre elas, sobressaem-se a resistência linguística, por meio do emprego de dialetos africanos para desrespeitar os senhores, a entoação de cantigas ancestrais durante o trabalho, entre outras. Algumas mulheres escravizadas, ainda, buscavam se destacar em áreas específicas, aumentando seu valor para as famílias para as quais serviam, garantindo para si certos benefícios. As tradições e os costumes religiosos ancestrais foram relevantes na luta de resistência, sendo utilizados para preservar a cultura e amedrontar os opressores (Silva, 2018).

2.2.1 O Brasil pós-abolição e o contexto da mulher negra

Após a abolição, aqueles que antes eram escravizados já não podiam mais oferecer seu trabalho aos seus antigos senhores. Na perspectiva da sociedade, eles haviam “perdido sua

utilidade" e passaram a ser percebidos como um fardo. Como resultado, enfrentaram a segregação, uma vez que seus antigos senhores se recusaram a remunerar pelos serviços que anteriormente eram extraídos à força. Os libertos, então, foram deixados à própria sorte, sem provimento de subsídios para que pudessem ser introduzidos na sociedade. Para Amâncio (2019), houve a abolição, mas a cidadania foi negada. Não encontrando moradia ou oportunidades de trabalho nas lavouras, os negros libertos foram em busca de moradia e oportunidades nas grandes cidades, porém, tiveram que se alocar em regiões precárias e mais afastadas dos bairros centrais. Nesse contexto, estabeleceram-se as raízes do ideal de democracia racial, já que o racismo e a segregação, por muitas vezes velados, esconderam a realidade persistente na sociedade brasileira pós-abolição. Segundo Nascimento,

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (Nascimento, 2016, p. 86).

Compreendemos que nossa segregação, apesar de diferente do *Apartheid* desses dois países por não ter existido um sistema que explicitamente separou a população entre brancos e não-brancos, ainda assim, contou com leis que, embora mascarando a marca racial, segregaram e puniram não-brancos. Exemplo disso seria o artigo 70, do título IV, da Constituição de 1891, que determinava que certos grupos, como os analfabetos — entre os quais estava a maioria da população negra — não tinham direitos políticos, o que incluía a impossibilidade de votar ou ser votado, entre outras restrições.

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)¹³)

¹³ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92090/constituicao-da-republica-dos-estados-unidos-do-brasil-91#art-70>. Acesso em: 5 dez. 2024

Outro exemplo é o art. 399 e 402 do capítulo XIII da Lei da Vadiagem (1890), que tinha a intenção de manter a população negra permanentemente temerosa da polícia, impedindo-a de reagir e se rebelar.

DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. **Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida**, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou **manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes**:

Pena - de prisão cellualar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

[...]

Art. 402. **Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem**; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro. (Decreto Nº 847, de 11 de Outubro de 1890¹⁴, grifo nosso)

No século XIX, a elite nacional temia que o Brasil pudesse vivenciar uma situação semelhante à Revolução do Haiti (1791 - 1804), em que escravizados e ex-escravizados massacraram a população branca, assumiram o controle, aboliram a escravidão e proclamaram a independência da ilha em relação à França. De igual modo, no pós-abolição brasileiro, temia-se que os negros se tornassem um grupo perigoso, violento e criminoso, pois não tendo ganho nada, não teriam nada a perder. Com a criminalização da vadiagem, a elite buscou garantir sua própria proteção e, ao invés de manter o controle por meio da escravidão, passou a fazê-lo por meio da lei. (Westin, 2023).

Nas décadas seguintes, consolidou-se o ideal ou, como preferimos, mito da democracia racial, uma narrativa que, ao negar a existência do racismo e ignorar a necessidade de reparação histórica, projetou uma imagem idealizada de harmonia racial. Ocultando, assim, as profundas desigualdades que marcaram a formação do Brasil. Portanto,

¹⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 5 dez 2024

esse mito é conceituado como a crença em um sistema caracterizado pela ausência de barreiras legais ou institucionais que limitem a igualdade racial, livre de manifestações de preconceito ou discriminação, e que possibilita, portanto, iguais oportunidades de existência e ascensão. Ou seja, a falta de mecanismos explicitamente institucionalizados constituiu-se como palco perfeito para o surgimento e a popularização da ideia de que negros, brancos e indígenas (os três grupos conhecidos como base da formação da sociedade brasileira) vivem em harmonia e igualdade.

As bases históricas desse mito têm suas origens no século XIX, sendo fortalecidas pela narrativa dos viajantes que exploraram o país, pelas produções da elite intelectual e política, pelas estratégias adotadas pelo movimento abolicionista institucionalizado, bem como pelo processo de miscigenação. O mito foi, ainda, reforçado no texto da Proclamação da República de 1889, a qual, sob a perspectiva do discurso jurídico, garantia o direito à cidadania universal, implicando que cidadãos negros teriam acesso a uma igualdade de direitos e oportunidades equiparáveis às dos brancos, em todos os âmbitos da vida pública.

Com frequência, a narrativa da mulher negra é analisada sob o filtro da escravidão, o que restringe a compreensão de suas vivências e impactos após a abolição. A vinda da Primeira República representou um período em que essas mulheres foram ainda mais excluídas, tendo suas contribuições desconsideradas, pois a relação entre raça e gênero durante esse período histórico é um tema raramente abordado, sendo escassos os estudos que tratam simultaneamente dessas duas categorias. (Araújo, 2013).

De acordo com Domingues (2005), após a abolição da escravatura, o principal mecanismo de opressão aos negros, foi abolido. Este cenário levou à culpabilização dos negros por sua suposta incapacidade de ascender socialmente e alcançar prosperidade econômica, uma vez que, como exposto anteriormente, se argumentava que o Estado proporcionava igualmente os meios para todos (Domingues, 2005). Este mito serviu como uma solução conveniente para manter os preconceitos existentes, uma vez que, ao persuadir a sociedade a acreditar em sua veracidade, evitava-se a possibilidade de retaliação e o crescimento de movimentos sociais contra os antigos senhores. Além disso, o mito desencorajou a implementação de medidas compensatórias para os ex-escravizados como forma de reparação pelos danos causados pelo regime escravocrata, e eximia os antigos senhores de qualquer responsabilidade sobre o destino dos negros agora libertos.

Gradualmente, ele se consolidou como uma ideologia que servia para manter a elite branca no poder e marginalizar os negros e mulatos, que eram socialmente considerados inferiores. No entanto, esse discurso admitia algumas exceções, como alguns poucos negros

que conseguiam ascender socialmente, que eram tomadas como exemplos da igualdade de oportunidades no país, pois se um conseguiu, todos conseguem. Diversos fatores contribuíram para a disseminação desse mito, incluindo relatos de estrangeiros que visitaram o Brasil, o discurso intelectual e político da elite (como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha etc.), o processo de miscigenação, a mentalidade paternalista de tutela do negro (em que parte da população negra permanecia ligada a famílias brancas por relações de dependência e dominação), o movimento comunista e a comparação do sistema racial brasileiro com o *apartheid* dos Estados Unidos (Domingues, 2005).

O processo de miscigenação avalizava a negação da existência do racismo enquanto problema social ou ação individual, já que não se poderia considerar racista um povo tão miscigenado. Entretanto, esse sinal de tolerância étnica não levava em consideração uma reflexão crítica das razões pelas quais grande parcela da população era mestiça (os estupros de negras — escravizadas ou não —, o ideal de embranquecimento etc.). Para Nascimento (2016, p. 57), “Esta realidade social é oposta à prevalecente ideia de que a formação do Brasil se verificou obedecendo a um processo integrativo imune de qualquer preconceito”.

O autor acrescenta:

O mito da "democracia racial" enfatiza a popularidade da mulata como "prova" de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social exprime-se corretamente é segundo o ditado popular¹⁵. Nessa versão há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o "produto" do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, ao trabalho compulsório (Nascimento, 2016, p. 57).

Desde o período colonial até o período do Império, a elite dominante foi inculcada com a concepção da inferioridade dos indivíduos de ascendência negra, enquanto simultaneamente internalizava a prática de fazer concessões para certos indivíduos negros e mulatos. Essa dinâmica social resultou na concessão de espaços na estrutura social para pessoas negras, desde que tal presença não ameaçasse o domínio da hegemonia branca. Os casos isolados de negros e mulatos que conseguiram ascender socialmente foram utilizados como exemplos a serem seguidos dentro do sistema racial vigente.

¹⁵ Ditado popular que expunha as relações no Brasil: “Branca para casar, Negra pra trabalhar, Mulata pra fornicar.”

Tudo isso contribuiu para que os brancos continuassem a ser privilegiados, sem que sua raça fosse foco desse privilégio, pelo contrário, ele era atribuído às competências individuais. Como consequência, “o negro assumia o ‘vírus’ da fracassomania. “A culpa não é dos brancos - é nossa! Pois os meios estão ali [sic] ao nosso alcance e disposição”, dizia um jornal da “imprensa negra”” (Domingues, 2005, p. 117). Assim, quando um indivíduo negro ou mulato alcançava a ascensão social, frequentemente era submetido a um processo de cooptação ideológica, abandonando sua identificação com a luta de seu grupo racial de origem para adotar uma postura de negro e alma branca (Domingues, 2005).

O que vemos na realidade desse período, no entanto, são divisões e lugares próprios para cada um dos grupos raciais anteriormente mencionados. Mesmo que o negro (a) ou o mulato (a) tenham ascendido socialmente, de uma forma ou de outra, ele sempre será atribuído a um outro lugar, como se não pertencesse ao lugar conquistado por ele, sempre será marcado racialmente. Portanto, as condições materiais de existência da comunidade negra engendram uma multiplicidade de fatores psicológicos que demandam uma análise aprofundada e crítica.

Nessa perspectiva, Gonzalez (2020) postula que a intersecção dos diferentes estratos de dominação, advindos das complexas estruturas econômicas presentes na conjuntura brasileira, converge para um ponto nodal: a ressignificação da teoria aristotélica do “lugar natural”. Qual seria esse “lugar natural” do negro? Haveria então um “lugar natural” do branco? Do indígena? Do ambíguo pardo?

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante

justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais. (Gonzalez, 2020, p. 98)

Ao explorar os elementos materiais que compõem a realidade da comunidade negra, é imprescindível considerar não apenas os aspectos tangíveis, como acesso a recursos econômicos e condições de moradia, mas também os impactos psicossociais derivados dessas circunstâncias. A vivência cotidiana marcada pela desigualdade estrutural, historicamente enraizada, instaura uma dinâmica de subalternidade que influencia diretamente a psique individual e coletiva. Com isso, as diversas formas de opressão e marginalização experimentadas pela comunidade negra operam como catalisadores de uma série de processos psicológicos complexos, que vão desde a internalização de estigmas e preconceitos até o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e resistência. A teoria aristotélica utilizada pela autora do “lugar natural”¹⁶, a qual está relacionada com a ideia de que cada ser físico tem um lugar específico na ordem natural das coisas, de acordo com suas características intrínsecas, mas que historicamente foi utilizada para justificar hierarquias sociais e legitimar relações de poder, é reinterpretada à luz dessas dinâmicas contemporâneas, evidenciando como as estruturas econômicas e políticas moldam não apenas as condições materiais, mas também as percepções e experiências psicológicas dos sujeitos.

Nesse contexto, foi atribuído à mulher negra o papel central de sustentáculo em sua comunidade, já que sua carga de trabalho físico era muito maior. Historicamente, as mulheres negras foram compelidas a se manter entre as demandas extenuantes de trabalhos domésticos (empregada doméstica ou faxineira, lavadeira, costureira babá, etc.) e as responsabilidades inerentes à sua família (Gonzalez, 2020).

Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. (Gonzalez, 2020, p. 41-42)

Ainda segundo Gonzalez (2020), a mulher negra se inseriu no mercado de trabalho formal em meados da década de 1950. Com o desenvolvimento industrial e a urbanização, houve uma ampliação de setores industriais, levando ao declínio da indústria têxtil e ao fechamento de várias fábricas. Consequentemente, as mulheres negras enfrentaram

¹⁶ Ver Bergson, H.; Dopazo, A. (trad.). **Concepto de lugar en Aristóteles**. Madrid: Ediciones Encuentro, S.A., 2014.

dificuldades para manter sua presença na classe operária, sendo deslocadas para setores como a indústria de roupas ou de alimentos, onde eram frequentemente minoria. O preconceito racial também influenciou a seleção de trabalhadoras, com mulheres brancas e ‘morenas’/pardas tendo melhores oportunidades em comparação a mulheres pretas. Com o tempo, novas oportunidades surgiram em setores burocráticos, porém, a falta de educação formal limitou as possibilidades para as mulheres pretas nesses campos, os quais frequentemente dão ênfase a requisitos como ‘educação’ e ‘boa aparência’ para interagir com o público. De maneira geral, todos sabemos o que significa ‘boa aparência’.

Araújo (2013) denuncia que a narrativa histórica frequentemente ignora o papel ativo das mulheres negras, relegando-as a uma posição secundária. A autora destaca o protagonismo e a importância que as mulheres negras tiveram na sustentação familiar e argumenta que, em comparação com os homens negros, as mulheres negras tiveram condições de trabalho relativamente mais favoráveis, especialmente em serviços domésticos, no sentido de encontrar um trabalho fixo com mais facilidade. No entanto, essa situação ‘privilegiada’ também gerou uma dinâmica de exploração e dependência dos negros sobre as negras. Apesar de seu papel crucial, as mulheres negras enfrentaram diversas formas de violência e estigmatização, que se perpetuaram desde o período escravista até os dias atuais, uma vez que sua imagem foi frequentemente associada a estereótipos negativos, como a da mucama submissa, contribuindo para desigualdades persistentes no mercado de trabalho.

Esse cenário histórico influenciado pelos ideais de embranquecimento moldou os lugares e a forma como as mulheres negras são tratadas na sociedade, perpetuando desigualdades e a preferência por características que se aproximam ao máximo do ideal branco. Nessa perspectiva, Lago, Montibeler e Miguel (2023) argumentam que as características distintivas da raça com base na cor da pele foram criadas para promover divisões dentro da própria comunidade negra, ao mesmo tempo em que perpetuam a racialização e a discriminação desse grupo de maneira geral. Dessa forma, mesmo que alguns indivíduos possuam uma aparência mais próxima do padrão branco, facilitando sua aceitação em ambientes predominantemente brancos, a identificação racial ainda é evidente.

A visibilidade dessa identificação é tão marcante que estabelece uma categoria racial intermediária, frequentemente referida como “pardo” (Lago; Montibeler; Miguel, 2023) ou “moreno”, como mencionado por Gonzalez (2020). Santana (2023, p. 110) contribui com a discussão, postulando que “quanto mais retinta for a cor da pele, as pessoas negras são mais expostas e submetidas aos processos de exclusão, negação e invisibilidade, enfrentando barreiras quase intransponíveis no acesso ao poder”.

Como é possível observar, atualmente, nossa realidade não se distanciou muito desse contexto histórico. Ainda é comum que mulheres negras (pretas e pardas) enfrentem desafios semelhantes, tendo que conciliar múltiplas responsabilidades e uma jornada extenuante de trabalho. Apesar de avanços, as mulheres pretas continuam sendo geralmente preteridas, especialmente sob a justificativa do que significa ser de “boa aparência”, já que empresas se baseiam no padrão europeu de beleza. Por essa razão, para a maioria das mulheres negras, as chances de ascensão na classe média são quase inexistentes.

Ainda na década de 1950, houve um notável aumento nas classes médias, porém, a população negra enfrentou uma relativa deterioração de oportunidades no mercado de trabalho. A exclusão desse grupo do processo de desenvolvimento perpetuou uma condição marginalizada, caracterizada por pobreza, fome crônica e desamparo. Gonzalez (2020) critica também o feminismo brasileiro, que, liderado majoritariamente por mulheres brancas e de classe média, não trata seriamente de pautas raciais. É comum encontrar, dentro do escopo dos estudos feministas, um discurso compartilhado sobre as mulheres de classes mais baixas e grupos oprimidos ao se falar sobre a dominação do homem sobre a mulher; no entanto, o fato de as mulheres e famílias negras comporem uma parcela substancial dessas classes, infelizmente, muitas vezes, não é levado em consideração, o que oculta as experiências de discriminação racial e a opressão vivenciada pela comunidade negra. É, portanto, notável o silêncio que permeia o tema da discriminação racial.

Esse fenômeno evidencia como os estereótipos sociais, influenciados pelo racismo estrutural, são internalizados por grupos subjugados que, frequentemente, não percebem como perpetuam ideais de embranquecimento e a falácia da democracia racial em seus próprios discursos. Tal narrativa hegemônica no Brasil retrata a figura do brasileiro como um indivíduo ‘cordial’ e sustenta a ideia de que a história do país é exemplar no que tange à resolução pacífica de tensões e conflitos, sendo a diversidade racial muito citada nesses argumentos. Por conseguinte, essa concepção influencia a percepção social acerca dos negros, promovendo estereótipos que os retratam como passivos, infantis, intelectualmente incapazes e aceitantes da escravidão.

A seguir, abordamos como o feminismo negro surgiu e cresceu em meio a esse ambiente tão hostil.

2.2.2 *Feminismo Negro no Brasil*

Gonzalez (2020) critica o feminismo brasileiro em suas primeiras décadas, devido à invisibilidade da mulher negra nos discursos e textos do movimento. Para a autora, essa é uma questão de extrema relevância, que deve ser abordada com seriedade e profundidade, pois, embora muitas obras tratem das diversas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres — incluindo a dominação sexual, social e econômica, além das condições vividas por aquelas pertencentes às camadas mais desfavorecidas da sociedade —, é notável a ausência de uma discussão aprofundada sobre a opressão racial que afeta especificamente as mulheres negras.

Os textos frequentemente empregam categorias que, ao invés de reconhecer e abordar a discriminação racial, acabam por neutralizá-la, perpetuando assim a invisibilidade das mulheres negras e sua exclusão das discussões feministas. Essa neutralização da questão racial contribui para o confinamento da comunidade negra e o reforço de estruturas de poder que marginalizam essas mulheres. É fundamental reconhecer que as representações sociais, muitas vezes moldadas pelo racismo cultural, são internalizadas por diversos grupos sociais, incluindo aqueles que também são alvo de discriminação. É um paradoxo, mas mesmo aqueles que são vítimas de opressão, muitas vezes, não percebem a presença do racismo em seus próprios discursos e práticas, o que reforça ainda mais a marginalização das mulheres negras.

Ribeiro (2018), ao fazer um resumo das ondas do feminismo acadêmico, especificamente no Brasil, aponta que o movimento feminista teve sua origem no século XIX, com Nísia Floresta, quando ascenderam reivindicações como o direito ao voto e à participação feminina na esfera pública. Já no século XX, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922, emergiu como uma voz proeminente na luta pelo sufrágio feminino e pela autonomia no trabalho sem requerer a autorização do marido. A segunda onda do movimento, iniciada nos anos 1970 em meio à crise democrática, expandiu-se para além das questões de gênero, incluindo a valorização do trabalho feminino, o direito ao prazer e a resistência contra a violência sexual, além do enfrentamento à ditadura militar. Grupos iniciais, particularmente formados por professoras universitárias, foram estabelecidos em 1972, seguidos pelo Movimento Feminino pela Anistia em 1975 e pelo jornal *Brasil Mulher*, publicado entre 1975 e 1980. Nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, ativistas negras, como Beverly Fisher, destacaram a exclusão das mulheres negras das pautas feministas e, no Brasil, o feminismo negro começou a ganhar visibilidade no final da década

de 1970 e no início da década de 1980, concentrando-se na busca pela representatividade política das mulheres negras.

Ribeiro (2018), ainda, apresenta que a terceira onda feminista teve início na década de 1990, influenciada por Judith Butler, com a ascensão de um questionamento dos paradigmas estabelecidos em períodos anteriores, destacando-se a micropolítica. Nessa terceira onda, algumas feministas apontam que o antigo discurso universal, no qual se baseavam as discussões feministas, é excludente, pois as mulheres são oprimidas de maneiras diversas, o que demanda uma discussão de gênero considerando também raça e classe. Essas críticas corroboram o pensamento de Gonzalez (2020) sobre o feminismo brasileiro, uma vez que a universalização da categoria "mulheres" para fins políticos foi baseada na mulher branca de classe média, ignorando as demandas das mulheres negras e pobres.

A terceira onda também propõe a desconstrução das teorias feministas que concebem o gênero de forma binária, masculino/feminino, visto que “se não se nasce mulher, se ser mulher é um construto, se o gênero é performance (em termos butlerianos), não faz sentido a exclusão das *trans* como sujeitos do feminismo” (Ribeiro, 2018, p. 47). Diante de tudo isso, é imperativo compreender que a experiência da opressão de gênero é intrinsecamente entrelaçada com outras formas de subjugação e, “se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia” (Ribeiro, 2018, p. 47), isso precisa ser discutido.

A partir do que é possível se observar, não há uma única corrente teórica que defina o pensamento feminista. É, portanto, mais preciso falar de ‘feminismos’. Há uma multiplicidade de perspectivas que emergem desse campo; cada uma, fundamentada em princípios gerais, busca, de maneira particular, compreender as razões e os mecanismos pelos quais as mulheres ocupam posições de subordinação na sociedade. Em particular, as críticas formuladas pelo feminismo negro, principalmente com contribuições de bell hooks (1987) e Patricia Hill Collins (1990), ampliaram a compreensão da identidade feminina, haja vista que, tradicionalmente, a definição de ‘mulher’ era restrita a um estereótipo específico: branca, de classe média ou alta, casada e com filhos. Essa visão reducionista foi, então, gradualmente desafiada e expandida.

O feminismo contemporâneo passou a reconhecer e afirmar a humanidade e a feminilidade de grupos historicamente marginalizados. Passando, assim, a serem integradas de forma mais inclusiva no discurso feminista mulheres negras, indígenas, de baixa renda, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, e transexuais etc. Dessa forma, o

movimento passa a refletir de maneira mais fiel a diversidade das vivências femininas, promovendo uma luta mais abrangente e representativa, trazendo à tona realidades e necessidades de diferentes mulheres antes invisibilizadas.

2.2.3 Transfeminismo Negro no Brasil

Primeiramente, a distinção entre sexo e gênero é fundamental para compreender a forma como as identidades de gênero são construídas e expressas socialmente. Segundo Pinheiro e Pinheiro (2021), o sexo refere-se às características biológicas do nascimento, como genitálias e potencial reprodutivo, que tradicionalmente classificam indivíduos como homens ou mulheres. E o gênero,

por outro lado, é uma performance social que também se expressa por recursos linguísticos e, portanto, passa a ser compreendido como ato performativo, constituído por uma variedade de papéis e identidades, desempenhadas pelas pessoas a depender do espaço social e do momento histórico (Pinheiro; Pinheiro, 2021, p. 7-8).

Nesse caso, o gênero não seria um dado biológico, mas sim uma construção social que envolve papéis, normas e expectativas que variam conforme o contexto histórico e cultural. Como apontado pelos autores, ele é uma performance, ou seja, algo que é continuamente feito e reafirmado por meio de comportamentos, expressões e interações sociais. Esse conceito se alinha à teoria da performatividade de gênero de Judith Butler (1990), que argumenta que o gênero não é algo que “somos”, mas algo que fazemos repetidamente dentro de determinadas normas sociais.

Assim, se o gênero é performativo, a língua também se torna um instrumento dessa performance. Isso significa que as formas como falamos e escrevemos contribuem para a construção e a percepção da identidade de gênero. Exemplos disso seriam: o uso de pronomes (“ela”, “ele”, “elu”) reflete como uma pessoa se identifica e deseja ser reconhecida; ou de estratégias de neutralização de gênero (como o uso de desinências neutras em português, por exemplo, “amigue” ao invés de “amigo” ou “amiga”) emergem como tentativas de ampliar as possibilidades de expressão de identidades que não se encaixam no binarismo tradicional.

Logo, “o gênero – uma das diversas ‘facetas’ das nossas identidades – é colaborativo, pois não é feito sozinho” (Pinheiro; Pinheiro, 2021, p. 7). Ou seja, a identidade de gênero não é um elemento fixo ou essencial, mas algo que é continuamente moldado pelas estruturas sociais, pelas interações e pelos discursos que circulam na sociedade. E a linguagem

desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo tanto um reflexo quanto um meio de transformação dessas normas de gênero. Para Nascimento (2021, p. 40) “nossas performances de gênero como mulheres transexuais e travestis se fazem por meio de discursos, regimes de verdade, materializações de corpos, aparatos jurídicos sobre gênero que se proliferam socialmente.”

Em vista de tudo isso, o transfeminismo emerge como uma linha de pensamento ainda em desenvolvimento, além de ser amplamente difundido e debatido, majoritariamente, através das redes sociais por ser uma discussão mais recente. Nessa direção, Nascimento (2021) também desafia a concepção homogênea e universal de mulher, apontando que a categoria de gênero, como uma ferramenta política, está em constante disputa. Por isso, o transfeminismo deve reivindicar que o gênero não se baseie em uma matriz binária e biologizante, mas sim na subversão, garantindo que as discussões no campo incluam também mulheres trans e travestis, uma vez que diversas feministas frequentemente tentam estabelecer limites sobre quem pode ou não ser considerada mulher.

Nesse sentido, a célebre frase escrita por Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1967), “não se nasce mulher, torna-se mulher”, aborda a construção social e cultural do gênero, defendendo que ser mulher não é uma condição biológica, mas um processo contínuo de aprendizado, experiências e imposições sociais que moldam o que significa ser mulher em diferentes contextos. Dessa forma,

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. [...] Se, bem antes da puberdade e, às vezes, mesmo desde a primeira infância, ela já se apresenta como sexualmente especificada, não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada. (Beauvoir, 1967, p. 9-10)

Embora o contexto e o sentido original da frase de Simone de Beauvoir (1967) não se refiram diretamente à transfeminilidade, é relevante refletir sobre o fato de que as características historicamente associadas à feminilidade não possuem fundamentos exclusivamente biológicos, mas são, antes, resultados de construções e reforços sociais desde o nascimento. Sob essa perspectiva, ao ser reinterpretada no contexto da transfeminilidade, a frase pode adquirir novas camadas de significação, uma vez que a experiência trans questiona

a concepção de que o gênero é intrinsecamente ligado ao sexo biológico, ou seja, de que o corpo define automaticamente o gênero de uma pessoa.

Nesse sentido, a frase sugere que não existe uma ‘essência’ feminina inata, mas um processo social e subjetivo pelo qual qualquer pessoa pode se tornar mulher. Essa interpretação, por sua vez, legitima as vivências das pessoas trans que, ao longo de suas trajetórias, afirmam sua identidade de gênero independentemente de terem sido designadas como homens ao nascimento. Dessa maneira, ao integrar a experiência transfeminina a essa reflexão, a frase de Beauvoir reforça a ideia de que ser mulher é uma construção contínua, que não está limitada ao corpo biológico, mas é resultado das escolhas, vivências e experiências individuais, sejam elas de pessoas cis ou trans.

Diante disso, outra célebre frase que subverte esse ideal, inclusive citado por Nascimento (2021), é da abolicionista e ativista dos direitos da mulher Sojourner Truth, que traz um forte questionamento em seu discurso pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher: “E eu não sou uma mulher?”. Nele, Sojourner Truth (1851) questiona as distinções de gênero que restringiam os direitos das mulheres e refuta a noção de que elas deveriam ser tratadas com condescendência. Utilizando sua própria experiência como exemplo, ela destaca sua capacidade de realizar trabalhos físicos intensos e resistir a adversidades, como a separação forçada de seus filhos vendidos à escravidão.

Truth (1851) desafia a hipocrisia da sociedade em relação à raça e ao gênero, criticando o feminismo da época por excluir as mulheres negras da luta pela igualdade e afirmando que todas as mulheres devem ter acesso aos mesmos direitos. Essa perspectiva foi posteriormente adotada por bell hooks em seu primeiro livro, cujo título é inspirado na frase de Truth¹⁷. Hooks também critica as definições restritivas de feminilidade e identidade feminina, que historicamente foram baseadas nas experiências de mulheres brancas, cisgênero, heterossexuais e de classe média.

Voltando ao contexto transfeminino, Nascimento acrescenta que a

interrogação de se nós, mulheres transexuais e travestis, somos ou não mulheres, é um martelar constante, dúvida produzida pelo não enquadramento de nossas experiências dentro do CISTema colonial moderno de gênero (Nascimento, 2021, p. 14)

Ao longo de sua obra, Nascimento (2021) questiona a definição e os critérios de pertencimento ao feminismo, com um foco particular na categoria de gênero, caracterizada

¹⁷ “Ain’t I a woman?” no original.

pela autora primordialmente como “um conceito em disputa” (Nascimento, 2021, p. 19). Nesse contexto, ela apresenta os conceitos de mulheridades e feminilidades. O primeiro refere-se aos diversos modos pelos quais experiências sociais, pessoais e coletivas associadas ao gênero feminino podem ser vivenciadas. A intenção é destacar a diversidade e a multiplicidade das experiências femininas, desafiando a noção de que a identidade feminina é um conceito essencial e imutável. Em vez disso, a autora propõe uma visão mais dinâmica e adaptativa da experiência feminina. Já o segundo termo, “feminilidades”, abrange os modos pelos quais sujeitas dentro do feminismo interagem com as normas culturais que definem o que é considerado “feminino”.

Sob esse prisma, Nascimento (2021) argumenta que o transfeminismo não busca fragmentar o feminismo, mas ampliá-lo, tornando-o mais plural e conectado à sua trajetória histórica, ao mesmo tempo em que mantém o compromisso com o enfrentamento do patriarcado, do machismo e do sexismo. Ao incorporar novas demandas e experiências, especialmente aquelas vividas por mulheres trans e cis, de diferentes etnias, orientações sexuais e identidades de gênero, o transfeminismo contribui para a expansão e o aprofundamento do movimento feminista.

Ao integrar múltiplas dimensões da identidade, o transfeminismo dialoga com a noção de interseccionalidade, que, conforme descrevem Collins & Bilge (2020, p. 16-17)

interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

O reconhecimento de mulheres trans e travestis como sujeitas no feminismo é desafiado pelo fato de que, muitas vezes, essas mulheres nem sequer gozam do status de humanidade, já que foram, por muito tempo, enquadradas em categorias sub-humanas. Utilizando o conceito de “colonialidade do gênero”, de María Lugones (2014), Nascimento destaca que a desumanização dessas mulheres é uma prática histórica que também afeta mulheres negras escravizadas e indígenas. Para exemplificar isso, Nascimento (2021) cita Jesus (2019) ao relatar o exemplo de Xica Manicongo, congoleza e escravizada, primeira travesti negra do Brasil que foi forçada a renunciar à sua identidade de gênero feminina para sobreviver após ser perseguida pela Inquisição no século XVI. Esse caso ilustra como

sistemas coloniais de gênero desumanizam pessoas fora da norma binária sexual. Além disso, o relato destaca a criminalização das transgeneridades e a falta de reconhecimento dessas experiências como humanas, enfatizando a necessidade de considerar também questões de raça e classe para compreender a vulnerabilização dessas pessoas. Para Nascimento,

o transfeminismo é, ao mesmo tempo, lugar de luta política e de produção intelectual, compartilhado por pessoas que se autodefinem como mulheres, queers, mulheres travestis, mulheres transgêneras, mulheres transexuais, pessoas não binárias, travestis ou ainda de outros modos, como “transviada” ou “bixa travesti”. Espero e desejo que nós possamos romper criativamente com a compulsoriedade binária de que ou se é homem ou se é mulher. (Nascimento, 2021, p. 38-39).

A autora discute, ainda, as dificuldades enfrentadas por pessoas trans e travestis ao rejeitarem a ‘verdade biológica’ imposta pelo sistema normativo de sexo, gênero e desejo, o que resulta em um processo de precarização de suas existências. Ela afirma que, por ocuparem um ‘não lugar’ em relação ao gênero normativo, essas pessoas são vistas como ‘ininteligíveis’ pelas normas sociais cisgêneras que detêm os privilégios na estrutura colonial de gênero. No entanto, ao se autodefinirem dentro de categorias como ‘mulheridades’ e ‘feminilidades’, “aproximamo-nos de um reconhecimento dentro de uma inteligibilidade de gênero e humana” (Nascimento, 2021, p. 39).

Apesar disso, essa autodefinição também serve para desnaturalizar a categoria socialmente estabelecida de ‘mulher’, revelando sua construção social e cultural. Ela também menciona que, mesmo criticando a ideia de ‘mulher’ como um sujeito universal, muitas feministas (lésbicas, negras e outras) ainda se autodefinem como mulheres e reivindicam a categoria de ‘mulheridades’, um privilégio que lhes é concedido pela cisgeneridade. Nascimento ainda postula que, embora todos os gêneros sejam construídos por práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis são privilegiados e vistos como o “gênero real” ou “natural”, enquanto as transgeneridades são tratadas como artificiais. E, utilizando a teoria de Bagagli (2015), afirma que o prefixo “cis” significa “ao mesmo lado”, em relação antonímica com o prefixo “trans”, que significa “do outro lado” (Nascimento, 2021). Isso nos lembra as normas heteronormativas, frequentemente perpetuadas por instituições como a família, a escola e a mídia, que sustentam uma visão binária e normativa de gênero e sexualidade. Desde a infância, fomos frequentemente submetidos a tais normas que ditam como devemos nos comportar, os tipos de brinquedos de que devemos gostar, as cores que devemos usar e os

papéis que devemos desempenhar em relacionamentos românticos e familiares. Tudo isso baseado somente no sexo a que fomos designados ao nascer. Portanto há

então, um jogo entre as identidades individuais e as construções coletivas. Entendemos que nossas performances de gênero como mulheres transexuais e travestis se fazem por meio de discursos, regimes de verdade, materializações de corpos, aparatos jurídicos sobre gênero que se proliferam socialmente (Nascimento, 2021, p. 40).

As identidades individuais de mulheres transexuais e travestis interagem com normas heteronormativas coletivas, que são reforçadas desde a infância por instituições como família, escola e mídia. Essas normas sustentam uma visão binária de gênero e sexualidade, ditando comportamentos e papéis com base no sexo designado ao nascimento. Tal visão limita as expressões de gênero e perpetua a marginalização e discriminação contra identidades que não se encaixam nas categorias normativas. Nascimento argumenta, ainda, que o conceito de cisgeneridade revela um privilégio implícito que os corpos cisgêneros possuem, sendo considerados ‘naturais’ ou ‘verdadeiros’, enquanto as identidades transgêneras são frequentemente vistas como uma produção ‘artificial’ ou ‘falseada’ dentro da norma cisgênera (Nascimento, 2021).

Exemplo disso, são os banheiros públicos, frequentemente designados conforme categorias de gênero binárias (masculino e feminino), o que reforça a premissa de que a cisgeneridade representa a norma. Pessoas trans, particularmente aquelas que estão em processo de transição, podem enfrentar desafios e discriminação ao buscar utilizar banheiros que correspondam à sua identidade de gênero. Essa segregação contribui para a consolidação da percepção de que os corpos cisgêneros são a ‘norma’, enquanto os corpos trans são tratados como uma ‘anomalia’. Essa visão distorce a realidade, fazendo com que as pessoas cis pareçam ser a norma natural e universal, enquanto as pessoas trans são vistas como desvios dessa norma.

Outro exemplo que ilustra o que, aqui, se vem discutindo é o episódio transfóbico protagonizado, no Dia Internacional da Mulher, pelo deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) que o se vestiu com roupas femininas, usou uma peruca¹⁸ e, durante seu discurso, criticou o feminismo, fez comentários desrespeitosos sobre a questão de gênero, desconsiderando as lutas e as identidades das pessoas trans. Ao adotar uma identidade feminina de maneira superficial e utilizá-la para criticar o feminismo e ironizar a comunidade

¹⁸ Disponível em: <https://youtu.be/XTpCxJl3WLw>

trans, Ferreira reforça a ideia de que a cisgeneridade é a norma e que as identidades trans são desvios dela. Essa ideia foi complementada pelo enunciado verbal: “**hoje** me sinto mulher, deputada Nikole, e tenho algo muito interessante para falar. *As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres*”. Ao afirmar que homens estão “se sentindo mulheres” e utilizar o deíctico “hoje”, Nikolas Ferreira desconsidera a validade e a complexidade das identidades trans, reduzindo a experiência transfeminina a uma mera questão de ‘apropriação momentânea’ ou ‘fraude’. Tal abordagem é profundamente desrespeitosa e perpetua estereótipos prejudiciais, como a ideia de que pessoas trans constituem uma ameaça para as mulheres cisgêneras ou estão ‘invadindo espaços femininos’, como se não fizessem parte dele.

Discursos como esse contribuem para a discriminação e o preconceito contra pessoas trans, especialmente transfemininas, dividindo o feminismo ao retratar suas identidades e presenças como algo a ser combatido ou evitado. A fala de Nikolas Ferreira ignora as lutas reais enfrentadas pelas pessoas trans para serem aceitas e respeitadas em uma sociedade frequentemente hostil e reduz essas lutas a uma questão de “espaço perdido”, desconsiderando a complexidade e a legitimidade das identidades trans. Isso, pois elas “criam seus gêneros, não se colocam no mesmo espaço de produção, esquivando-se de assumir suas próprias construções enquanto seres generificados e reiterando, desse modo, a concepção de que possuem um gênero natural” (Nascimento, 2021, p. 62).

Esse contexto de discriminação contra identidades trans reflete uma estrutura social que perpetua desigualdades de gênero e poder. Na política, o poder continua sendo dominado por grupos hegemônicos, como os homens brancos, enquanto as mulheres e grupos marginalizados enfrentam dificuldades para alcançar representatividade. As normas sociais e políticas ainda limitam o acesso de minorias às esferas de decisão, evidenciando a necessidade de reconfiguração dessas estruturas para garantir maior inclusão. Diante disso, é fundamental analisar a relação entre poder político, representatividade e a exclusão de grupos marginalizados, o que será discutido no próximo capítulo, discutiremos como esses fatores interagem e afetam as políticas de representação e inclusão no Brasil, destacando o impacto da continuidade de um sistema político que favorece a hegemonia masculina e branca em detrimento das minorias, incluindo as identidades trans e as mulheres negras.

3 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Neste capítulo, abordaremos a relação entre poder político, representatividade e a exclusão de grupos não hegemônicos no cenário brasileiro. Exploraremos a concepção de poder político, tomando como base as teorias de Charaudeau (2011), para entender como o espaço público e político são organizados, muitas vezes de maneira a preservar os interesses de uma elite dominante. Além disso, discutiremos a estrutura do poder no Brasil, que ainda favorece políticos brancos e homens, refletindo uma continuidade das desigualdades históricas que limitam o acesso de grupos minoritários às esferas de decisão.

Para Charaudeau (2011), é “a ação política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum” (Charaudeau, 2011, p. 17). Ao propor uma concepção discursiva do poder político, o autor se debruça sobre o funcionamento da linguagem nas práticas políticas, evidenciando o jogo de sentidos que se constitui a partir da articulação entre duas formações discursivas distintas: “o do *debate de ideias* no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões; o do *fazer político* no campo mais restrito do espaço político, onde se tomam decisões e se instituem atos” (Charaudeau, 2011, p. 22, grifos do autor). Ele distingue, assim, duas cenas enunciativas fundamentais: uma, de natureza dialógica e fluida, associada ao espaço público não programado, onde se manifesta o que Habermas denomina poder comunicativo; e outra, marcada pela hierarquia e normatização, correspondente ao poder administrativo, em que o discurso assume uma função reguladora, orientado pela lógica da dominação.

Nesse contexto, a circulação de discursos políticos se dá sob determinadas condições de produção que delimitam o que pode ou não ser dito, e por quem. Como observa Faoro (2012), as origens do poder político no Brasil estão profundamente marcadas pela apropriação privada do público, estabelecendo uma lógica de favorecimento às elites dominantes. Nessa perspectiva, o discurso político ancora-se em formações discursivas que legitimam determinados sujeitos como portadores autorizados da palavra pública, enquanto relega outros à marginalização ou ao silenciamento. A permanência de uma elite política composta majoritariamente por homens brancos evidencia uma memória discursiva que associa os lugares de poder a determinados corpos e subjetividades, forjando um ethos político autorizado e excludente, no qual mulheres, pessoas negras e indivíduos oriundos das camadas populares permanecem como vozes subalternizadas.

A constituição do discurso político está, portanto, intrinsecamente vinculada à construção de imagens de si (*ethos*) e à ancoragem interdiscursiva que sustenta os sentidos socialmente legitimados. A dificuldade de acesso de grupos minorizados aos espaços de decisão decorre de uma estrutura enunciativa assimétrica, na qual o capital simbólico necessário à ocupação legítima da cena política é distribuído de forma desigual. Entre os mecanismos que operam essa assimetria, o financiamento de campanhas emerge como elemento central na regulação da visibilidade discursiva, condicionando quem pode ou não tornar-se um sujeito político audível e reconhecido no espaço público.

Dados do Observatório Nacional da Mulher na Política¹⁹ indicam que homens brancos detêm maior acesso a recursos de campanha, o que contribui para a reprodução de seu privilégio discursivo e político. A esse cenário soma-se a prática recorrente de candidaturas-laranja, que fragiliza a efetividade das políticas de inclusão ao simular o cumprimento de cotas, sem, de fato, garantir a presença substantiva de mulheres na disputa eleitoral. Segundo a Politize!²⁰, as políticas públicas direcionadas à ampliação da participação feminina nas eleições brasileiras foram consolidadas por meio de legislações específicas.

A primeira, a Lei 9.100/1995, introduziu a exigência de 20% de candidaturas femininas nas eleições municipais. Posteriormente, a Lei 9.504/1997 elevou essa cota para 30%, estendendo a medida para Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados. Em seguida, a Lei 12.034/2009 aprimorou a regulamentação, ao tornar obrigatório o preenchimento dessa cota, corrigindo lacunas legais e promovendo um aumento expressivo no número de candidatas mulheres. Segundo a Agência Câmara de Notícias²¹, o Projeto de Lei 4041/20 propõe a criação de cotas para candidaturas de afro-brasileiros no Legislativo, alinhando-se à proporção de pretos e pardos na população de cada estado, conforme o último censo do IBGE. Esse projeto abrange eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e assegura que candidaturas de mulheres negras tenham acesso a recursos do Fundo Eleitoral e partidário, assim como tempo de propaganda gratuita na mídia.

O resultado das eleições de 2022 representa, nesse sentido, um avanço limitado. A eleição de 91 deputadas federais configura um marco simbólico, mas a presença de apenas

¹⁹ Vide nota 3

²⁰ Disponível em: https://www.politize.com.br/cotas-de-genero-e-fundo-eleitoral-uma-retrospectiva-historica/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwi5q3BhCiARIsAJCfuZnRP_tUIPS_2GA1RfmEG6nohnbizEhL7ds62fCfHifqcqVY4urpTX8aAtUIEALw_wcB

²¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/683198-projeto-preve-cota-minima-de-candidatos-negros-nas-eleicoes-para-o-poder-legislativo/>

nove mulheres negras entre elas revela a persistência de barreiras estruturais. A constituição do *ethos* político da mulher negra ainda é atravessada por uma rede interdiscursiva que a associa à invisibilidade, à subalternidade ou à desautorização. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a proporção de pretos no total da população avançou de 7,6% para 10,2%, e de 43,1% para 45,3% para pardos, totalizando 55,4% de negros, superando, pela primeira vez, o número de brancos (43,5%). Como pode ser observado, as mulheres negras apresentam baixa representatividade na política, sendo apenas 2% do Congresso Nacional, número muito discrepante dos 23,4%.

Isso nos expõe que a ideia de minoria social — ou seja, minoria em espaços de decisão, destaque e poder econômico — trazida por Munanga (2020, p. 23) ainda prevalece fortemente em nossa sociedade, visto que, “embora superior numericamente, a sociedade colonizada era considerada minoria sociológica”. Isto é, a noção de minoria não deve ser compreendida em termos estritamente numéricos, mas sim em relação à desigualdade no acesso ao poder simbólico, econômico e político. A questão revela uma realidade de fortes raízes coloniais, diversas vezes tratada como fenômeno natural ou de mérito, não fruto de racismo e sexismo sistêmico. Nesse contexto, a desigualdade estrutural atua como dispositivo discursivo que naturaliza a exclusão, dissimulando-a sob as lógicas da meritocracia ou da neutralidade institucional. Essa dissimulação, ao deslocar o foco das desigualdades para a dimensão da competência individual, contribui para o apagamento dos marcadores raciais e de gênero, dificultando a emergência de novos discursos e a inscrição de sujeitos historicamente silenciados no espaço político.

Isso reforça também os estereótipos, uma vez que, no campo político, a construção do *ethos* — entendido aqui como a imagem discursiva projetada por um sujeito enunciador — torna-se um elemento decisivo para o êxito eleitoral. A imagem pública, nesse sentido, não é apenas um reflexo espontâneo da individualidade do candidato, mas sim o resultado de uma complexa cenografia (Maingueneau, 2008b, 2015), que articula dizeres, gestos, suportes midiáticos, alianças partidárias e memórias discursivas. Conforme Weber (2004), “a imagem pública é resultante da imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na soma das imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos).” (Weber, 2004, p. 262).

Portanto, estar constantemente vinculado a imaginários negativos e desonrosos inscreve o sujeito político em um campo enunciativo marcado pela descredibilização, limitando sua capacidade de produzir efeitos de sentido positivos e de instaurar uma posição legítima de fala. Se, no imaginário social, a figura da mulher — especialmente da mulher

negra — não é associada à competência política e à autoridade para governar, então o valor persuasivo de seus dizeres torna-se secundário frente à força dos estereótipos que os antecedem. Em outras palavras, independentemente da solidez de seu discurso ou da consistência de suas propostas, sua possibilidade de adesão simbólica pelo eleitorado será drasticamente reduzida. Assim, mesmo diante de um oponente masculino com conhecimento limitado e desempenho discursivo medíocre, ela permanece em desvantagem, pois opera dentro de uma formação discursiva que a inscreve, a priori, como inapta ao exercício do poder.

Charaudeau (2009; 2013) destaca que os meios de comunicação atuam como instâncias de mediação simbólica, operando escolhas e construindo cenas de enunciação específicas que participam ativamente da produção e circulação dos estereótipos sociais. Inserido em um “jogo de espelhos”, como propõe o autor, o discurso midiático reflete o espaço social ao mesmo tempo que o configura, funcionando como um aparelho ideológico no qual os discursos sobre raça, gênero e poder são (re)produzidos. Esses discursos não são neutros nem espelhos fidedignos da realidade, mas sim construções atravessadas por interesses de classe, raça e gênero, que se materializam em dizeres reiterativos, muitas vezes cristalizados em figuras estereotipadas.

Se, como mostra o discurso midiático e político, a mulher negra é insistentemente representada em papéis de subalternidade, é nesse lugar discursivo que sua imagem pública será ancorada, dificultando sua emergência como sujeito político legítimo. Dados divulgados em ensaio do Jornal Nexo corroboram essa leitura: “Mulheres brancas sem cargos eletivos possuem o dobro de chances de serem eleitas em comparação com as mulheres negras”²², devido a fatores como o racismo estrutural e o acesso desigual a recursos de campanha. Esse dado materializa, no nível empírico, os efeitos discursivos do racismo estrutural e da exclusão histórica das mulheres negras dos espaços de poder. As desigualdades de acesso a financiamentos de campanha, redes de apoio e capital são, assim, efeitos de um funcionamento discursivo mais amplo, que regula o dizer político e organiza a visibilidade dos corpos e vozes que circulam nesse espaço.

A construção midiática e discursiva das mulheres negras como figuras subalternas reflete-se diretamente em sua exclusão política, evidenciada pela desigualdade de acesso a recursos e representação. Apesar da conquista do voto feminino em 1932, as mulheres negras ainda enfrentam barreiras significativas no campo político, o que reforça a necessidade de

²² Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/10/16/o-que-esta-em-jogo-o-resultado-das-eleicoes-para-as-mulheres>

uma “política de presença”. O próximo capítulo abordará a trajetória política dessas mulheres no Brasil, destacando suas conquistas e desafios.

3.1 Mulheres Negras na Política Brasileira

O movimento sufragista desempenhou um papel crucial na mobilização e conscientização das mulheres, culminando na demanda pela garantia do direito ao voto. Este movimento, marcado por uma série de manifestações, petições e atividades políticas, foi fundamental para a evolução da organização feminina e sua busca por participação cívica e política. Contudo, os efeitos tangíveis dessa luta foram perceptíveis apenas tempos depois. Em muitos países, a concessão do direito ao voto às mulheres ocorreu predominantemente na primeira metade do século XX, marcando uma transformação histórica na esfera política. No contexto brasileiro, a conquista do sufrágio feminino se deu em 1932, como resultado direto da incansável batalha empreendida pelo movimento sufragista, cuja insurgência remonta ao ano de 1919. Segundo Silva (2013), durante o período que vai das primeiras manifestações do movimento feminista até a consolidação do direito ao voto feminino, ocorreram diversos embates entre as ideias predominantes da época, que defendiam o papel da mulher como destinado à domesticidade e à submissão, e a abertura para sua participação política, o que representava uma ameaça ao controle masculino e conferiria às mulheres certo poder de reivindicação.

Em meio a essas discussões, em 1924, o deputado Basílio de Magalhães apresentou um projeto de inclusão das mulheres no eleitorado, porém condicionando tal inclusão ao consentimento do marido, proposta que foi veementemente rejeitada pelo movimento feminista. Depois de 1932, com o direito ao voto consolidado, a luta das mulheres se voltou para sua representação nos partidos políticos, reconhecendo que suas necessidades passavam pela esfera política e que se fazia necessária uma “política de presença”, uma vez que “a inserção das mulheres nos espaços de poder propicia defender, além de seus princípios coletivos partidários, as questões que envolvem as especificidades em torno das questões de gênero” (Silva, 2013, p. 7).

No contexto das deliberações para a elaboração da Constituição Federal de 1988, observou-se uma dinâmica colaborativa entre grupos feministas e deputadas federais constituintes, exemplificada pela emergência do chamado “lobby do batom”. Esta aliança transpôs barreiras partidárias visando promover avanços constitucionais, particularmente no que concerne à igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de qualquer

natureza. O grupo feminino na Assembleia Constituinte apresentou aproximadamente 30 emendas constitucionais abrangendo tanto temas de caráter geral, como justiça social, educação e reforma agrária, quanto questões específicas relacionadas aos direitos das mulheres. A implementação da política de presença emergiu como uma bandeira fundamental para o movimento feminista, conduzindo à adoção de cotas eleitorais nos partidos políticos como estratégia para ampliar a representação feminina. A Lei 9504/1997, que regula o processo eleitoral, estipulou que o número de candidaturas deveria seguir uma proporção de 30% para mulheres e 70% para homens. Essa disposição foi posteriormente reafirmada pela Lei 12.034/2009, consolidando a inclusão de candidatas. Tais medidas visavam estimular um aumento no número de mulheres concorrendo a cargos políticos, com a expectativa de consequente ocupação destes cargos.

Silva (2013) ainda apresenta que a sub-representação feminina na política é atribuída, principalmente, a três fatores, particularmente no que se refere à dissolução das fronteiras entre os espaços público e privado, a partir do documento *"Mais Mulheres no Poder: Contribuição à Formação Política das Mulheres"*²³. Primeiramente, destaca-se o peso das múltiplas responsabilidades e jornadas enfrentadas pelas mulheres no âmbito doméstico e cotidiano, minando sua autonomia pessoal, autoestima e confiança, reforçadas por papéis de gênero estereotipados e falta de apoio familiar. Em seguida, há a questão das interações sociais e políticas; os partidos demonstram pouca sensibilidade às candidaturas femininas e escassa visibilidade para as demandas e experiências de discriminação enfrentadas pelas mulheres. Por fim, no contexto das relações institucionais, há uma escassez de abordagem de gênero nos movimentos de base, como sindicatos, organizações sociais e partidos políticos, resultando na masculinização dos espaços institucionais e lideranças (Silva, 2013).

Anos depois, frente a desafios semelhantes, o Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP), vinculado à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, publicou uma nota técnica sobre a presença feminina em cargos de poder nos Parlamentos do Brasil. A nota destaca que os resultados para aumentar a participação das mulheres na política, como cotas eleitorais e recursos financeiros destinados à promoção feminina, ainda são limitados, apesar de iniciativas legais desde a década de 1990. Embora tenha havido avanços, especialmente na última década, a paridade entre homens e mulheres na política formal permanece distante.

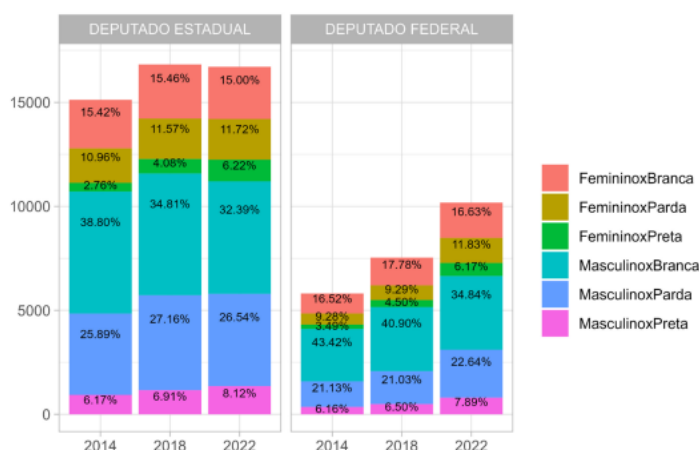
²³ Brasil. **Mais Mulheres no Poder Contribuição à Formação Política das Mulheres**. Marlise Matos e Iáris Ramalho Cortes (consultoras). Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331231401_Mulheres_no_Poder_Contribuicao_a_Formacao_Politica_das_Mulheres#fullTextFileContent. Acesso em: 10 mai 2024.

Além disso, as mulheres enfrentam barreiras não apenas para serem eleitas, mas também para ocupar cargos de destaque durante seus mandatos, e isso se agrava quando pensamos nas disparidades raciais.

Segundo dados da Pesquisa Gênero e Raça nas Eleições de 2022, do Observatório Nacional da Mulher na Política (doravante ONMP), o Brasil “é internacionalmente conhecido por suas baixíssimas taxas de representação feminina nos legislativos” (ONMP, 2022, p. 4). Apesar disso, elas são bem mais proeminentes se comparadas às de mulheres negras, pois a taxa de sucesso das mulheres pardas e pretas foi de 1% tanto em 2014 quanto em 2018, significativamente inferior à das mulheres brancas, que alcançaram taxas de sucesso de 4% em 2014 e 5% em 2018.

O gráfico a seguir analisa as candidatas e os candidatos a deputados e é discriminado tanto por gênero quanto por raça das últimas três eleições:

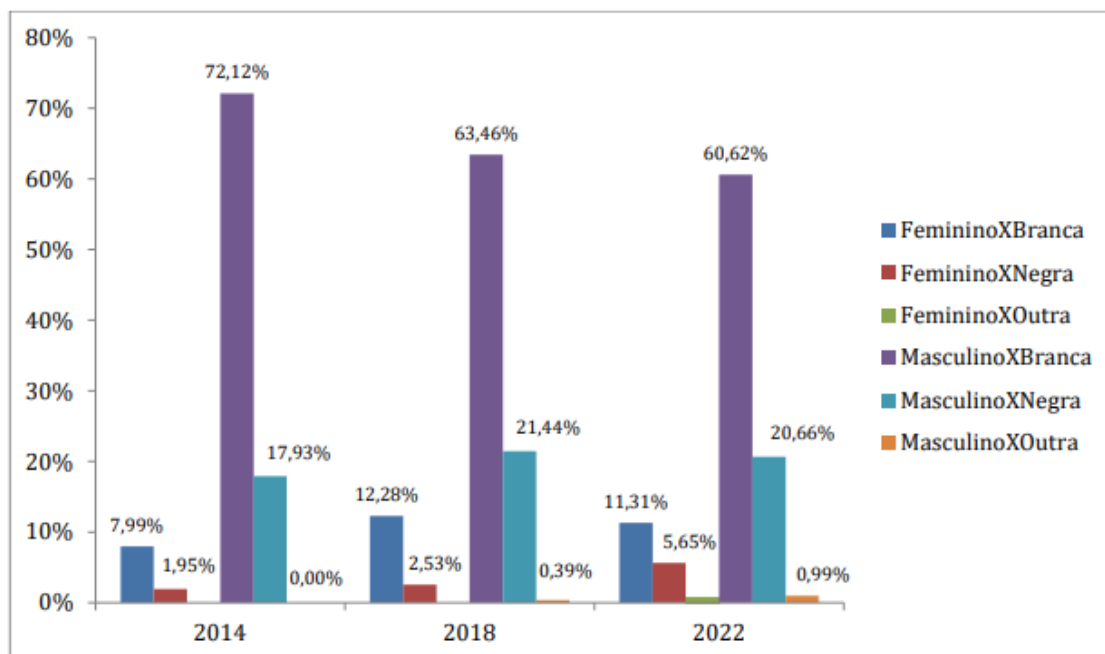
Figura 2 — Candidatos a deputados estaduais e federais por gênero e raça nas eleições de 2014, 2018 e 2022.



Fonte: ONMP (2022)

Neste gráfico, observamos que, nas últimas três eleições, o número de candidatas brancas era três vezes maior ou mais em relação ao número de candidatas negras nas eleições de 2014 e 2018, e quase o dobro em 2022, o que é um avanço, mas o objetivo é avançar muito mais. Além disso, é necessário pensar na taxa de sucesso dessas candidaturas:

Figura 3 — Índice de disparidade de eleitas/os para Dep. Federal, por gênero e raça (2014, 2018 e 2022).



Fonte: ONMP (2024)

A partir desse gráfico, divulgado pelo ONMP (2024)²⁴, é possível perceber que a taxa de sucesso de mulheres brancas foi, em todos os anos, maior que a das mulheres negras, cenário que se abrandou em 2022. O grupo de candidatas mulheres negras ainda enfrenta as menores taxas de sucesso em eleições, o que denota um longo caminho a percorrer. Tal cenário reflete não apenas uma sub-representação política, mas também a presença de barreiras estruturais e sociais que obstaculizam a plena participação desse grupo na esfera política, pois “ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está” (Gonzalez, 2020, p. 233).

A busca por soluções para a sub-representação feminina, especialmente a das mulheres negras, e pela ampliação do espaço político, mostra-se crucial para a garantia de uma participação equitativa nos processos decisórios. Tal avanço refletiria não apenas um aumento quantitativo na presença feminina nas instâncias de poder, mas também as transformações socioculturais ocorridas nas últimas décadas quanto ao papel social da mulher. Se até o final dos anos 1960 a identidade feminina era predominantemente vinculada à

²⁴ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/nota-tecnica-06-colecao-estudos-em-parceria-analise-comparada-do-perfil-das-eleitas-2014-2018-e-2022>

maternidade e ao espaço doméstico, a partir da década de 1970 observa-se uma inserção mais significativa das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, resquícios de preconceito e restrições quanto às expectativas de gênero nas esferas pública e privada ainda persistem (Silva, 2013).

A sub-representação das mulheres negras nos espaços institucionais é um fenômeno inegável e profundamente arraigado na estrutura sócio-histórica da sociedade. Este padrão reflete uma hierarquia de privilégios construída ao longo do tempo, na qual o homem branco é primordialmente privilegiado, seguido pela mulher branca, o homem negro e, por fim, a mulher negra, relegada ao fundo das considerações institucionais. A análise histórica evidencia que as mulheres negras têm sido sistematicamente excluídas dos espaços de participação na esfera pública, enquanto também enfrentam uma acumulação de desvantagens socioeconômicas, marcadas por indicadores desfavoráveis em diversos aspectos. Essa conjuntura é caracterizada pela sobreposição de discriminações de gênero e raça, resultando em uma marginalização exacerbada no tecido social, o que contribui para a perpetuação de desigualdades estruturais, refletidas na realidade laboral das mulheres negras que, frequentemente, se veem compelidas a assumir cargas de trabalho mais pesadas e a receber remunerações inferiores em comparação com seus pares de outras etnias e gêneros (Francisco, 2019).

Um dos problemas apontados por Francisco (2019) é a insuficiência de financiamento de campanha, derivada da desigual distribuição de recursos dentro dos partidos políticos, que impõe às candidatas negras a necessidade de buscar apoio em iniciativas e fundos dedicados ao fortalecimento das mulheres durante os processos eleitorais. “Um estudo da Fundação Cidadania Inteligente indicou que, em 2014 – na eleição anterior à atual – somente 2,51% das despesas com candidatos ao Legislativo foram destinadas às negras” (Francisco, 2019, p. 233). Esta marginalização não apenas perpetua a injustiça social, mas também compromete a eficácia e a legitimidade das instituições, ao privá-las da diversidade de perspectivas e experiências necessárias para uma governança inclusiva e equitativa. Todavia, após o fatídico assassinato da ex-vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (1979 - 2018), pudemos observar um crescimento modesto e uma organização política maior de mulheres negras que se candidataram, pelo menos, no estado do Rio de Janeiro, com 521 candidatas registradas, representando um aumento de 52% em relação a 2014. Esse fenômeno indica um movimento em direção às mudanças que estão se delineando no cenário político, sugerindo que as mulheres negras estão cada vez mais determinadas a ocupar posições de destaque.

Em 2022, apesar de termos tido um governo com um viés político mais conservador, houve um progresso no número de mulheres negras que conseguiram se eleger, o que forjou um legado de engajamento e resistência na busca por direitos no âmbito parlamentar. Um estudo conduzido pelo movimento Mulheres Negras Decidem²⁵ revelou que as 51 parlamentares autodeclaradas pretas ou pardas analisadas na pesquisa contribuíram substancialmente para o cenário legislativo, apresentando mais de 8 mil propostas que abordaram temáticas abrangentes relacionadas aos direitos das mulheres, ações de combate ao racismo, bem como iniciativas direcionadas aos direitos dos povos tradicionais, educação e saúde pública. A apresentação de tais projetos evidencia a responsabilidade social de mulheres negras na política, que demonstram uma predisposição para propor alterações normativas capazes de influenciar significativamente a existência de indivíduos socialmente vulneráveis.

Contudo, outro elemento igualmente relevante à invisibilização é o racismo estrutural, que permeia a sociedade brasileira. Francisco lembra a difundida frase de Angela Davis, já citada neste trabalho, “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Davis, 2017), para ressaltar a importância e o impacto da presença ativa das mulheres negras na política e na sociedade como um todo. Como explicado nos conceitos iniciais, é sabido que o racismo estrutural no Brasil limita significativamente as oportunidades de ascensão dessas mulheres a posições de poder e visibilidade positiva.

É inegável a existência de uma mobilização social implícita que busca impedir que pessoas negras ocupem espaços de destaque e influência, como é o caso da política. Essa mobilização reflete a crença equivocada de que apenas pessoas brancas devem ocupar tais posições, relegando os negros e negras a espaços marginalizados e de menor visibilidade.

Historicamente, as mulheres negras têm desempenhado papéis políticos fundamentais, desde os tempos do tráfico de escravos. A sobrevivência e a resistência dessas mulheres foram atos políticos por excelência. No entanto, até o acesso limitado à educação, historicamente negado ao povo negro, tem sido um obstáculo significativo. A ausência de representação adequada nas esferas de poder também está relacionada à falta de voz dos negros que historicamente foram desumanizados e silenciados. A representação política das mazelas da população negra e pobre, por vezes, foi feita por pessoas brancas que não vivenciaram as realidades marcadas por desigualdade e injustiça racial.

²⁵ Disponível em: <https://app.rios.org.br/index.php/s/cWS3ZTS6r4ngw5L>

O primeiro grande nome eleito no Brasil foi Antonieta de Barros (1901 - 1952) e falaremos mais detalhadamente de sua vida política a seguir. Sua eleição para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 1934, representou um avanço significativo, mas também expôs os desafios que mulheres negras enfrentam ao ingressar na política. Ainda hoje, seu legado inspira novas gerações, demonstrando que a presença de mulheres negras nos espaços de poder é fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa.

3.2 Pioneirismo: Antonieta de Barros

Em uma publicação dedicada à primeira mulher negra eleita deputada no Brasil, Antonieta de Barros (1901 - 1952), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em sua série de artigos denominada “Mulheres na Política”²⁶, apresenta uma pequena biografia da deputada, na qual descreve as adversidades e conquistas de sua história de vida, delineando uma narrativa de superação inerente a sua trajetória. Fruto de um contexto familiar no qual havia apenas a figura materna, Antonieta de Barros era filha de mãe emancipada da servidão, que trabalhava como lavadeira e, precisando complementar a renda, transforma seu lar em uma hospedagem estudantil, onde se estabeleceram os primeiros contornos da experiência formativa da filha, Antonieta. Portanto, foi por meio de sua interação com os discentes, que a menina foi alfabetizada, o que se configura como um marco preambular no desdobramento de sua jornada acadêmica. Aos dezessete anos, ingressou na Escola Normal Catarinense e concluiu o percurso formativo em 1921. No ano seguinte, fundou a instituição do Curso Particular Antonieta de Barros, concebido com o objetivo de disseminar os fundamentos educacionais entre as camadas sociais desfavorecidas.

No mesmo ano da fundação da escola, Antonieta inicia seu contato com o jornalismo, como consequência de sua eloquência e seu comprometimento com a difusão de ideias progressistas. De 1922 a 1927, a professora publicou periodicamente no jornal A Semana, veículo que se configurou como um periódico dedicado à disseminação de concepções atreladas à esfera educacional, à trama política, ao debate da condição feminina e ao enfrentamento de preconceitos. Já o engajamento político de Antonieta de Barros consumou-se em 1934, quando as mulheres obtiveram o direito de votar e se candidatar. Com a permissão, ela filiou-se ao Partido Liberal Catarinense e concorreu ao cargo de deputada estadual. Antonieta concentrou sua atuação política na defesa na viabilização de bolsas de

²⁶ Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=3722

estudo destinadas a estudantes de baixa renda, entrelaçando, assim, sua vocação política com a missão de promover a igualdade de oportunidades no campo educacional.

Sua investidura no cenário político, entretanto, sofreu um revés com a ascensão do regime ditatorial de Getúlio Vargas em 1937, cerceando seu exercício legislativo. Nesse período, Antonieta, sob o pseudônimo Maria da Ilha, deu à luz a obra literária “Farrapos de Ideias”, manifesto singular de sua resistência intelectual frente à conjuntura opressiva. Seu reingresso no panorama político ocorreu em 1947, desta vez pelo Partido Social Democrático. Sua resiliência e seu compromisso inabalável com os ideais democráticos foram características sempre presentes em seu mandato legislativo que perdurou até 1951. Apesar de seu engajamento político, a deputada jamais se afastou de sua vocação pedagógica, perpetuando seu legado enquanto dirigente da Escola Antonieta de Barros, nomeada em homenagem a ela, até seu falecimento, em 1952.

Ainda que o pioneirismo de Antonieta de Barros represente um marco na luta por representação, é notável que o caminho das mulheres negras na política segue permeado por desafios estruturais. No entanto, diante da transformação do espaço público com o advento da internet, novas possibilidades de visibilidade e mobilização emergem.

4 REDES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA

Este capítulo refletirá sobre os impactos da internet e, especialmente, das redes sociais nas formas contemporâneas de fazer política e de se representar politicamente. Considerando os efeitos da digitalização nas práticas sociais e discursivas, aborda-se como esses espaços virtuais se tornaram territórios privilegiados para a construção de imagens públicas, disputas de sentido e articulações identitárias. A ascensão das plataformas digitais como arenas de visibilidade política reconfigura relações entre representantes e representados, tensionando os modos tradicionais de participação, circulação de discursos e legitimação de figuras públicas. Ao compreender o desenvolvimento da internet no Brasil e os marcos que impulsionaram sua penetração social, este capítulo pretende lançar luz sobre os efeitos dessa transformação no campo político, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados.

A trajetória da *internet* no Brasil é marcada por um início de desenvolvimento lento, seguido por uma rápida expansão impulsionada por fatores culturais e sociais, embora o país ainda enfrente desafios relacionados à adesão e ao uso eficaz dessa tecnologia. De acordo com Tamara Benakouche (1997), a partir de 1975, com a crescente utilização de equipamentos de informática e as limitações das redes telefônicas, o Ministério das Comunicações passou a se dedicar à transmissão eletrônica de dados, na época denominada teleinformática ou telemática.

Somente a partir da década de 1990, a *internet* se popularizou com uma estimativa de 1 milhão de usuários na época. Benakouche destaca também o papel da telenovela “Explode Coração”, transmitida pela Rede Globo em 1995, como um marco na introdução da *internet* às massas. A trama apresentava um casal que se conhecia pela *internet*, tornando-se a primeira representação dessa tecnologia na mídia de grande alcance no país.

A *internet* impulsionou o surgimento de inúmeros sites e plataformas, desempenhando um papel central na facilitação de diversas atividades cotidianas. Ao diversificar os serviços disponíveis e possibilitar um acesso mais ágil e eficiente às informações globais, a internet não apenas simplificou a vida de milhões de pessoas, como também redefiniu os rumos do desenvolvimento tecnológico em escala mundial. Com isso, sua popularização abriu caminho para novas formas de interação social, culminando no surgimento das redes sociais, que transformaram radicalmente a maneira como as pessoas interagem, consomem informação e constroem comunidades, o que se consolidou como um dos maiores fenômenos sociais da era digital.

Segundo Araújo e Rios (2012), as mídias sociais consistem em plataformas digitais que possibilitam aos usuários não apenas o consumo, mas também a criação e o compartilhamento de informações e conteúdos, de maneira livre e aberta. Diferentemente das mídias tradicionais, nas quais o conteúdo é produzido por especialistas e controlado por um número restrito de proprietários, as mídias sociais se caracterizam por sua natureza colaborativa, livre e horizontal, permitindo que todos os usuários atuem simultaneamente como produtores e consumidores de informação.

Os autores também sublinham o caráter social e relacional das mídias sociais, as quais promovem interações entre indivíduos e grupos por meio de suas ferramentas de comunicação. Essa dinâmica favorece a formação de comunidades virtuais ou “tribos” que compartilham interesses comuns. Dessa forma, “a essência das mídias sociais é o relacionamento nascido da criação e do compartilhamento coletivo de conteúdo” (Araújo; Rios, 2012, p. 4), o que as distingue de maneira fundamental dos modelos tradicionais de mídia baseados em estruturas hierárquicas e centralizadas.

Com isso, as redes sociais, assim como mundos virtuais e jogos online, são compostas por membros que formam comunidades. “Cada indivíduo influencia não só um grupo de amigos, mas vários grupos de comunidades às quais pertence, em uma progressão geométrica” (Araújo; Rios, 2012, p. 4). Isso significa que uma pessoa pode compartilhar uma mensagem com seu grupo de amigos, mas essa mensagem não fica restrita a esse grupo; ela pode se espalhar por várias outras comunidades interconectadas. Essa progressão é chamada de “efeito viral” porque, assim como um vírus se espalha rapidamente, uma informação relevante pode, também rapidamente, atingir um número exponencial de pessoas em diferentes grupos.

Além disso, os autores sugerem que plataformas como o *Twitter* (agora, *X*) ou o *Facebook*, ao acumularem milhões de usuários e ampliarem suas funcionalidades, não apenas facilitam a comunicação, mas também criam um espaço de transformação cultural contínua. Nesse contexto, as redes sociais são entendidas não como entidades estáticas, mas como fenômenos sociotecnológicos em constante evolução, moldados tanto pelas inovações tecnológicas quanto pelas práticas interacionais de seus usuários. O uso dessas plataformas transcende a mera troca de mensagens, configurando-se como arenas culturais onde novos significados, identidades e normas sociais emergem e se reproduzem (Araújo; Rios, 2012, p. 4).

Segundo Magnoni, Camargo e Miranda (2017), o uso coletivo da internet e a utilização crescente das redes sociais permite que grupos marginalizados possam se mobilizar

e gerar debates excluídos da economia formal, dos modos produtivos, dos espaços de representação coletiva e dos aparatos protetivos do Estado. Além disso, os autores postulam que isso ocorre através do reconhecimento de que

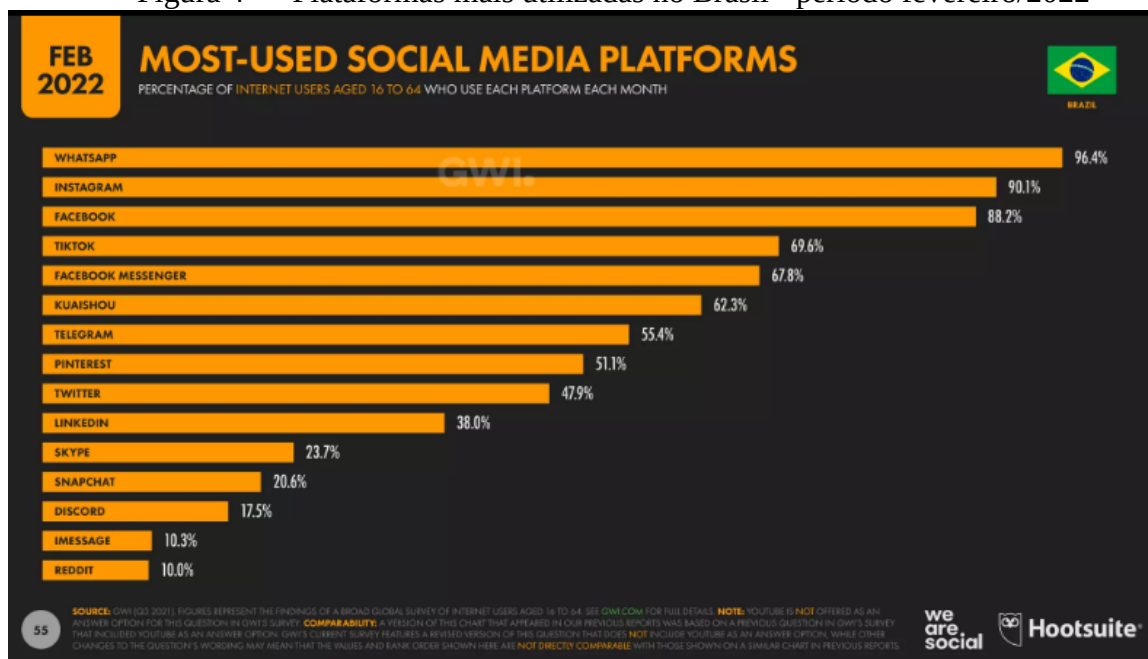
[...] o cidadão tem o direito de participar do fluxo de construção de sentido e da construção social da realidade, com um aumento, por consequência, do engajamento cívico. Sendo assim, as possibilidades de atuação política são ampliadas e reforçadas, e essa característica de engajamento a partir do uso de mídias é um dos norteadores do princípio da democracia moderna, no que diz respeito às possibilidades de ações no espaço público (Magnoni; Camargo; Miranda, 2017, p. 195).

As figuras políticas, assim como qualquer usuário, constroem sua imagem através das redes sociais. Cada post é uma tentativa de moldar um *ethos*, mas esse esforço é sempre sujeito à interpretação do público que pode ser influenciado por comentários, reações e, em última instância, pela cobertura da mídia. Assim, tanto na política quanto nas redes sociais, a construção da imagem é um processo interativo. Por meio dessas plataformas digitais, é possível acessar posicionamentos e interações autênticas, bem como identificar tendências de engajamento e repercussão das atividades políticas desempenhadas por parlamentares. No *Instagram*, mais especificamente, é possível compartilhar experiências, opiniões, perspectivas e atividades, atingindo uma audiência ampla e diversificada.

Segundo o relatório de pesquisas *Digital 2024: Brazil*²⁷, em janeiro de 2024, o Brasil tinha 187,9 milhões de usuários de internet, uma taxa de penetração de 86,6% da população total, e dentre eles, 76,6% utilizaram pelo menos uma plataforma de mídia social nesse período. O número de usuários de redes sociais aumentou em 2,0 milhões (+1,4%) entre o início de 2023 e o início de 2024, representando 66,3% da população total, embora esses usuários possam não ser indivíduos únicos (vários perfis para um só usuário, perfis coletivos, etc.). Ainda segundo esse relatório, somente o *Instagram* possui 134.6 milhões de usuários no Brasil, cerca de 62% da população. É, portanto, a segunda rede social mais utilizada no país, atrás apenas do *WhatsApp*. Considerando os dados do ano das eleições anteriores (2022), o ranking divulgado pela *Digital 2022: Brazil* se manteve similar ao de 2024, mas com um leve acréscimo no número de usuários do *Instagram* e um leve declínio do *WhatsApp*, como é possível observar nos gráficos que seguem:

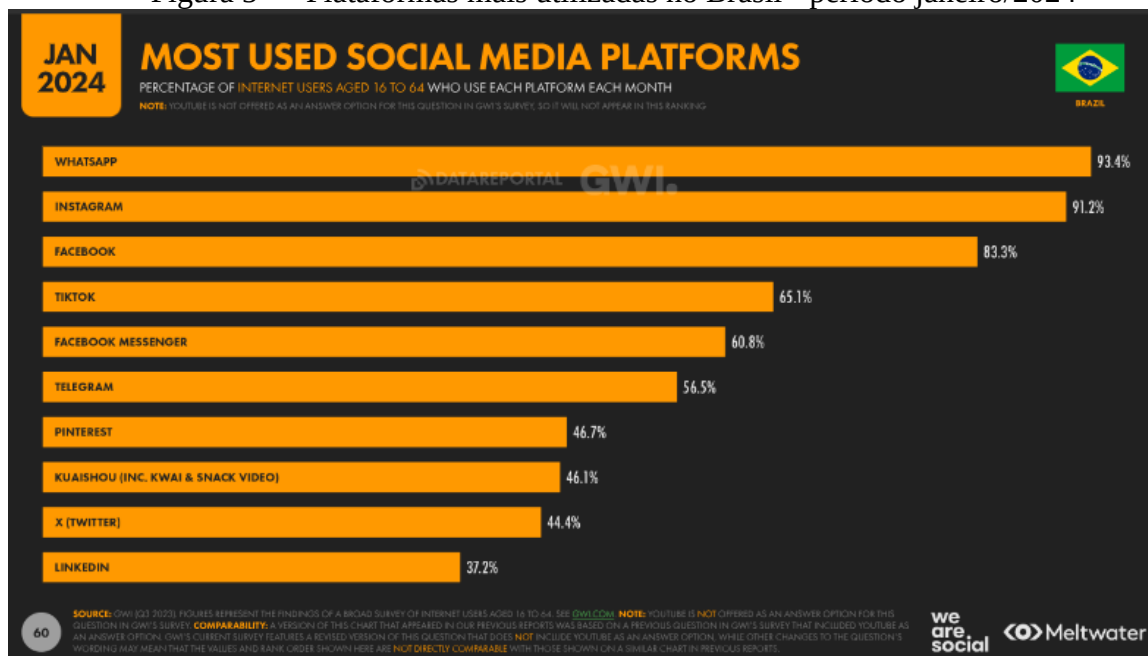
²⁷ As pesquisas do "Digital Brazil" são estudos que analisam o uso de dispositivos e serviços digitais no Brasil, incluindo dados sobre comportamento online, uso de redes sociais, penetração de internet e comércio eletrônico.

Figura 4 — Plataformas mais utilizadas no Brasil - período fevereiro/2022



Fonte: Digital 2022: Brazil (2022)

Figura 5 — Plataformas mais utilizadas no Brasil - período janeiro/2024



Fonte: Digital 2024: Brazil (2024)

Com a utilização de recursos como *stories*, *highlights*, *posts*, *lives* etc., é possível construir narrativas envolventes e autênticas, além de interagir diretamente com seguidores e simpatizantes através dos comentários. Além disso, a *virabilidade* dos conteúdos nas redes sociais possibilita uma rápida propagação de ideias e discursos, exercendo um impacto significativo nas percepções coletivas. Adicionalmente, tais plataformas desempenham um

papel fundamental na construção das identidades sócio-históricas e ideológicas, especialmente no que concerne às temáticas sobre negritude, feminilidade e transfeminilidade.

Junqueira e Paz (2019), em seu estudo sobre o ativismo de mulheres negras no *YouTube*, argumentam como grupos minoritários, especialmente mulheres negras, encontram espaço para se mobilizar e reivindicar direitos por meio de plataformas digitais. Segundo os pesquisadores, esses grupos podem se utilizar das tecnologias digitais para articular um ativismo em rede que promove a construção de narrativas centradas em suas experiências e saberes, pois as “mídias se constituem enquanto espaço para trocas comunicativas que possibilitam um partilhar dos dilemas sociais e principalmente de ideias propositivas para superação dos mesmos” (Junqueira; Paz, 2019, p. 23).

Dessa forma, o ciberespaço favorece a emergência de discursos que vão contra a ordem dominante, desafiando a invisibilidade histórica das autorias de mulheres negras, o que é definido como ciberativismo²⁸. Nesse contexto, as narrativas produzidas por essas ativistas não apenas contestam narrativas hegemônicas, mas também proporcionam uma nova compreensão sobre identidade e resistência negras contemporâneas. Além disso, as plataformas digitais permitem que essas mulheres discutam questões relacionadas ao racismo, à sub-representação e à autoestima, promovendo diálogos que questionem as normas estéticas dominantes e os preconceitos arraigados na sociedade (Junqueira; Paz, 2019). Desse modo, por meio das redes sociais, grupos minoritários encontram espaço para se mobilizar, reivindicar direitos e desafiar preconceitos arraigados na sociedade.

Segundo Quadrado e Ferreira (2020, p. 420), “as redes sociais digitais [...] explicitaram a emergência de produção e de circulação de enunciados de protesto (contrapalavra), portanto, situações de enfrentamento, lutas políticas e ideológicas”. Logo, as manifestações contemporâneas refletem um aumento significativo na amplificação de discursos de protesto, embates políticos e ideológicos, configurando-se como um espaço autônomo, em que as pessoas produzem seus próprios discursos e interagem com os de outrem.

Por tudo isso, as redes sociais constituem plataformas eficazes para a análise da representatividade e participação política das mulheres negras devido à sua capacidade de amplificar vozes, dar visibilidade a pautas e conectar indivíduos de forma ágil e abrangente. Dessa forma, compreendemos, aqui, as redes sociais como uma ferramenta midiática de massa para a conexão político-eleitor, para enfatizar seu posicionamento, mobilizar a

²⁸ “O termo “*ciberativismo*” tem sido utilizado para nomear a ação política que grupos e/ou indivíduos praticam no ciberespaço” (Jungblut, 2015, p. 14).

população; e também como instrumento de campanha eleitoral. Tais redes se tornam fontes de busca de informações, notícias, discussões políticas e sociais, de denúncias, divulgação de projetos etc.

4.1 O caso do *Instagram*

Penha Ramos e Analice Martins (2018) destacam a evolução do *Instagram* desde sua concepção inicial, enfatizando sua transformação de um simples aplicativo para compartilhamento de imagens para um complexo ambiente de produção e circulação de discursos. Desenvolvido por Kevin Systrom e Mike Krieger, o *Instagram* foi idealizado com o propósito de recuperar a instantaneidade das fotografias Polaroid, permitindo a captura e edição de imagens por meio de filtros. No entanto, sua funcionalidade expandiu-se rapidamente, tornando-se uma plataforma dinâmica de interação social e de construção identitária.

Nessa dinâmica, o usuário assume múltiplos papéis — autor, editor, leitor, designer, promotor e crítico —, navegando sem uma ordem rígida de ações. Essa fluidez interativa se alinha ao conceito de Efeito Moebius, de Pierre Lévy (1996), que descreve a passagem contínua entre o interior e o exterior, entre o virtual e o concreto, evidenciando a reconfiguração das materialidades textuais.

Além disso, as autoras problematizam a dicotomia entre o singular e o banal na produção de conteúdo no *Instagram*. A plataforma opera simultaneamente como um espaço de personalização e de massificação, “em um trânsito intenso entre o singular e o banal — ou entre a singularização do banal e banalização do singular, como bem pretender o autor de cada perfil dessa rede” (Ramos e Martins, 2018, p. 120). Assim, o *Instagram* não apenas se consolida como um meio de compartilhamento de imagens, mas também como um espaço de experimentação textual e de construção da subjetividade, no qual os indivíduos atuam na curadoria de si mesmos por meio da produção e difusão de conteúdos.

Ramos e Martins (2018) argumentam, ainda, que o *Instagram* transcende sua função inicial como uma simples ferramenta digital para a publicação de textos e imagens, constituindo-se como uma textualidade própria e um continuum macrotextual dinâmico. Elas fundamentam essa análise na concepção de cibercultura e virtualidade de Pierre Lévy (1996), que aponta o computador não apenas como um meio de produção de textos, sons e imagens, mas como um operador de potencialização da informação, capaz de gerar novos gêneros interativos. Dessa forma,

fatores de coesão e coerência se entrelaçam formando uma imagem real ou encenada de seu usuário. Em vez de ícones, cada postagem tem uma interface textual e representa um recorte da vida de seu usuário. Assim, momentos são selecionados e compartilhados, motivados por interesses pessoais ou profissionais, por exemplo, geralmente subjetivos. Cada postagem (mensagem escrita, vídeo, fotografia) é um texto produzido e arquivado nesse **macrotexto** denominado *perfil*; cada uma é igualmente uma materialização de discursos e, portanto, uma textualidade, construída praticamente na instantaneidade, sob parâmetros que, em certa medida, unem escrita e oralidade. (Ramos; Martins, 2018, p. 122).

Dessa forma, o *Instagram* é compreendido como um espaço de produção textual contínuo e interconectado, no qual interfaces textuais e discursos se articulam para delinear um sujeito virtual em constante (re)definição. Esse sujeito é construído a partir das interações entre as publicações, os seguidores e os algoritmos, o que evidencia uma relação entre os modos de subjetivação e as práticas discursivas contemporâneas.

Ao associar essa dinâmica à teoria dos gêneros discursivos de Bakhtin, as autoras indicam que as redes sociais não apenas intensificam a comunicação, mas criam novos modos de textualidade. Essas textualidades se estruturam por meio de *hiperlinks*, múltiplas mídias e diferentes matrizes linguísticas (verbal, visual, sonora), configurando uma experiência discursiva multimodal. Assim, o *Instagram* não é apenas um meio de compartilhamento de conteúdo, mas um espaço no qual os textos se inter-relacionam, formando um ecossistema discursivo contínuo e sempre em expansão.

Dessa forma, podemos pensar o *Instagram* como um espaço de produção, circulação e legitimação de discursos literários. Elas destacam que, ao criar um perfil, o usuário se engaja em um processo autobiográfico, no qual sua identidade autoral é delineada pelas publicações que realiza e pelas interações com seguidores. Esse processo caracteriza-se por uma escrita indiretamente colaborativa, na qual múltiplas semioses — imagens, textos, vídeos e links — se articulam hiper e intertextualmente, conferindo dinamicidade à produção textual. “Cada autor publica, assim, seus conteúdos, que, virtualmente, ficam encapsulados na materialidade textual compartilhada, atualizando-se, no ato da leitura, na interação com seus receptores” (Ramos e Martins, 2018, p. 126).

Ao recorrer às três categorias de Maingueneau (2016) sobre a figura do autor, as autoras enfatizam que a legitimação da autoria nas redes sociais se dá sobretudo por meio da apreciação e chancela do público, assim, temos o

autor como correlato de um texto que existe previamente, enquanto instância **responsável** pelo texto; autor como produtor de livros; autor como correlato de uma obra, com terceiros que o instituem como tal, conferindo-lhe a imagem de **autor**. Destes, o terceiro aspecto vai ao encontro das discussões apresentadas nesta pesquisa, por compreender que a autoralidade se constrói mediante a apreciação de terceiros, tecendo uma chancela para a figura do autor. (Ramos e Martins, 2018, p. 126).

Nesse contexto, ser lido e compartilhado torna-se um critério fundamental para a construção da autoralidade, muitas vezes sobrepondo-se à avaliação estética da produção. A popularidade adquirida por perfis nas redes sociais, frequentemente impulsionada pelo engajamento de seguidores, pode conduzi-los ao reconhecimento comercial. Além disso, Ramos e Martins (2018) analisam como a textualidade do *Instagram* se configura a partir da hibridez entre o verbal e o visual, transformando textos em imagens compartilháveis e navegáveis. Assim, a autoria no *Instagram* não se constrói de maneira isolada, mas por meio de um processo colaborativo e intertextual, no qual leitores-seguidores participam ativamente da circulação e validação dos conteúdos. Dessa forma, a rede social se estabelece como um espaço de escrita em rede, no qual a autoria se torna fluida e compartilhada, reforçando a natureza hipermidiática e polifônica da textualidade digital.

5 ANÁLISE DO DISCURSO E *ETHOS* DISCURSIVO

A construção de imagens públicas no espaço digital demanda uma análise atenta dos modos como os sujeitos se apresentam discursivamente. Neste capítulo, propõe-se investigar os mecanismos de construção do *ethos* nas postagens de *Instagram* de figuras públicas, com foco na análise de elementos textuais, visuais e interacionais que compõem a cenografia e orientam a leitura do enunciador. Para isso, parte-se da Análise do Discurso, campo teórico-metodológico que permite compreender como os discursos são produzidos, legitimados e recebidos em contextos específicos. Assim, inicia-se com um panorama da Análise do Discurso, destacando suas principais influências e contribuições, para, em seguida, aprofundar a noção de *ethos* discursivo e sua importância na constituição da imagem de si no discurso em ambientes digitais.

5.1 Análise do Discurso

De acordo com Maingueneau (2015), a análise do discurso, enquanto campo de estudo, começou com Zellig S. Harris (1952), quando publicou “Discourse Analysis”. Nesse trabalho, Harris (1952) definiu “discurso” como uma unidade linguística composta por frases e focou na decomposição textual, investigando a recorrência de pronomes e grupos de palavras. Seu enfoque estruturalista estabeleceu as bases para a linguística textual, sugerindo que regularidades linguísticas poderiam se relacionar a fenômenos sociais. Nos anos 1960, a análise do discurso se diversificou, especialmente nos EUA, França e Inglaterra, integrando correntes teóricas como a etnografia da comunicação, liderada por Dell Hymes e Erving Gumperz, e a análise conversacional de Harvey Sacks.

A linguística textual, desenvolvida na mesma década, forneceu ferramentas para identificar regularidades além da frase, permitindo uma compreensão mais profunda da estruturação dos textos e das interações sociais. Assim, a análise do discurso evoluiu de um enfoque linguístico para um campo interdisciplinar que abrange questões sociais, filosóficas e culturais.

A década de 1980 marcou a globalização da análise do discurso, com a publicação do “*Handbook of Discourse Analysis*” por Teun A. van Dijk (1986), que reuniu estudos de diferentes tradições sob um mesmo rótulo, promovendo uma interação de culturas científicas híbridas. Para o Maingueneau (2015), a filosofia também influenciou a análise do discurso, com a “virada linguística” de Wittgenstein, que enfatizou a análise da linguagem, e os estudos

de Austin sobre “atos de fala”. A pragmática, focada no contexto da linguagem, acrescentou profundidade ao campo.

Maingueneau (2015) ressalta que a França foi fundamental no desenvolvimento da análise do discurso, definindo-a como uma disciplina teórica e metodológica específica. O auge do estruturalismo, em 1966, foi seguido pelo reconhecimento da análise do discurso, em 1969, quando a revista *Langages* dedica o número 13 para a AD, e a publicação de obras significativas, como o livro “Análise Automática do Discurso”, de M. Pêcheux (1969), e a “Arqueologia do saber”, de Foucault (1969). Esse número não apenas introduziu o termo “análise do discurso”, mas também reuniu diversas perspectivas sobre esse novo campo de pesquisa. Jean Dubois, responsável pelo número, via a análise do discurso como um meio de investigar as relações entre linguagem e sociedade, ampliando a linguística e renovando métodos filológicos ao estudar textos de diversos gêneros.

Em contraste, Michel Pêcheux adotava uma perspectiva marxista e psicanalítica, com foco na revelação de ideologias ocultas nos textos. Influenciado por Althusser e Lacan, priorizava a crítica ideológica em vez da análise linguística. A influência de Foucault, embora indireta, foi também marcante ao desafiar a conexão entre “discurso” e uso da língua, propondo uma visão que desvinculou os discursos das estruturas linguísticas tradicionais e enfatizou sua natureza social e histórica. Ele, portanto, analisa esse processo de evolução como um campo interdisciplinar que integrou linguística, filosofia e teoria social, evidenciando as contribuições de diversos pensadores.

Maingueneau (2015) apresenta concepções importantes sobre as noções de discurso, discutindo a complexidade e a multiplicidade de significados do termo para a AD. Primeiramente, esclarece que “discurso” não é uma noção fixa; na linguística, é frequentemente associado ao uso da língua, mas sua definição pode variar conforme as condições de produção. Para o autor, o discurso pode ser entendido como uma organização além da frase, uma forma de ação que é interativa, contextualizada, assumida por um sujeito, regida por normas assumidas no bojo de um interdiscurso. O discurso constrói socialmente o sentido. Trata-se, portanto, de *uma organização além da frase*, não significando que seja apenas uma sequência de palavras superiores à frase, mas que mobiliza estruturas diferentes. Por exemplo, “um provérbio ou uma proibição como ‘Proibido fumar’ são discursos, formam uma unidade completa, embora sejam constituídos por uma única frase” (Maingueneau, 2015, p. 25).

O autor também o define como *uma forma de ação* sobre o outro, pois para ele “toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, perguntar...) que visa modificar a

situação” (Maingueneau, 2015, p. 25). O discurso é, também, *interativo*, já que envolve dois ou mais participantes; a manifestação mais proeminente dessa interatividade é a troca oral, em que “os interlocutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito que suas palavras têm sobre ele” (Maingueneau, 2015, p. 26). A troca oral, assim sendo, não é meramente uma sequência de turnos de fala, mas um complexo sistema de ajustamentos mútuos e negociações contínuas, onde cada enunciado é tanto uma resposta quanto um estímulo, refletindo a natureza dialógica e contingente da comunicação humana.

Em relação a essa dialogia, o linguista esclarece:

Qualquer enunciação, mesmo que produzida na ausência de um destinatário ou na presença de um destinatário que parece passivo, se dá em uma interatividade constitutiva. Qualquer enunciação supõe a presença de outra instância de enunciação, em relação à qual alguém constrói seu próprio discurso (Maingueneau, 2015, p. 26).

Ademais, para o autor, o discurso é *contextualizado*, pois “fora de contexto, não se pode atribuir sentido a um enunciado” (Maingueneau, 2015, p. 26), como exemplo ele apresenta as palavras indiciais ou dêiticas (eu, ontem, esse, cujo, etc.), visto que a indicialidade, em sua essência, evidencia a incompletude intrínseca das palavras, as quais necessitam ser indexadas a uma situação específica de troca linguística e a um contexto particular para que alcancem um sentido que se poderia considerar “completo”. Nesse sentido, o significado de uma palavra só se concretiza plenamente dentro de um quadro contextual específico e em interação com outros elementos discursivos presentes na situação comunicativa (Maingueneau, 2015).

Adicionalmente, ele precisa ser *assumido por um sujeito*, posto que não há discurso sem sujeito, sem quem o construa, quem assuma a posição de referência pessoal, temporal e espacial. O discurso é, ainda, *regido por normas*, e cada ato de linguagem implica normas específicas, mesmo um gesto aparentemente trivial, como formular uma pergunta, carrega consigo uma gama de pressupostos: o interlocutor deve ignorar a resposta, demonstrar interesse, presumir que o destinatário seja capaz de fornecê-la, entre outros. Com isso, “nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem justificar, de uma forma ou de outra, seu direito de se apresentar tal como se apresenta” (Maingueneau, 2015, p. 28).

O discurso é *assumido no bojo de um interdiscurso*, tendo em vista que o processo de atribuição de sentido ao discurso emerge intrinsecamente dentro de um vasto campo interdiscursivo. O conceito de interdiscurso, segundo o autor, refere-se à teia de discursos

anteriores, simultâneos e posteriores que atravessam qualquer enunciado. Nenhum discurso é produzido isoladamente; ele sempre dialoga com outros discursos, seja para reforçá-los, contestá-los ou ressignificá-los. Para se interpretar até mesmo a menor unidade enunciativa, é imperativo estabelecer conexões conscientes ou inconscientes com uma diversidade de outros enunciados que a fundamentam (Maingueneau, 2015, p. 28). Estruturar um simples texto em um determinado gênero discursivo (seja uma receita, um *email* etc.) implica a necessidade de relacioná-lo com outros textos que compartilham a mesma natureza genérica.

Maingueneau (2015) destaca, ainda, que o interdiscurso se manifesta de diferentes formas, como na citação direta, na alusão e na polêmica, demonstrando que cada discurso está, de alguma maneira, em diálogo com outros. Esse conceito é basilar para a análise discursiva, pois permite compreender como determinados sentidos são mobilizados e ressignificados em diferentes contextos. No caso das redes sociais, por exemplo, o interdiscurso se evidencia na maneira como discursos políticos, ideológicos e sociais são retomados, contestados ou reforçados por meio de interações digitais, moldando as dinâmicas do debate público.

Por fim, Maingueneau (2015) diz que o discurso *constrói socialmente o sentido*. Importa destacar que “o sentido de que se trata aqui não é um sentido diretamente acessível, estável, imanente a um enunciado ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado” (Maingueneau, 2015, p. 29). Pelo contrário, ele é incessantemente moldado e remodelado no âmbito de práticas sociais específicas e esta construção de significado é, sem dúvida, atribuída por indivíduos imersos em configurações sociais que operam em múltiplos níveis. Essa perspectiva ressalta a natureza dinâmica e situada do sentido, enfatizando a interação complexa entre os agentes sociais e os contextos socioculturais nos quais estão imersos (Maingueneau, 2015). Assim,

Segundo a perspectiva que lhe é própria, cada corrente, ou cada pesquisador, vai pôr em primeiro lugar um ou outro dos leitmotiven associados ao termo "discurso", sem com isso excluir os outros, que ficam em segundo plano. A noção de discurso constitui, assim, uma espécie de invólucro comum para posições às vezes fortemente divergentes (Maingueneau, 2015, p. 29).

Ao afirmar que a análise do discurso associa língua, atividade discursiva e conhecimento, o autor destaca que essa abordagem é distinta de outras disciplinas que podem focar apenas em um desses aspectos. O analista do discurso enfrenta, portanto, o desafio de integrar essas dimensões, evitando a tentação de se concentrar exclusivamente nos aspectos linguísticos. Esse “desconforto” na análise é apontado como uma razão para a forte influência

da filosofia e dos filósofos nesse campo, pois essa área pode fornecer ferramentas teóricas e críticas necessárias para compreender a complexidade do discurso em suas diversas camadas. Em resumo, analisar o discurso é uma tarefa que requer uma abordagem multidisciplinar, considerando não apenas a linguagem, mas também as práticas sociais e os contextos de conhecimento (Maingueneau, 2015).

Em seu livro *Gênese dos Discursos*, Maingueneau define discurso como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (Maingueneau, 2008b, p. 15). Ele propõe uma perspectiva intrigante: o discurso não é simplesmente um reflexo da realidade, mas uma interação complexa entre diferentes discursos. Cada enunciado não surge isoladamente, mas emerge em constante diálogo e confronto com outros discursos. A língua, por sua vez, não é estática; é um processo dinâmico, atravessado por significados que evoluem ao longo do tempo e que são moldados pelas contingências históricas.

Nessa visão, compreender o discurso implica não apenas observar sua relação com a realidade, mas também reconhecer seu papel na construção e na desconstrução de significados em uma teia intertextual e histórica. Essa perspectiva se firma diante de objetos considerados integralmente linguísticos e integralmente históricos, ou seja, objetos que se compõem por meio de uma dupla restrição: a restrição do dizível na língua e a restrição do dizível num determinado tempo/espaço histórico. Nesse sentido, fica evidente que as unidades discursivas são constituídas por sistemas significantes, enunciados e efeitos, dessa forma, esses objetos se aliam a uma semiótica textual, e também à história, o que faz com que o sentido se manifeste (Maingueneau, 2008b).

Charaudeau (2011) contribui com essa perspectiva postulando que um analista do discurso deve reconhecer que a linguagem é inextricavelmente entrelaçada com os contextos psicológicos e sociais nos quais é produzida e recebida. Nesse sentido, a compreensão da linguagem não pode ser separada das nuances e complexidades dos contextos em que opera. Tal reconhecimento implica a necessidade de integrar conceitos e categorias provenientes de diversas disciplinas humanas e sociais em seus procedimentos analíticos. A análise do discurso transcende, assim, os limites estritos da linguística, abraçando uma abordagem interdisciplinar que incorpora contribuições da psicologia, sociologia, antropologia, entre outras disciplinas afins. A compreensão plena da linguagem exige uma apreciação holística de sua relação com os sistemas de significado, poder e identidade que permeiam as interações humanas (Charaudeau, 2011).

Maingueneau (2008b) explora os conceitos de “universo discursivo”, “campo discursivo” e “espaço discursivo”. O primeiro conceito trata do “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (Maingueneau, 2008b, p. 33), para tal, esse universo é considerado finito, pois sua finitude implica que o discurso não é livre, já que não se fala qualquer coisa a qualquer momento sobre qualquer assunto.

O segundo conceito, o campo discursivo, configura-se como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Para o autor, “é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso” (Maingueneau, 2008b, p. 34), por exemplo, o discurso jornalístico, o discurso publicitário etc. Quando comparamos o discurso de um influenciador no *Instagram*, que pode usar imagens atraentes e linguagem coloquial para promover uma marca, com o discurso jornalístico de um site de notícias que apresenta uma análise detalhada do mesmo evento, estamos observando dois campos discursivos diferentes. O primeiro busca engajar emocionalmente o público e promover um estilo de vida, enquanto o segundo visa informar e analisar, mantendo uma postura mais objetiva e crítica. Essas diferenças nas abordagens e nos formatos revelam como os discursos digitais operam em condições de produção variadas, influenciando a forma como as mensagens são recebidas e interpretadas pelo público.

Já o terceiro, o espaço discursivo, pode ser entendido como “subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação” (Maingueneau, 2008b, p. 35), quer dizer, uma delimitação que possibilite a condução da pesquisa, para que se estudem as relações entre os discursos selecionados, cada um construído em seu respectivo contexto dentro de seu campo. Ele defende que “reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro” (Maingueneau, 2008b, p. 35-36) e isso vai de encontro com as crenças de enunciadores discursivos, os quais creem na autonomia de seu discurso, mas que produzem dizeres baseados nas relações que constroem com Outro.

Dessa maneira, o Outro do discurso não é localizável no espaço discursivo e não deve ser pensado como uma espécie de “invólucro”, ou envelope, como se pudesse ser limitado a citações ou paráfrases. “Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma” (Maingueneau, 2008b, p. 37), ou seja, o Outro se encontra em um Mesmo que não é unidade fechada, que não é autenticidade constitutiva, que não é

individualidade dada. Assim, percebemos que é no espaço discursivo que se dá a relação eu x *Outro*, vendo “no *Outro* um eu do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se. Ele seria, então, de alguma forma, o interdito de um discurso” (Maingueneau, 2008b, p. 37).

A relação conflituosa entre um eu e seu *Outro* indissociáveis (direito e avesso) é a condição fundamental para a existência de uma formação discursiva, pois, segundo Maingueneau (2008b, p.40), “todo enunciado do discurso rejeita um enunciado, atestado ou virtual, de seu *Outro* do espaço discursivo”. Assim sendo, o espaço discursivo pode ser apreendido a partir de um modelo dissimétrico (análise diacrônica) “que permite descrever a constituição de um discurso” (Maingueneau, 2008b, p. 40); ou a partir de um modelo simétrico (análise sincrônica), visando compreender as interações conflituosas entre um discurso e seu *Outro*. Contribuindo para essa discussão, Authier-Revuz (2004, p. 69) argumenta que “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado por ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do *Outro*’. O *Outro* não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é uma fonte-primeira desse discurso”.

Sob essa ótica, a análise do discurso busca desvendar não apenas os conteúdos manifestos nos discursos, mas também os processos subjacentes que moldam e dão forma às interpretações. Ao analisar os discursos, o analista busca desvendar as dinâmicas complexas pelas quais os significados são construídos, considerando tanto os elementos textuais quanto os contextos socioculturais e históricos que os permeiam. Segundo Orlandi (2000), a AD tem como objetivo principal compreender o processo pelo qual os objetos simbólicos produzem significados, examinando os gestos de interpretação que se configuram como atos dentro do domínio simbólico, uma vez que influenciam diretamente a construção do sentido. Para a linguista,

A análise do discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma "chave" de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (Orlandi, 2000, p. 26).

Portanto, a análise do discurso transcende a mera observação da língua em si, adentrando-se nos intrincados tecidos das relações humanas. Seu objeto de estudo não se limita ao vocabulário e à gramática, mas se estende para além, alcançando as complexas

dinâmicas de poder que permeiam as interações sociais. Por meio da análise do discurso, desvendamos não apenas o que é dito, mas também os mecanismos de dominação, submissão e resistência que se entrelaçam nos discursos cotidianos. (Orlandi, 2000).

Falando mais especificamente sobre a Análise do Discurso Digital (ADD), Marie-Anne Paveau (2022), em sua teoria sobre os ‘discursos nativos da internet’, destaca uma abordagem inovadora para compreender os discursos digitais, considerando-os não apenas como textos linguísticos, mas como produtos indissociáveis de suas configurações técnicas. A autora introduz o conceito de tecnodiscursos para descrever discursos gerados em ambientes digitais, nos quais a materialidade tecnológica não é apenas um suporte, mas um elemento constitutivo. Para Paveau (2022), os discursos nativos da internet só podem ser plenamente compreendidos quando analisados em seu contexto técnico, uma vez que são produzidos, organizados e distribuídos por meio de plataformas e programas de publicação que influenciam sua estrutura linguística e seus sentidos.

Os discursos da internet possuem uma característica essencial: sua intensa relacionalidade, que se refere a como esses discursos se integram em uma rede de relações algorítmicas que afeta tanto seu alcance quanto suas especificidades linguísticas. Paveau (2022) argumenta que os discursos digitais possuem propriedades linguísticas inéditas, como a “clicabilidade” (possibilidade de interação imediata) no nível morfolexical e a *imprevisibilidade* no nível discursivo. Essas características surgem das interações complexas entre as dimensões técnicas e linguísticas desses discursos, o que faz com que qualquer separação entre o conteúdo linguístico e o aparato técnico que o sustenta seja prejudicial à análise.

Para ela, as abordagens tradicionais da linguística, que focam apenas no conteúdo verbal e desconsideram a materialidade técnica dos textos digitais, resultam em interpretações reducionistas. A linguista critica, por exemplo, o hábito de extrair frases ou fragmentos de textos digitais para análise isolada, ignorando o ambiente técnico e relacional onde esses discursos foram gerados. Esse tipo de análise acaba reduzindo o tecnodiscurso a um objeto puramente linguístico, sem considerar como o ambiente técnico impacta a construção do sentido (Paveau, 2022).

Dessa forma, Paveau (2022) defende que a análise de discursos digitais deve adotar uma perspectiva “ecológica e integrativa”, que reconheça o papel dos agentes não humanos (como algoritmos e interfaces) na produção de sentido. Portanto, essa perspectiva se refere a uma abordagem que considera a linguagem digital dentro de um ecossistema complexo, no qual interagem tanto humanos quanto não humanos. Dessa forma, se reconhece que o discurso

não é produzido apenas pelos sujeitos, mas também por fatores tecnológicos, como algoritmos, interfaces, plataformas e infraestruturas digitais, que influenciam a forma como os enunciados são construídos, circulam e são interpretados. Seu caráter ecológico se deve ao fato de que o discurso digital se insere em um ambiente dinâmico e interconectado, em que diversos fatores técnicos e sociais se combinam para formar significados. Já seu aspecto integrativo diz respeito à necessidade de analisar esses discursos considerando todas essas dimensões conjuntamente, em vez de separar a linguagem das condições tecnológicas que a moldam. Assim, o tecnodiscurso, segundo essa visão, é entendido como uma sinergia entre o humano e o técnico, um fenômeno híbrido em que signos linguísticos e elementos tecnológicos se interpenetram, redefinindo as formas de comunicação na era digital.

Essas produções, diferentemente da digitalização de documentos físicos que apenas transposiciona informações, são construídas a partir dos recursos próprios do meio digital. Assim, combinam textos, imagens, hiperlinks e elementos multimídia em uma composição denominada por Paveau (2022) como “hibridismo semiótico”, caracterizada pela integração entre a linguagem e os recursos tecnológicos disponíveis no ambiente digital.

Um exemplo pertinente desse fenômeno seria a adaptação de um formato de publicação digital para outro, combinando texto e outros elementos visuais adicionais para complementar e facilitar a compreensão do conteúdo original. Nesse sentido, a adaptação de notícias ou manchetes para redes, como o *Instagram* — plataforma voltada para o compartilhamento de imagens e vídeos (*reels*)—, é uma prática comum. Nessa plataforma, as postagens textuais são frequentemente transformadas em *prints* ou edições visuais que podem incluir fotos, legendas e outros elementos gráficos para facilitar a compreensão. Tal prática ilustra a necessidade de adaptação de conteúdos textuais para formatos visuais, promovendo maior acessibilidade e interação por parte do público-alvo.

Assim, ao participar ativamente, os comentadores transformam o post inicial em um espaço de resistência coletiva. Como aponta Paveau (2022), em sua teoria de “ampliação”, esses discursos digitais colaborativos não encerram o conteúdo na postagem original, mas o expandem, criando um movimento discursivo que constrói uma narrativa de denúncia e reivindicação de justiça, fortalecida pelas vozes e experiências dos seguidores.

Outro conceito trazido pela autora é o da *investigabilidade* dos discursos digitais nativos refere-se à sua rastreabilidade e à sua coletabilidade, sendo facilmente localizáveis para referência futura. Em um ambiente digital onde “nada esquece”, esses discursos tornam-se passíveis de repetição, análise e reutilização em diversos contextos, por meio de ferramentas de busca e do caráter persistente da internet (Paveau, 2022). Exemplo disso são as

ondas de cancelamento²⁹ que acontecem nas redes sociais, mais comumente no *X* (antigo *Twitter*), por meio do resgate ou prints de postagens controversas de pessoas públicas.

Por fim, a *imprevisibilidade* se manifesta pela influência dos algoritmos na formatação e circulação desses discursos. Ao ajustarem o conteúdo exibido aos usuários com base em suas preferências e interações, os algoritmos afetam a visibilidade e o engajamento de forma imprevisível, escapando ao controle integral dos enunciadores humanos, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo (Paveau, 2022).

Diante da análise dos discursos digitais nativos, evidencia-se que a materialidade técnica desempenha um papel central na constituição e circulação das mensagens na internet, de modo que os aspectos linguísticos e tecnológicos se tornam indissociáveis. Nesse sentido, as noções de relacionalidade, clicabilidade e imprevisibilidade demonstram que tais discursos não apenas refletem as intenções dos enunciadores, mas também são configurados por algoritmos e pelas dinâmicas das plataformas digitais. Considerando esse cenário, torna-se essencial examinar como essas especificidades impactam o discurso político, uma vez que a linguagem, ao mediar relações de poder e consolidar a legitimidade da representação política, é atravessada por estratégias discursivas que visam à persuasão e à construção do sujeito no campo político. Assim, a próxima seção discutirá como o discurso político se estrutura e de que maneira o sujeito do discurso se constitui em meio às condições de produção e aos mecanismos próprios desse contexto.

5.2 Discurso Político e Sujeito do discurso

Charaudeau (2018) postula que a linguagem desempenha um papel fundamental na construção da ação política, atuando como um elemento mediador entre a esfera cidadã e a esfera política. Nesse sentido, a linguagem contribui significativamente para garantir a legitimidade da representação política. Assim, ele afirma:

O discurso político, no que concerne às suas significações e a seus efeitos, não resulta da simples aplicação de esquemas de pensamento pré-construídos que se reproduziriam sempre da mesma maneira quer se esteja do lado dos dominantes ou dos dominados. As significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamentos dos saberes e das crenças que são construídos por uns e reconstruídos por outros. (Charaudeau, 2018, p. 52).

²⁹Cyberbullying, boicote e/ou um ataque à reputação que coloca em risco o emprego e os meios de subsistência da pessoa “cancelada”.

Charaudeau (2018) descreve o discurso político como um processo complexo, em que as significações e efeitos não são simplesmente resultantes da aplicação de esquemas de pensamento fixos ou ideologias preexistentes. Em vez disso, essas significações e efeitos são criados e reconstruídos através de uma interação dinâmica entre diferentes saberes, crenças e posições sociais. Isso significa que o discurso político é moldado tanto pelos que emitem a mensagem quanto pelos que a recebem, levando em consideração a circulação dessas ideias e a interpretação que o público faz delas.

Segundo Garcia (2020), o conceito de discurso frequentemente evoca a ideia de discursos políticos, os quais se configuram como formas de comunicação realizadas por meio da linguagem com o objetivo de persuadir os ouvintes sobre determinados temas de interesse coletivo. Tal associação tem raízes na Grécia Antiga, especialmente entre os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles, que consideravam o discurso como fundamental para a atividade política. A oratória pública passou a empregar técnicas de argumentação para persuasão, sendo vista como um meio de exercer poder sobre os outros.

Para Charaudeau (2018), esse tipo de discurso é caracterizado, primordialmente, como o espaço de um intrincado jogo de máscaras, cujas expressões verbais proferidas dentro do âmbito político demandam uma interpretação que transcende sua significação literal, pois está sujeita a uma complexa rede de subtextos e intenções não explicitadas. Por sua vez, Weber (2004, p. 261), “os discursos da política serão sempre persuasivos, sustentados por argumentações sendo, portanto, passíveis de apoio e refutação, mantidos pelas dúvidas”.

A partir disso, temos a discursividade, que abrange os padrões de produção e interpretação de discursos em contextos específicos, revelando como o poder, a cultura e a identidade são construídos e contestados através da linguagem. Portanto, “se a discursividade de um texto é construída pelo sujeito, a discursividade é o modo próprio dele de dizer. É a materialização de seu discurso, a partir das suas ideologias” (Garcia, 2020, p. 13). Nessa perspectiva, o sujeito não seria (e não é) necessariamente uma entidade específica, material, mas sim uma construção que pode variar de acordo com as condições de produção, o que o autor denomina “sujeito da linguagem, um sujeito que será assujeitado ideologicamente e que assumirá uma posição-sujeito” (Garcia, 2020, p. 13).

Figura 6 — Sujeito do discurso



Fonte: Garcia (2020)

Nesse ínterim, Charaudeau (2018) postula que, na esfera política, a formação da identidade dos agentes é delineada por sua legitimidade e habilidade de participar do domínio público. A construção da identidade do sujeito é influenciada pelas representações sociais, já que o sujeito não possui uma realidade independente, mas sim aquela que é moldada pelas representações que circulam dentro de um determinado grupo social, as quais são denominadas por ele como *imaginários sociodiscursivos*.

Para isso, requer-se que o sujeito político persuade os indivíduos acerca dos valores que representa; assim, é necessário construir uma identidade discursiva que harmonize teoria e prática, assim como posicionamento ideológico e estratégias de gestão do poder. Destarte, “o sujeito que se encontra assim legitimado (instância política) sabe que essa legitimidade lhe é acordada pelos mesmos indivíduos (instância cidadã) que são o alvo de seus atos de discurso” (Charaudeau, 2018, p. 69). Importa ainda esclarecer que, segundo Charaudeau (2018), as táticas discursivas adotadas por um político incluem sua identidade pessoal, percepção da opinião pública e as posições de outros atores políticos aliados ou adversários.

A performance do discurso político é caracterizada por uma oscilação entre apelos à razão e à emoção, integrando elementos de *logos*, *pathos* e *ethos*³⁰. Nesse contexto, as estratégias de persuasão englobam uma série de aspectos, tais como a seleção e a ênfase em determinados valores, as diferentes abordagens argumentativas, a dramatização do discurso e a construção deliberada da imagem pública do político (*ethos*). Nesse sentido, ao aprofundarmos a análise do *ethos* discursivo, torna-se necessário explorar como a construção dessa imagem se articula com as condições sócio-históricas da enunciação e com as práticas discursivas que estruturam as relações de poder no campo político.

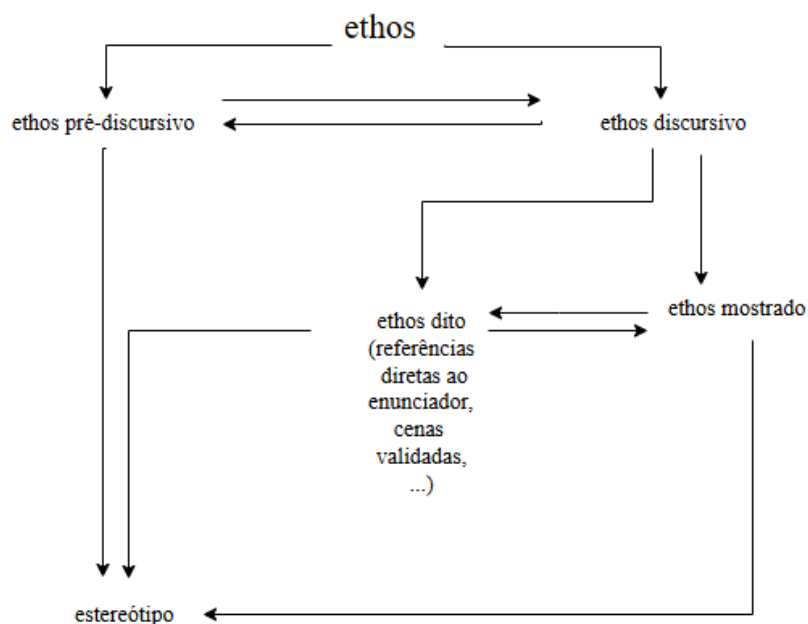
5.3 O *ethos* discursivo

Para Dominique Maingueneau (2008a, 2018, 2020), o *ethos* é um conceito central na Análise do Discurso, referindo-se à construção da imagem de si do enunciador na condição de produção de sua enunciação. O autor destaca que o *ethos* não deve ser entendido apenas como

³⁰ a tríade retórica aristotélica. Vide: Aristóteles. *A Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

uma característica individual ou psicológica do falante, mas como uma construção discursiva que emerge da interação entre o enunciador, o enunciado e a cena de enunciação.

Figura 7 — Esquema do *ethos*



Fonte: Maingueneau (2008a)

Tal diferença é apresentada em “Ducrot (1984, p. 201, *apud* Maingueneau, 2023, p. 9315), por meio da oposição entre o falante-L (o falante no momento em que enuncia) e o falante- λ (o falante enquanto ser no mundo, fora da enunciação)”. Ou seja, o falante L, ou falante explícito, é aquele que se manifesta de forma aberta e clara no discurso, assumindo diretamente suas ideias e posições. Em contrapartida, o falante λ , ou falante implícito, é aquele que aparece de forma sutil, não se manifestando diretamente, mas deixando suas intenções subentendidas nas entrelinhas do discurso, por meio de escolhas lexicais que sugerem seu posicionamento, mesmo sem explicitá-lo.

Desse modo, o *ethos* torna-se uma categoria importante para a análise das práticas discursivas em diversos contextos, considerando fatores textuais, contextuais e sociais que influenciam a enunciação e sua recepção. É ele que torna possível observar como um orador constrói sua imagem para o público e como essa imagem pode ser percebida. Maingueneau (2016), entretanto, busca afastar o *ethos* das associações tradicionais com a retórica e o caráter psicologizante, enfatizando sua relação com as condições de produção sociais e culturais do discurso. Para isso, o teórico argumenta que o *ethos* simultaneamente legitima e é legitimado

pelas cenografias discursivas, ou seja, pelas condições e elementos que envolvem a enunciação (Maingueneau, 2016, 2020).

Ao abordar as encenações do discurso, Maingueneau (2020) defende que “um texto não é um conjunto de signos inerentes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é **encenada**” (Maingueneau, 2020, p. 85), o que ele traduz como cena de enunciação. Dentre as diferentes cenas de enunciação, temos a *cena englobante*, que corresponde ao tipo de discurso situado em determinado quadro espaço-temporal, por exemplo, publicitário, religioso, político etc. Há também a *cena genérica*, que diz respeito ao fato de cada gênero do discurso definir seus próprios papéis. Como exemplo, podemos pensar que em uma campanha eleitoral, há candidatos a determinados cargos dirigindo-se a seus potenciais eleitores, e não um coenunciador qualquer tratando com o político no geral. Por fim, se cada tipo de discurso comporta uma distribuição pré-estabelecida de papéis que orientam as interações entre os participantes, o enunciador possui apenas uma relativa liberdade para escolher sua “cenografia” (Maingueneau, 2020). Portanto, a cenografia é “ligada ao acontecimento de fato e revela os posicionamentos que os enunciadores assumem e os sentidos que circulam na interação” (Cano, 2012, p. 68).

Um exemplo do que foi dito sobre a cenografia e o *ethos* do enunciador pode ser observado no discurso político, que pode ser moldado de diferentes maneiras para se adequar às condições de produção e à audiência. Nessa seara, Amossy (2016), exemplifica que um político pode se apresentar como um homem do povo, utilizando uma linguagem simples e acessível, referindo-se a experiências compartilhadas com a população e enfatizando suas origens humildes; pode, de outro modo, também se apresentar utilizando argumentos baseados em seu histórico político ou em realizações passadas para demonstrar competência e capacidade de liderança; e, por último, pode se apresentar como um tecnocrata, adotando uma postura mais técnica, com propostas fundamentadas em dados e estudos especializados, buscando transmitir uma imagem de eficiência e racionalidade na gestão pública. O exemplo demonstra que, segundo Amossy, a

[...] maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e o seu parceiro. (Amossy, 2016, p. 16-17)

Nesse sentido, tomar a palavra, segundo Amossy (2016), envolve criar uma imagem de si mesmo, não exigindo que o falante se retrate completamente. Seu estilo, habilidades linguísticas e crenças são suficientes para construir sua autoimagem, ou seja, seu *ethos*.

Charaudeau (2011) explica que para a construção de sua imagem, o sujeito, primeiramente, expõe sua identidade social enquanto locutor, atribuindo-lhe o privilégio da expressão e validando sua competência comunicativa, em conformidade com o status e com o papel conferidos pela situação comunicativa. Em uma segunda composição, o sujeito constrói uma representação de si mesmo como enunciador, uma identidade discursiva que adere aos papéis que ele assume no ato de enunciação, influenciada pelas limitações da situação comunicativa e pelas estratégias que ele decide adotar. Para Charaudeau (2020, p. 115),

O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única.

No entanto, entre os estudos apresentados, a abordagem de Maingueneau (2020) se destaca por conceber o *ethos* como parte constituinte da cena de enunciação. Nessa perspectiva, o *ethos* não se limita a uma estratégia persuasiva, mas emerge das condições de produção do discurso e das relações entre sujeitos, identidades e valores. A cena de enunciação abrange não apenas o espaço físico, mas também os contextos social e cultural que moldam e reconfiguram continuamente o *ethos* a cada interação. Optar por Maingueneau (2020) justifica-se pela profundidade de sua análise da interconexão entre *ethos* e cenografia discursiva. Enquanto Charaudeau (2011, 2020) e Amossy (2016) oferecem visões robustas sobre a construção da identidade discursiva, Maingueneau (2008a, 2018, 2020) propõe uma abordagem mais sistêmica, que entende o *ethos* como um fenômeno contínuo, intrinsecamente ligado às condições de produção e aos mecanismos de legitimação social.

Portanto, para Maingueneau (2020), a cena de enunciação não é apenas um espaço onde o discurso ocorre, mas uma condição de produção que inclui a construção do *ethos* do enunciador. O discurso é, portanto, uma manifestação desse *ethos* que é validado e reconfigurado a cada enunciação, uma vez que o enunciador, ao se situar em uma determinada *cena englobante e genérica*, traz consigo um conjunto de valores e identidades que se entrelaçam com o discurso, moldando sua recepção e eficácia.

Esse enunciador não é um ponto de origem fixo, mas sim parte de uma dinâmica que envolve papéis, momentos de enunciação e contextos materiais. Ele é situado em uma “instituição discursiva” e em uma cena de enunciação, as quais determinam como o discurso é produzido e recebido. Assim sendo, a cenografia é reconstruída pelo leitor e se relaciona a um momento e a um lugar específicos, ou seja, a cenografia emerge de condições de produção que, ao mesmo tempo, devem ser validadas pelo discurso que dela se origina.

Maingueneau (2020) sugere, então, que a cenografia e o *ethos* participam de um processo paradoxal: a fala pressupõe uma cena de enunciação que se valida progressivamente através da própria enunciação. Essa relação é especialmente visível em discursos populistas, nos quais a figura do “homem do povo”, por exemplo, é utilizada para legitimar um enunciado que critica a corrupção e distancia-se dos políticos tradicionais. Nesse sentido, o discurso não só define o que é legítimo na política, mas também o que deve ser evitado a todo custo, criando uma dinâmica de poder e identificação que é essencial para a construção do significado. (Maingueneau, 2016).

Em posts do *Instagram*, o *ethos* se manifesta em cada detalhe da composição, configurando a identidade que o enunciador quer que o público perceba e, muitas vezes, admire ou confie. Nesse contexto, o *ethos* discursivo se manifesta de várias maneiras, dependendo do tipo de perfil e do objetivo do post. A cenografia é o “palco” onde a figura pública se posiciona e organiza sua imagem para gerar uma percepção específica no público. No ambiente digital, a cenografia envolve elementos visuais, como imagens, emojis, filtros; elementos textuais como os textos nas imagens, legendas, biografia, comentários etc.; e elementos de interação, como os botões de curtir, compartilhar, reportar, comentar, bem como as hashtags etc. Todos esses elementos compõem o universo visual e semântico dos perfis e posts (Maingueneau, 2020).

A cenografia de uma postagem é uma das primeiras pistas do *ethos* discursivo, pois cria uma atmosfera que convida o público a interpretar o enunciador de uma certa forma. Por exemplo, um político pode optar por uma cenografia que passa seriedade e compromisso, com fotos em locais oficiais e discursos formais, reforçando um *ethos* de credibilidade e responsabilidade. Já um influenciador pode optar por uma cenografia mais descontraída e caseira para criar um *ethos* de autenticidade e proximidade com os seguidores. Se a escolha dos elementos visuais contribui para uma construção coerente do *ethos*, a cenografia é, portanto, uma ferramenta que projeta valores, credibilidade e intenções do enunciador.

A cena englobante refere-se ao “tipo de discurso” ou às condições de produção maiores, ou seja, as convenções e expectativas sociais que envolvem o discurso no *Instagram*.

No caso de uma figura pública, a cena englobante para posts no *Instagram* pode se caracterizar, por exemplo, por discursos políticos ou de posicionamento público, geralmente mais formais e com propósito de se alinhar a perspectivas de grupos específicos com temáticas sociais e/ou culturais. Nesse sentido, quando uma figura política posta algo em defesa do combate ao racismo, ela se posiciona dentro de um discurso de igualdade e justiça social, reforçando um *ethos* comprometido com causas inclusivas. Esse tipo de discurso é esperado e incentivado pelo público alinhado com a cena englobante de responsabilidade social e ativismo digital.

A cena de enunciação, por sua vez, compreende a articulação entre a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. É a partir dessa articulação que se estabelece o espaço enunciativo em que o locutor se posiciona em relação ao seu público e constrói seu *ethos*. A cena genérica corresponde ao gênero discursivo que organiza a produção — como um post, um vídeo ou um *story* no *Instagram* —, enquanto a cenografia diz respeito à encenação específica criada pelo enunciador naquele momento. Por exemplo, ao utilizar a primeira pessoa e expressões mais informais, o enunciador instaura uma cenografia que sugere proximidade e acessibilidade, como alguém que deseja “conversar” com o público. Já o uso de linguagem mais formal, com distanciamento e até com a escolha de falar em terceira pessoa, pode instaurar uma cenografia que reforça um *ethos* mais institucional ou profissional. Essa construção de imagem se dá pelo modo como o sujeito se posiciona dentro das cenas, sugerindo, de forma implícita, traços como acessibilidade, transparência, competência ou seriedade, a depender do efeito de sentido buscado (Maingueneau, 2008b, 2020).

De acordo com Amossy (2016), em diversos tipos de discurso, há uma estrutura predefinida de papéis a serem desempenhados, oferecendo ao locutor uma certa liberdade na escolha de sua representação. No cenário político, por exemplo, um candidato/político tem a capacidade de se dirigir aos eleitores de diversas maneiras: como representante do povo, indivíduo experiente, um tecnocrata, figura paterna/materna etc. É nessa dinâmica que o conceito de *ethos* assume uma relevância significativa, pois não se limita apenas à imagem pública do orador, mas engloba também a construção deliberada da identidade discursiva. Em outras palavras, trata-se da maneira como o locutor molda sua credibilidade, autoridade e caráter perante seu público, de acordo com o papel que escolhe assumir em determinado momento. Nesse sentido, o *ethos* não é apenas uma questão de aparência, mas sim uma ferramenta poderosa de persuasão e influência.

Como podemos observar, o *ethos* está profundamente relacionado ao ato de enunciação, ou seja, à forma como alguém se apresenta e se comunica. Durante a fala ou

escrita, o enunciador transmite credibilidade, valores e intenções que contribuem para a construção de sua imagem perante o público. Isso representa, para Maingueneau (2008a), uma dificuldade de análise, pois o público não espera apenas a fala do enunciador para formar uma opinião sobre ele. Ou seja, mesmo antes que o enunciador fale, o público já tem uma ideia pré-construída sobre seu *ethos*, baseada em fatores como sua identidade, reputação, histórico, aparência e suas condições de produção. Isso significa que a percepção do *ethos* pode ser influenciada por experiências passadas e contextos que não estão diretamente relacionados ao discurso atual.

Além disso, o público não apenas processa o que é dito, mas também como é dito, levando em conta o material linguístico e as condições de produção a partir das quais o discurso ocorre. A questão central problematizada é como devemos teorizar o *ethos*. Devemos considerar apenas o que está contido no material verbal (as palavras), ou devemos incluir elementos não verbais e contextuais? Essa decisão tem implicações profundas para a análise do discurso, pois o *ethos* é uma construção que une verbal e não verbal, resultando em efeitos que vão além das palavras e atingem os sentidos de forma mais ampla.

Sobre a união verbal e não verbal, Maingueneau (2020) discute a situação do analista do discurso, que se vê confrontado com as novas tecnologias, os hipergêneros da internet, que não possuem *ethos* tão bem definidos como nos *corpora* tradicionais. O autor destaca que, com o avanço da fotografia, das técnicas de impressão e das mídias digitais, a presença de iconotextos se tornou mais comum. Isso implica que, ao analisar discursos, o analista não deve tratar o verbal e o visual como entidades separadas, mas sim considerar como eles interagem e se influenciam mutuamente na construção de significados e na formação do *ethos* (Maingueneau, 2020).

A análise de posts no *Instagram* relaciona-se diretamente com a discussão sobre iconotextos, já que essa plataforma é um espaço que combina texto e imagem de maneira intrínseca para transmitir mensagens. Cada *post* é uma construção discursiva que depende dessa interação: a imagem, muitas vezes, carrega significados que complementam ou até contradizem o texto, e vice-versa. No contexto de análises de discurso, é essencial considerar como os elementos visuais (como fotos, ilustrações, emojis) e verbais (legendas, hashtags, comentários) se inter-relacionam para formar um *ethos* mais amplo. Por exemplo, uma imagem impactante pode chamar a atenção, enquanto uma legenda reflexiva pode aprofundar o entendimento da mensagem ou da identidade do autor.

Os posts no *Instagram* são projetados para gerar engajamento e reações, o que pode influenciar como os públicos recebem esses discursos. Dessa forma, os usuários

frequentemente usam suas postagens para apresentar uma identidade específica, o que pode incluir a escolha de imagens que refletem um estilo de vida, valores ou crenças compatíveis com seu público. O *ethos*, nesse contexto, é essa imagem que o usuário constrói de si mesmo, que pode ser influenciada por normas sociais e as expectativas dos seguidores (Maingueneau, 2016). Assim, a forma como uma mulher negra se apresenta em suas postagens, tanto visual quanto textualmente, pode reforçar ou desafiar estereótipos sociais, criando novas imagens e perspectivas sobre ela e sobre o grupo como um todo.

Assim sendo, a construção do *ethos* é dificultada pela pluralidade de agentes por trás da criação de um site/perfil de rede social, causando uma saliência ou apagamento. A saliência do *ethos* configura-se como as pessoas que possuem o *ethos* pessoal, com nome próprio, dotados de corporeidade e caráter, podendo ser um fiador para o enunciado. Para o autor, “o “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Já quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de se vestir, a um modo de se mover no espaço social, a um comportamento” (Maingueneau, 2020, p. 14). Isto é, com *feixe de traços psicológicos*, ele se refere a qualidades como sinceridade, firmeza, empatia, racionalidade etc., que o público percebe ou atribui à pessoa a partir do modo como ela fala e se comporta discursivamente. E a corporalidade se refere a aspectos corporais, como aparência, vestimenta, gestos e postura, ressaltando que o modo como o sujeito se apresenta fisicamente também influencia em sua imagem discursiva.

Com isso, campanhas políticas podem explorar tal dinâmica de saliência/apagamento para criar um *ethos* coletivo, alinhando a identidade do candidato aos valores e interesses de grupos específicos, o que potencializa a eficácia da mensagem. Essa mobilização, para Maingueneau, acontece por meio da incorporação. Nesse sentido, segundo o estudioso,

- a enunciação confere uma corporalidade ao fiador, ela dá corpo a ele; – o destinatário incorpora, assimila através da enunciação um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de se relacionar com o mundo;
- essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso (Maingueneau, 2018, p. 322).

Dessa forma, Maingueneau (2016) argumenta que a função do texto vai além da mera contemplação, mas busca mobilizar o leitor para uma identificação e adesão a um determinado universo de sentidos. O autor também discute a natureza do texto e sua função comunicativa, sugerindo que ele não deve ser visto apenas como um objeto a ser admirado ou

analisado superficialmente. Ao contrário, o texto é uma enunciação que busca engajar o leitor, ou coenunciador, de forma ativa. O autor mobiliza o leitor para que ele não apenas compreenda, mas também se identifique e se envolva com um conjunto específico de ideias, valores ou significados. Essa adesão “física” implica que o leitor deve internalizar e agir conforme o que o texto propõe (Maingueneau, 2016).

Um exemplo disso são os blogs pessoais, perfis de rede social, curriculum vitae etc.; o *ethos* coletivo, como no caso de partidos, sindicatos e associações, também conserva as três dimensões do *ethos* (“categorial” (papéis discursivos ou estatutos extra discursivos), “experencial” (caracterizações sociopsicológicas estereotipadas) e “ideológica” (posicionamentos)), assim como o *ethos* de marca, que emerge da comunicação feita pela marca, que se dedica a criar uma imagem confiável de si, ao invés de focar apenas nas qualidades do produto (Maingueneau, 2020).

Podemos observar um exemplo desse último aspecto no slogan da Coca-Cola: “Abra a Felicidade”, o qual constrói um *ethos* associado à celebração e ao bem-estar. Esse *ethos* se sustenta não na descrição objetiva do produto, mas na criação de um imaginário simbólico em que o consumo do refrigerante se torna um elemento essencial em momentos especiais. A força dessa construção está na articulação de diferentes estratégias discursivas: o slogan sintetiza a promessa de uma experiência emocional, enquanto a identidade visual da marca, suas campanhas publicitárias e sua forte presença cultural em festividades reforçam essa associação. Dessa forma, a Coca-Cola não apenas se posiciona como uma bebida saborosa, refrescante, etc., mas como um símbolo de alegria e união, consolidando um *ethos* que transcende suas características físicas e se insere no cotidiano dos consumidores como parte da construção de experiências afetivas.

Já o apagamento do *ethos* acontece quando o enunciador se apaga para suprir as necessidades de seus interlocutores, por exemplo, sites do governo, de universidades, de prefeituras etc. Apesar de associados a nomes próprios, colocam em primeiro plano as funcionalidades para melhor atender os usuários e criar um modo fácil de navegar pelo site, em detrimento de criar uma boa imagem para si, mesmo que sejam submetidos a uma lógica de marca, que os faz criar um *ethos* identificável.

Ao falar de *ethos* forte, o autor diz que, para ser consistente, o enunciador deve restringir a temática, a composição do texto, a extensão, os recursos lexicais e sintáticos etc. Ao limitar a composição textual, a extensão e os recursos linguísticos, o enunciador controla sua imagem discursiva, garantindo coesão e previsibilidade. Segundo Maingueneau (2008), a manutenção de um *ethos* forte exige restrições formais que consolidam a identidade

discursiva e evitam dispersões que possam comprometer sua coerência. Além disso, a padronização lexical e sintática contribui para a criação de um estilo reconhecível, reforçando a credibilidade do enunciador ao longo do tempo. Esse controle é especialmente relevante em contextos institucionais, políticos e publicitários, nos quais a estabilidade discursiva assegura autoridade e reconhecimento (Maingueneau, 2020).

Nesse sentido, o autor também discute a inconsistência do *ethos* em determinados meios na internet, como seções de comentários e conjuntos de *tweets*³¹. Esses espaços, por não serem institucionalizados, expõem pensamentos, ideias e opiniões de foro íntimo ao público geral, frequentemente sem a construção de uma identidade discursiva coesa. Além disso, a dinâmica das redes sociais privilegia a captação de atenção, o que pode gerar discursos fragmentados e contraditórios. Nesse contexto, a relação entre *ethos* e indivíduo extradiscursivo torna-se problemática, especialmente devido ao uso de pseudônimos, amplamente difundido nesse meio. O anonimato ou a multiplicidade de identidades possibilitam a criação de diferentes personalidades discursivas, desvinculadas de normas textuais e sociais. Como afirma Maingueneau, “ter um pseudônimo é poder se subtrair a uma multiplicidade de normas, tanto textuais quanto sociais” (2020, p. 164).

Voltando aos comentários, ele postula que seu formato difere das esferas tradicionais por não obedecerem às formatações tradicionais, como a forma de conversação, por sua característica interativa, às respostas imediatas, à coesão etc., pois não é uma conversa; e da forma do gênero de discurso, que implica uma textualidade planejada comum aos locutores a fim de cumprir determinado objetivo. Novos comentários podem ser/são produzidos sem levar em conta a continuidade dos comentários anteriores. Dessa maneira, “o espaço onde se posta o comentário converte-se em espaço lúdico, no qual tudo pode ser dito: a respeito das pessoas as quais fale o artigo, do autor do artigo, de outro comentador,... Isso favorece a contextualização e inversão das hierarquias.” (Maingueneau, 2020, p. 165-166).

Diante de tudo isso, conclui-se que os sujeitos que compõem esse *ethos*, nos comentários, seriam subdestinatários, pois não se configuram como indivíduos identificados como na conversação, nem destinatários modelos implicados pelo gênero discursivo. Assim, se configura como um *ethos* fraco, instável e informal. Por essa razão, contém um sublocutor, cuja existência é anônima e

instável (em suas opiniões e em sua maneira de ocupar o espaço virtual),
inapreensível em suma, mas também por ser ele amplamente imune às

³¹ nome dado a publicações na rede social X.

restrições de comunicação, da responsabilidade de um sujeito falante coerente e apresentável, submetido ao juízo de um superdestinatário (Maingueneau, 2020, p. 166).

Em vista do exposto, esta pesquisa leva em consideração que, embora a produção de conteúdo nas redes sociais envolva a atuação direta dos políticos, tais publicações geralmente passam por equipes de assessoramento e gestores de mídias sociais. Esses profissionais são responsáveis pela construção de estruturas de produção em série de informações, propagandas de eventos, discursos e outros produtos da simbologia política. Assim como são bem planejados os modos de relacionamento com as mídias e de aferição de opiniões “com objetivo de conquistar e produzir opiniões públicas e privadas, apoio, adesões, participação direta e indireta; geração de votos; aquisição de objetos e ideias; ocupação de espaços informativos e relações com as mídias” (Weber, 2004, p. 267).

Contudo, o foco principal dos perfis analisados é a divulgação da imagem pública do político, de seus trabalhos e o estabelecimento de um canal de comunicação com seus eleitores. Portanto, esta pesquisa concentra sua análise no *ethos pessoal*, entendendo como a construção da imagem pública dessas deputadas se dá dentro do contexto da interação digital e das estratégias comunicacionais adotadas em suas redes sociais. A seguir, apresentaremos a metodologia adotada para essa análise, que se fundamenta em uma abordagem qualitativa, voltada para a investigação do discurso político no *Instagram*.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender os *ethé* projetados pelas postagens das deputadas Benedita da Silva (PT³²) e Érika Hilton (PSOL³³) no *Instagram*. Segundo Minayo (2012), o percurso analítico objetiva o conhecimento com base em elementos subjetivos, como opiniões, valores, representações, relações e ações humanas e sociais, considerando a perspectiva dos atores em interação. Assim, “a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico” (Minayo, 2012, p. 626).

O período escolhido para a coleta de dados foi o mês de setembro de 2022, mês que antecede a ida às urnas. Essa abordagem permite captar nuances importantes das postagens, fornecendo uma compreensão ampliada das estratégias discursivas utilizadas pelas deputadas negras Benedita da Silva e Erika Hilton na rede social *Instagram* durante o período que precedeu as eleições.

O *Instagram* emerge como uma das principais plataformas de mídia social para campanhas políticas, devido à sua base de usuários diversificada e engajada, que possibilita o alcance a um público amplo e segmentado. Essa plataforma, predominantemente visual, coloca imagens e vídeos no cerne da comunicação, o que enriquece a análise do *ethos*, uma vez que a construção da identidade discursiva se estende para além do texto, incluindo aspectos estéticos, composições e narrativas visuais. No ambiente digital, os discursos políticos são constantemente reformulados e reapropriados por diferentes atores, exigindo uma abordagem que leve em conta não apenas a produção dos enunciados, mas também sua circulação e recepção dentro do ecossistema das redes sociais.

A multimodalidade do *Instagram* oferece um ambiente propício para investigar como diferentes elementos interagem na formação da imagem do enunciador. Nesse contexto, a construção do *ethos* político é amplamente influenciada por componentes visuais, que contribuem para a criação de uma representação memorável e emocionalmente impactante do candidato ou da mensagem da campanha, especialmente em um cenário onde a atenção do público é limitada.

³² PT (Partido dos Trabalhadores): Um partido político brasileiro de centro-esquerda fundado em 1980, que busca a promoção de políticas sociais, trabalhistas e de inclusão social. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>.

³³ PSOL (Partido Socialismo e Liberdade): Um partido político brasileiro de esquerda fundado em 2004, focado em promover o socialismo democrático, os direitos humanos e a justiça social. Disponível em: <https://psol50.org.br/por-uma-historia-do-psol/>.

Além disso, o *Instagram* possibilita que os políticos se apresentem de maneira mais autêntica e pessoal. A oportunidade de compartilhar momentos do cotidiano, interagir diretamente com os eleitores e demonstrar vulnerabilidade contribui para o desenvolvimento de um *ethos* de proximidade e acessibilidade, aspectos fundamentais na construção de confiança e credibilidade. A plataforma também favorece a formação de comunidades em torno de causas políticas, permitindo que os usuários se conectem e mobilizem em torno de questões específicas (Magnoni; Camargo; Miranda, 2017).

A escolha das deputadas se justifica por serem a deputada de maior longevidade e experiência política, Benedita da Silva (PT), cujo mandato como deputada federal remonta ao ano de 1987, quando foi eleita pelo estado do Rio de Janeiro; e a deputada mais votada nas eleições de 2022, Erika Hilton (PSOL), angariando expressivos 256.903 votos em São Paulo. Ao realizar uma análise comparativa dessas duas perspectivas — a experiência histórica de Benedita da Silva e o poder de mobilização de Erika Hilton —, podemos obter uma compreensão mais abrangente e identificar semelhanças e diferenças em suas práticas discursivas. Portanto, a escolha das deputadas visou duas figuras negras emblemáticas, com trajetórias políticas distintas, compreender como elas constroem seus discursos e se posicionam perante suas audiências.

Para isso, os dados foram coletados manualmente, o que envolve revisar e catalogar sistematicamente o conteúdo do *Instagram* dessas deputadas, focando em elementos como as fotos de perfil, biografia, quantidade de postagens, imagens e suas legendas. Segundo Zandavalle (2018), baseando-se no trabalho de Laestadius (2017), as três formas de coleta de dados possíveis na plataforma *Instagram* são:

1) fazer a extração dos dados direto da API³⁴, 2) contratando-se ferramentas terceiras que coletam da API e 3) extraindo-se de forma manual os dados de interface de usuário do Instagram. (Zandavalle, 2018, p. 81)

Dentre elas, a extração de forma manual mostrou-se a mais adequada e viável, pois permite um exame minucioso de como o discurso e o *ethos* político são construídos discursivamente. Foram observadas todas as postagens publicadas nos perfis das deputadas no *Instagram* durante o período de um mês, totalizando 224 postagens, 29 de Érika Hilton e 195 de Benedita da Silva. Com base em critérios como relevância temática, engajamento do

³⁴ Application Programming Interface (no português, Interface de Programação de Aplicação), a qual permite que os desenvolvedores acessem dados públicos de contas, postagens e interajam com as funcionalidades da plataforma.

público e presença de elementos discursivos e visuais significativos, selecionamos 10 publicações para análise, além de toda a estrutura de seus perfis. A partir dessa seleção, estabelecemos como principal categoria de análise o *ethos*, entendendo-o como a imagem de si construída pelas deputadas em suas postagens, e a AD em articulação com aspectos como identidade racial e de gênero, participação política, filiação partidária e temas defendidos, como equidade racial, insegurança alimentar, feminismo e combate à homofobia. Também foram considerados os recursos visuais que acompanham os textos, a fim de compreender como essas estratégias contribuem para a construção de seus perfis políticos e discursos de campanha. Com base nesse enfoque, buscamos investigar de que maneira suas abordagens e estratégias refletem seus perfis políticos e discursos de campanha. Isso é importante, pois

a indagação inicial norteia o investigador durante todo o percurso de seu trabalho. Sua reflexão analítica, neste momento, orienta-se para o delineamento adequado do objeto no tempo e no espaço: que não deve ser tão amplo que permita apenas uma visão superficial e nem tão restrito que dificulte a compreensão de suas interconexões (Minayo, 2012, p. 623).

Ao aplicar uma metodologia de análise qualitativa às postagens, pretendemos identificar pautas recorrentes em seus perfis. Para o início da análise, realizamos uma descrição geral sobre como as deputadas Benedita da Silva (PT) e Érika Hilton (PSOL) se apresentam em seus perfis nas redes sociais. Nesse contexto, observamos que ambas se identificam explicitamente como mulheres negras, o que é um aspecto central em seu discurso e na constituição de seus *ethé*.

A partir dessa premissa, identificamos as pautas sociais que elas discutem e defendem com mais frequência, incluindo temas relevantes como educação, saúde, direitos das mulheres, combate ao racismo e direitos LGBTQIA+. Em seguida, investigamos as estratégias de comunicação empregadas para mobilizar seu eleitorado em torno de suas campanhas, considerando como tais estratégias participam da construção de um *ethos* político engajado e legitimador de suas causas. Nesse sentido, cada imagem foi contextualizada com informações relevantes, como data de postagem, eventos ou políticos associados, etc.

A análise parte da articulação entre texto e imagem como elementos de construção de um *ethos* discursivo, tal como proposto por Maingueneau (2008a, 2018, 2020), de modo a observar como essas deputadas constroem uma imagem de si, incorporam determinadas posturas, desafiam estereótipos e se apresentam como fiadoras de um discurso político que articula identidade e representação.

Além disso, buscamos compreender de que maneira as deputadas utilizam o *Instagram* para desafiar estereótipos e promover a representatividade, o que permite observar a constituição de *ethé* que rompem com imaginários tradicionais. Nesse processo, identificamos a transformação de percepções sociais e as estratégias que contribuem para novos imaginários sobre mulheres negras na política. Assim, consideramos como uma maior presença de mulheres negras no contexto político brasileiro impacta as estruturas e os discursos que o permeiam, evidenciando a construção de novos *ethé* no espaço público.

Desse modo, a análise aqui realizada visa fornecer uma compreensão mais ampla acerca da maneira como as candidatas se apresentaram enquanto postulantes ao cargo de deputadas e como estabelecem suas identidades políticas diante do eleitorado. Além de ampliar, possibilita a compreensão sobre a participação política de deputadas negras no *Instagram*, permitindo, ainda, a observação das diferenças nas abordagens e na quantidade de publicações adotadas por cada uma dessas parlamentares. A análise comparativa desses dois perfis de deputadas proporciona, assim, uma visão mais abrangente do impacto e da influência das mulheres negras na política nacional e na sociedade como um todo.

7 ANÁLISES

O conceito de *ethos*, compreendido como a imagem de si construída no discurso, baseia-se nos elementos que emergem do próprio ato de linguagem. No contexto político, as imagens e associações vinculadas ao PT e ao PSOL são moldadas por narrativas e pré-concepções históricas e sociais, que influenciam diretamente a percepção pública dos políticos afiliados a esses partidos. Como aponta Maingueneau (2016, p. 71), “o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas”. Assim, a filiação das deputadas a esses partidos já gera uma antecipação sobre os temas que abordarão e o tipo de linguagem que empregarão. Essas expectativas podem facilitar a adesão ao discurso, reforçando sua recepção entre públicos alinhados, mas também impõem desafios, uma vez que o conteúdo pode ser rejeitado previamente por aqueles que associam negativamente o enunciador à sua orientação ideológica. A fim de distanciar a figura real do sujeito discursivo, nomearemos Benedita da Silva de enunciadora 1, e Érika Hilton, enunciadora 2.

No dia 13 de setembro de 2022, data que remete simbolicamente ao número de seu partido, a enunciadora 1 publicou em seu perfil no *Instagram* um manifesto que assume um tom narrativo, no qual apresenta tanto o que já realizou quanto o que pretende fazer em seu mandato. Trata-se de um iconotexto político que articula, de forma integrada, elementos verbais e visuais para mobilizar o eleitorado fluminense. A postagem constrói um *ethos* político legitimador, ancorado em sua trajetória histórica e institucional, reforçando sua autoridade e consolidando sua imagem como uma liderança negra, popular e progressista.

Figura 8 — Manifesto “Benedita merece seu voto”



Fonte: Silva (2022)

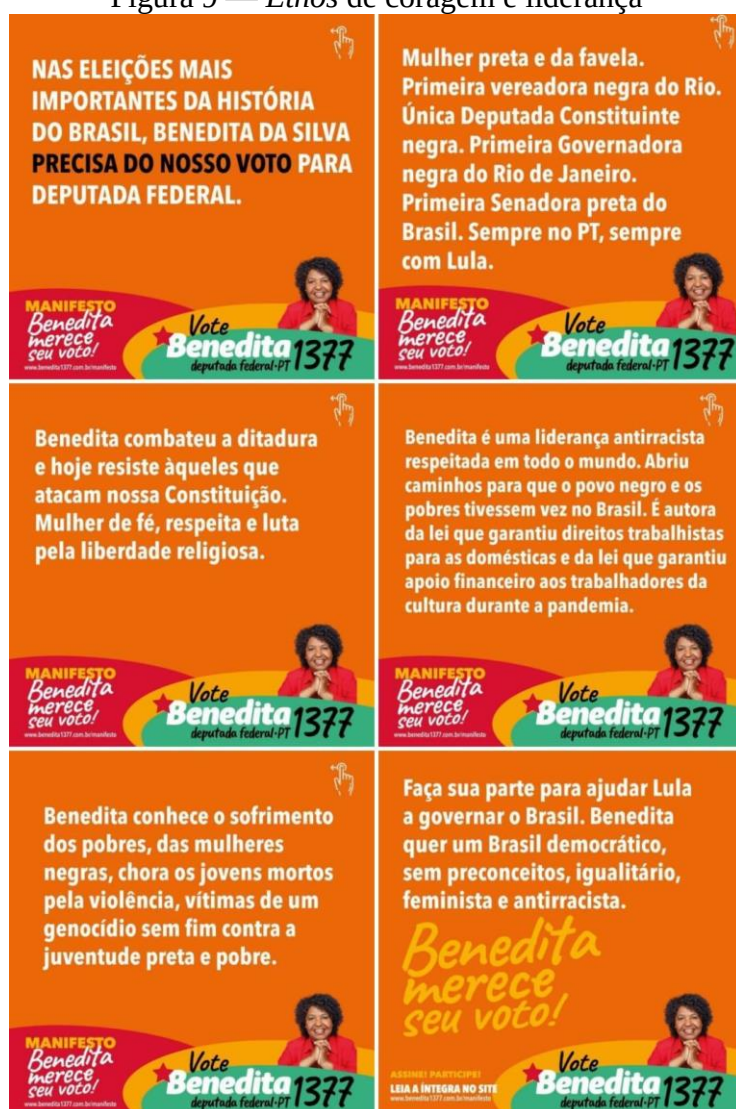
Ela compartilhou parte de seu manifesto em um carrossel de postagens³⁵ e deixou um link para que os destinatários acessem o texto completo, pois reconhece que a linguagem das redes sociais precisa ser direta, sucinta e que chame a atenção. No contexto das redes sociais, especialmente no *Instagram*, onde os posts costumam ser mais curtos e diretos, a simplificação e a objetividade da mensagem são cruciais. Sendo, assim, necessário formatar a linguagem para o ambiente digital, onde há um apelo por conteúdos rápidos e dinâmicos. Pois, “todo enunciado da web on-line pode ter uma forma única e subjetiva, determinada pelos parâmetros de navegação, de sociabilidade, de leitura e de escrita do internauta” (Paveau, 2022, p. 41).

Ao mesmo tempo, ao direcionar para a íntegra no site, o enunciado compromete-se com a transparência ao permitir que o leitor tenha acesso a um conteúdo mais detalhado, para que ele possa formar uma opinião mais completa sobre o que está sendo proposto. “Há, portanto, uma divergência essencial entre a “paginação” da Internet e uma página impressa” (Maingueneau, 2018, p. 328), a internet oferece diversas opções e formas de se produzir um discurso, de se apresentar um texto. Isso seria um exemplo de deslinearização, conforme

³⁵ carrossel é o nome dado que permite que o usuário poste mais de uma imagem de uma única vez, podendo ter entre 2 e 10 imagens por post.

Paveau (2022, p. 153), se refere a “intervenção de elementos clicáveis no fio do discurso, que direcionam o leitor-escriptor de um fio do discurso-fonte a um fio do discurso-alvo, instaurando uma relação entre dois discursos”. Portanto, o enunciado “**Leia a íntegra no site**” seguido do link para acesso, exemplifica como o discurso é fragmentado e deslocalizado, direcionando o público para uma fonte externa (no caso, o site) onde o conteúdo completo está disponível. A combinação de verbos no imperativo — “**Assine! Participe!**” — tem como função central incitar a ação do receptor. O uso do imperativo cria uma sensação de urgência e importância, pedindo que o receptor se posicione de maneira ativa.

Figura 9 — *Ethos de coragem e liderança*



Fonte: Silva (2022)

Maingueneau (2018) destaca a importância da adoção de um discurso dotado de qualidades para a construção de uma imagem positiva, visando, assim, a adesão popular. Para

ele, “a norma dominante para alguém que pertence a um “partido do governo” é mostrar qualidades como seriedade, honestidade, amor por seu país, dedicação, senso de responsabilidade etc” (Maingueneau, 2018, p. 327). Desse modo, as postagens da campanha da enunciadora 1 constroem um *ethos* fortemente marcado por sua trajetória pessoal e política, alinhando-se a um *ethos* de liderança e honestidade, com argumentos que embasam a justificativa pela qual “Benedita da Silva **precisa de seu voto**”. O *ethos* discursivo é sustentado por uma construção narrativa que evidencia sua origem e superação, enfatizando seu pioneirismo: “primeira vereadora negra do Rio”, “única Deputada Constituinte negra”, “primeira Governadora negra do Rio de Janeiro” e “primeira Senadora preta do Brasil”. Essa construção reforça sua credibilidade enquanto candidata e, ao se descrever como “Mulher preta e da favela”, a enunciadora 1 legitima sua autoridade para falar em nome de grupos historicamente marginalizados.

Como mulher negra e de origem popular, a enunciadora 1 precisou não apenas conquistar um espaço político formalmente legítimo, mas também construir credibilidade em um ambiente historicamente excludente. A enunciadora 1 carrega uma identidade social que, historicamente, foi marginalizada no campo político. No entanto, seu discurso busca legitimar sua presença nesse espaço por meio da construção de um *ethos* que mistura representatividade e experiência de vida. Seu manifesto provavelmente enfatiza não apenas sua origem e trajetória, mas também sua capacidade de representar os interesses das classes populares e de desafiar a estrutura tradicional do poder.

A enunciadora 1 acrescenta que “conhece o sofrimento dos pobres, das mulheres negras, chora os jovens mortos pela violência” coloca o sofrimento como um ponto central da sua retórica. Isso não apenas reforça a imagem da enunciadora como uma pessoa de origem popular e com empatia pelas condições de vida das camadas mais marginalizadas da sociedade, mas também estabelece uma identificação emocional com o público. A alusão ao genocídio da juventude negra e pobre evoca uma crítica contundente ao sistema social e político que, segundo o discurso, perpetua essas desigualdades. A palavra “chora” não é apenas uma metáfora para o sofrimento, mas também um indicativo de que a enunciadora compartilha a dor do povo, o que reforça a imagem de uma líder que não está distante das realidades enfrentadas por aqueles que a elegem. Ela não é uma figura distante, mas alguém que se coloca ao lado do sofrimento da população, lutando por sua superação.

Além disso, o uso de verbos que remetem ao universo semântico de guerra/combate — “Combateu”, “resiste”, “luta” — são essenciais para construir o *ethos* de resistência e de coragem. Não por acaso, essa trajetória semântica é incorporada à postagem em que o

discurso da candidata evoca sua atuação durante a ditadura, sendo a única mulher negra entre os deputados que elaboraram a Constituição de 1988.

Figura 10 — ‘Mulher, negra e favelada’



Fonte: TV Senado

A figura 10, *print* tirado do vídeo da TV Senado no Youtube³⁶ em que a enunciativa 1 relembra luta pelos direitos das minorias durante a Constituinte, ela descreve sua trajetória política e sua participação na Constituinte de 1988. Ela destaca a importância da inclusão de direitos dos quilombolas, indígenas, mulheres, jovens e outros grupos historicamente marginalizados na Constituição. Destacamos a frase que dá título à figura: “quando eu cheguei [na Câmara] eu era ‘mulher, negra, favelada’”. Esse foi o lema que a elegeu vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em 1982.

Ao assumir publicamente sua identidade como mulher negra, evangélica e oriunda da favela, a enunciativa realiza uma estratégia discursiva que confronta diretamente os estereótipos historicamente associados ao que Neusa Santos Souza (1983) identifica como mitificações racializadas do sujeito negro na sociedade brasileira. Segundo Souza (1983), o “mito negro” é constituído por uma série de atributos negativos socialmente impostos ao negro – irracionalidade, feiura, sujeira, animalidade, sexualidade exacerbada, exotismo – que reforçam sua exclusão do estatuto pleno de humanidade. Ao se apresentar, não apesar de sua origem, mas justamente a partir dela, Benedita constrói um *ethos* político que converte o apagamento social e a marginalização racial em força identitária e instrumento de afirmação no espaço público.

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EBLwWB3g-q4&t=107s>

A enunciação de Benedita evidencia um *ethos* pessoal ancorado na credibilidade da vivência e da militância. A menção recorrente à favela e à sua trajetória como mulher negra evoca um *ethos* de autenticidade e resistência, ao mesmo tempo em que desafia modelo hegemônico de enunciação política, marcado por um sujeito branco, masculino e elitizado, o sujeito universal (Souza, 1983). A enunciadora, portanto, se inscreve no discurso como uma figura que rompe com esse arquétipo de humanidade eurocentrado e propõe uma outra imagem de autoridade política: aquela fundada na experiência vivida da desigualdade e na capacidade de transformá-la em ação institucional. Assim, o *ethos* de Benedita não apenas confronta o “mito negro”, como também o desestabiliza, ao reinscrever o corpo negro e periférico em uma posição de enunciação legítima, potente e politicamente eficaz.

Além disso, o uso de exemplos concretos de sua trajetória (“combateu a ditadura e hoje resiste àqueles que atacam nossa Constituição”, “Abriu caminhos para que o povo negro e os pobres tivessem vez no Brasil. É autora da lei que garantiu direitos trabalhistas para as domésticas e da lei que garantiu apoio financeiro aos trabalhadores da cultura durante a pandemia”) não apenas reforça sua autenticidade, mas inscreve seu discurso em condições sócio-históricas que o tornam legítimo e potente no cenário político atual. Tais condições incluem a exclusão histórica de mulheres negras e periféricas da cena política institucional, a transição democrática brasileira e os desafios contemporâneos à ordem constitucional. Elas moldam um *ethos* que se constitui como produto de uma longa trajetória de luta coletiva, articulando o lugar de fala de uma mulher negra, cristã, da favela, que ascendeu à política sem se desvincular das suas origens.

No manifesto, essa trajetória é evocada por uma história marcada pela exclusão de mulheres negras da política institucional, pelas lutas da redemocratização e pela ascensão das pautas antirracistas e feministas no Brasil. Essas condições atravessam a cena de enunciação, moldando não apenas o que se diz, mas como se diz (Maingueneau 2018, 2020). Ao afirmar que “combateu a ditadura e hoje resiste àqueles que atacam nossa Constituição”, a enunciadora associa sua imagem à defesa histórica da democracia e à atual luta contra retrocessos. Segundo Maingueneau (2020), o caráter diz respeito aos traços relativamente estáveis que o enunciador projeta, o caráter da enunciadora é construído por predicados como coragem, fé, resistência e compromisso com os pobres e com a democracia. Sua condição de “primeira” em diversos cargos reforça um *ethos* de pioneirismo e superação, enquanto frases como “conhece o sofrimento dos pobres, das mulheres negras” ativam uma identificação empática com o eleitorado subalternizado, sobretudo por vir da corporalidade de uma “mulher preta e da favela”.

No plano do *ethos* categorial, a construção se ancora nos papéis discursivos de legisladora, militante, pioneira e aliada política histórica (“sempre no PT, sempre com Lula”), além de papéis extradiscursivos, como “mulher preta e da favela”. Essas categorias assumem força retórica por se articularem a uma dimensão experiencial do *ethos*: a imagem de alguém que “conhece o sofrimento dos pobres”, que “chora os jovens mortos pela violência” e que “abriu caminhos para que o povo negro e os pobres tivessem vez no Brasil”. Aqui, o engajamento afetivo e ético é performado não apenas pelo conteúdo verbal, mas também por meio da evocação de um corpo que sente, sofre, reza e age politicamente, configurando o que Maingueneau (2008a, 2018, 2020) chama de corporeidade do *ethos*. Tal corporeidade é central para a incorporação do enunciador, uma imbricação entre discurso e corpo que confere verossimilhança e autenticidade à cena discursiva.

O manifesto também se ancora em um fiador, conceito proposto por Maingueneau (2018, 2020) para designar a instância de autoridade que legitima a enunciação. Nesse caso, além da figura de Benedita como enunciadora, o Partido dos Trabalhadores e a imagem de Lula funcionam como fiadores simbólicos do discurso, pois representam uma memória política compartilhada que sustenta a credibilidade e o compromisso enunciativo.

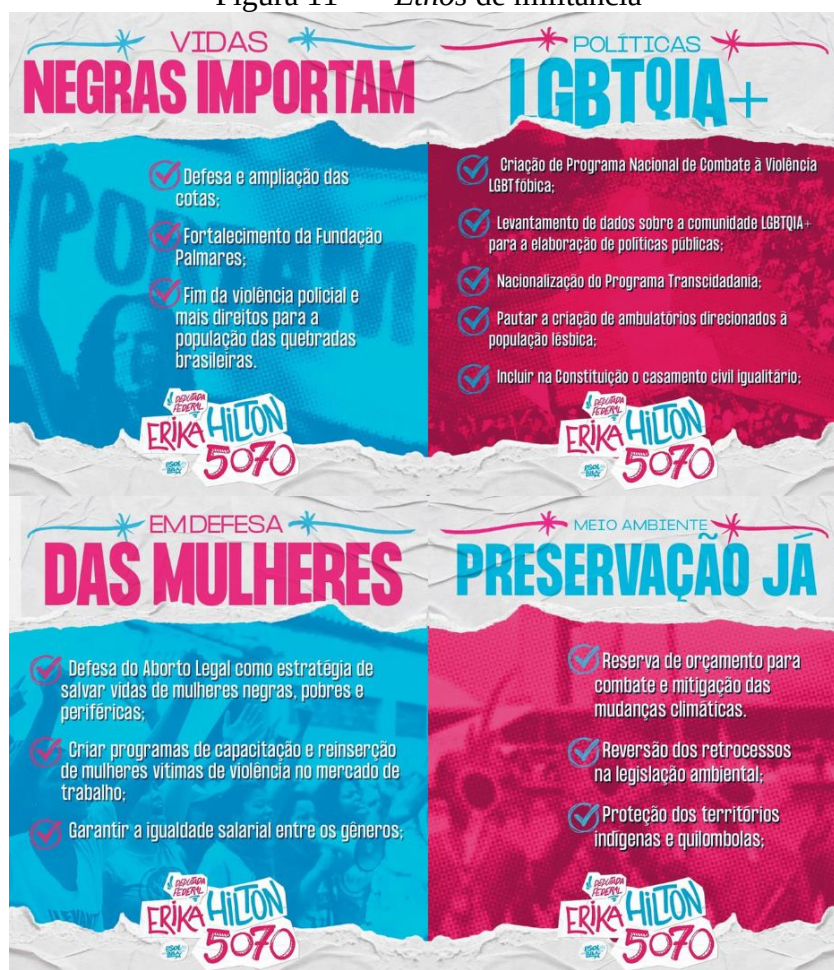
A ênfase na fé, presente na frase (“Mulher de fé, respeita e luta pela liberdade religiosa”), abre um espaço para um *ethos* mais voltado à religiosidade e à inclusão de grupos mais conservadores ou religiosos. Esse movimento pode ser interpretado como uma estratégia para conquistar um público mais amplo, incluindo aqueles que poderiam ser mais resistentes a um discurso explicitamente político ou ideológico. De acordo com Maingueneau (2020), esse *ethos* religioso insere-se dentro de um interdiscurso, onde as vozes de diferentes esferas discursivas se entrelaçam para construir significados compartilhados.

O interdiscurso, conforme o conceito de Maingueneau (2008b), ocorre quando há a integração de diferentes discursos, que podem se originar de contextos sociais, culturais ou políticos diversos. No caso da enunciadora, o discurso religioso, oriundo de outro campo discursivo, é mobilizado dentro do espaço discursivo da campanha eleitoral para compor um universo discursivo em que fé, política e identidade social se entrelaçam. Ao inserir esse discurso de fé, a enunciadora aciona não apenas um *ethos* experiencial, que associa sua trajetória pessoal à religiosidade, mas também contribui para a constituição de uma cenografia que mistura o íntimo (“a mulher de fé”) com o político (a figura pública em campanha).

Já o *ethos* da enunciadora 2 é construído a partir de sua trajetória pessoal e política como mulher negra, trans e ativista dos direitos humanos, marcando fortemente sua imagem pública. Segundo Maingueneau (2020), esse *ethos* se articula por meio da cena de enunciação,

em que sua corporeidade se torna central: o corpo politizado opera como signo de resistência, ativando um *ethos* experiencial. As propostas, postadas no mesmo dia que as da enunciadora 1 (dia 13), levantaram os seguintes temas: “Brasil sem Fome”, “Viva o SUS”, “Economia para os 99%”, “Vidas Negras Importam”, “Políticas LGBTQIA+”, “Chega de Negacionismo”, “Meio Ambiente: Preservação Já” e “Em Defesa das Mulheres”) reforça um posicionamento ideológico alinhado a pautas de justiça social, ambiental e de saúde pública. A enunciadora atua como fiadora de um projeto político interseccional, exigindo uma incorporação afetiva e identitária por parte do público. Em vez de apagamento, há uma saliência calculada da identidade, que potencializa o engajamento e a legitimidade de seu discurso no espaço discursivo político.

Figura 11 — *Ethos de militância*



Fonte: Hilton (2022)

A enunciadora 2 constrói um *ethos* que transita entre o caráter institucional, a militância social e a resistência política. Esse *ethos* se estrutura a partir da tematização de

pautas identitárias e de direitos civis, expressas em enunciados como “Vidas Negras Importam”, “Chega de Negacionismo”, “Em Defesa das Mulheres” e “Políticas LGBTQIA+”. Esses elementos indicam uma cenografia que se articula com práticas discursivas próprias dos movimentos sociais contemporâneos, encenando um pertencimento a essas lutas por meio de escolhas linguísticas, temáticas e performativas.

O *ethos* ativista da enunciativa se afirma por meio de um engajamento com lutas históricas de grupos subalternizados, o que sugere um posicionamento ideológico de esquerda. A construção desse *ethos* articula-se com a dimensão experiencial, que mobiliza valores como resistência, solidariedade e urgência, marcando uma corporalidade discursiva combativa. A referência a propostas como “Defesa do Aborto Legal”, “Criação de Programa Nacional de Combate à Violência LGBTfóbica” e “Proteção dos territórios indígenas e quilombolas” compõe um iconotexto político, no qual o verbal e o imagético, nos posts analisados, convergem para reforçar um *ethos* que incorpora a figura da porta-voz de demandas coletivas.

O uso de nomes de ação e verbos no infinitivo, tais como “garantir”, “pautar”, “criar” e “reverter”, contribui para a construção de um *ethos* pragmático, voltado à atuação institucional. Há aqui uma dissociação entre o sujeito enunciativo e a ação, o que configura um apagamento enunciativo que busca reforçar a dimensão coletiva das propostas. Conforme observa Maingueneau (2020, p. 91), “o enunciativo parte de uma forma preferencialmente vazia”, o que permite uma maior incorporação do interlocutor e desloca o foco do enunciatário da figura individual da candidata para um projeto político partilhado.

Esse apagamento favorece a saliência de um *ethos* experiencial associado à coletividade e ao engajamento, alinhado ao papel de fiadora de uma causa, mais do que de uma trajetória pessoal. A cena de enunciação, assim, configura-se como um espaço discursivo no qual a enunciativa se posiciona enquanto integrante e representante de movimentos sociais, e não apenas como agente político institucional. Ao construir seu *ethos* nessa tessitura, a enunciativa afirma um posicionamento ideológico claro, ao mesmo tempo em que articula categorias do *ethos* categorial (ativista, parlamentar) e experiencial (engajada, combativa), produzindo uma imagem pública ancorada na luta por transformação social.

Figura 12 — *Ethos de liderança*

Fonte: Hilton (2022)

A valorização do salário mínimo, o reconhecimento do trabalho doméstico e a proposta de taxação das grandes fortunas contribuem para a construção de um *ethos* político alinhado às demandas populares. Esse *ethos* é configurado por meio de sentenças que tematizam diretamente necessidades sociais de grupos historicamente marginalizados. Expressões como “Brasil Sem Fome”, “Para os 99%” e “Viva o SUS!”, ao serem inseridas em um discurso direto, visualmente destacado e acompanhado de iconografias de mobilização popular, compõem uma cenografia que remete à cena de protesto e reivindicação popular, legitimando o *ethos* da enunciativa como porta-voz das demandas sociais.

A estrutura discursiva da enunciativa se adapta ao suporte das redes sociais digitais, especialmente ao *Instagram*, por meio de estratégias que operam na cenografia discursiva. O discurso se organiza em linguagem direta e acessível, com enunciados curtos e de leitura rápida, visando manter a atenção em um ambiente altamente competitivo por visibilidade. O uso de cores como o rosa intenso e o azul vibrante atua como reforço visual de determinados posicionamentos simbólicos. Essa combinação pode remeter tanto a elementos do universo LGBTQIA+ quanto à intenção de produzir um impacto visual imediato. A textura de papel

rasgado, presente em algumas postagens, ativa uma memória discursiva ligada a manifestações populares, panfletagem e campanhas de base, contribuindo para a encenação de um discurso que se insere em práticas de mobilização coletiva.

No campo da construção do *ethos*, observa-se a articulação de diferentes cenas enunciativas que permitem à enunciativa assumir uma posição de legitimidade e autoridade discursiva. O enunciador que emerge dessas práticas discursivas não é apenas aquele que fala, mas aquele que se apresenta como incorporando um coletivo político e social. Tal incorporação se dá por meio da evocação de experiências compartilhadas com os grupos que representa, o que reforça a construção de um *ethos* que ultrapassa o individual e se ancora no engajamento coletivo. A dimensão englobante da cena se sustenta, portanto, em práticas discursivas que interligam a trajetória institucional, a presença nas redes e os compromissos políticos historicamente construídos. A credibilidade do discurso não está ancorada apenas na racionalidade argumentativa, mas na coerência entre o dizer e o corpo que enuncia, um corpo político que se constrói como símbolo de resistência, militância e transformação.

7.1 Perfil de Benedita da Silva

A *bio*, enquanto unidade discursiva central nos perfis do *Instagram*, funciona como um espaço semiótico estratégico, no qual os usuários podem condensar aspectos de sua identidade, valores e relações sociais em um formato altamente conciso. Sendo encarada como porta de entrada para o perfil, ela permite que o usuário sintetize, em um espaço limitado, a natureza e o propósito do perfil, seja este pessoal, profissional, comercial ou representativo de um coletivo ou comunidade. Nesse espaço, os indivíduos têm a oportunidade de expressar uma variedade de informações, incluindo características pessoais, frases significativas, breves descrições de si mesmos, relacionamentos com outros perfis por meio do uso do “@” e outras informações relevantes.

O *Instagram*, enquanto plataforma de mídia social, disponibiliza uma variedade de recursos técnicos que podem ser mobilizados pelos sujeitos enunciativos na constituição de seus *ethé*, especialmente no contexto político, em que a construção da imagem pública é elemento estratégico do discurso. Dentre esses recursos, destaca-se a possibilidade de inserção de pronomes na biografia do perfil, funcionalidade que ultrapassa o aspecto meramente informativo e adquire relevância discursiva e identitária. Essa ferramenta permite que os usuários indiquem os pronomes pelos quais desejam ser referidos, como “ela/she”, “ele/he” ou pronomes de identidade não binária, como “elu/they”, os quais passam a ser exibidos de

maneira destacada, ao lado do nome de usuário, funcionando como um selo linguístico e visual que compõe o enunciado multimodal da bio.

Sob a ótica da Análise do Discurso, especialmente nos termos de Dominique Maingueneau (2008b, 2015, 2020), a incorporação desse marcador pode ser compreendida como uma estratégia de construção do *ethos*, pois contribui para configurar uma determinada imagem de si, projetada ao interlocutor de modo a afirmar posicionamentos políticos, sociais e ideológicos. Ao explicitar seus pronomes, o sujeito enunciator engaja-se em práticas discursivas que valorizam a visibilidade de marcadores identitários e se alinha a pautas de reconhecimento de gênero e diversidade, o que é particularmente relevante no campo político, em que tais declarações funcionam também como atos de resistência simbólica frente a normatividades impostas.

Além disso, a presença dos pronomes na bio atua como índice de uma cenografia específica (Maingueneau, 2008a, 2015), em que o locutor se inscreve em um espaço discursivo de acolhimento à diversidade, de combate à transfobia e de adesão a lutas sociais amplamente debatidas no ambiente digital. Esse pequeno selo, portanto, não apenas informa, mas performa um lugar de fala, tornando-se parte de uma corporalidade discursiva que participa da produção de sentido e da inscrição do sujeito na cena enunciativa virtual. Em suma, a funcionalidade dos pronomes no *Instagram*, ainda que aparentemente simples, revela-se uma ferramenta potente de afirmação identitária, produção de *ethos* e intervenção política no ciberespaço.

Sobre essa inclusão, Pinheiro e Pinheiro (2021) apontam que a gramática tradicional, baseada no binarismo de gênero (masculino e feminino), é insuficiente para abarcar todas as identidades de gênero. A ausência de formas neutras em condições de produção mais formais representa uma lacuna linguística, excluindo pessoas que não se identificam com essa matriz binária.

Essa limitação não reflete a diversidade social, já que as identidades são moldadas e construídas pelas experiências históricas e sociais. A linguagem dominante, no entanto, ainda as invisibiliza, mantendo uma desconexão entre a pluralidade das vivências e as normas linguísticas estabelecidas. Diante disso, a funcionalidade existente no *Instagram*, que permite a identificação com um pronome neutro contribui para que esses marcadores identitários se tornem mais visíveis e normalizados no ambiente digital, embora ainda haja resistência por sua aceitação por parte dos profissionais da linguagem e parte da população.

Figura 13 — Biografia de Benedita da Silva



Fonte: Silva (2022)

A inclusão dos pronomes “ela/she” na biografia da enunciativa 1 não se limita à comunicação de sua identidade de gênero, mas constitui um ato enunciativo que reflete um posicionamento consciente diante das discussões contemporâneas sobre gênero e inclusão. Sob a perspectiva da teoria do *ethos* de Maingueneau (2020), essa estratégia contribui para a construção de uma imagem pública que enfatiza valores de diversidade e respeito, reforçando um *ethos* discursivo alinhado a pautas identitárias.

Estudos sobre variação linguística e gênero, como os de Pinheiro e Pinheiro (2021), discutem a emergência de novas formas de marcação de gênero que buscam não especificar uma distinção binária de gênero social. Entre essas estratégias, destacam-se desinências como -x (“alunx”), -@ (“professor@s”) e -e (“todes”), além de formas pronominais como “elu”, “ilu” e “ile”. Essas inovações linguísticas surgem da necessidade de representar identidades que não se sentem contempladas pelas formas tradicionais de masculino e feminino, bem como da percepção de que o masculino é frequentemente utilizado como referência genérica, marginalizando outras manifestações de gênero. “A ideia é não apenas questionar e combater a primazia atribuída ao masculino, mas também representar as identidades de pessoas que não se reconhecem nem como homens, nem como mulheres – denominadas, então, não-binárias” (Pinheiro; Pinheiro, 2021, p. 3).

Quando pessoas cisgênero, como a enunciativa 1, adotam a prática de explicitar seus pronomes, isso reduz a suposição automática de que todos os indivíduos pertencem ao gênero que aparentam ter. Essa prática torna mais natural perguntar e respeitar os pronomes de todos, beneficiando especialmente pessoas trans e não binárias, que frequentemente precisam corrigir pronomes atribuídos erroneamente. “Sendo o gênero performativo, podemos também utilizar a língua de diferentes maneiras, a fim de nos adequarmos às performances pelas quais nos apresentamos” (Pinheiro; Pinheiro, 2021, p. 8).

Dessa maneira, ao explicitar os pronomes “ela/she”, a enunciadora não apenas reafirma sua identidade de gênero, mas também sinaliza um compromisso com a promoção da inclusão e do respeito à diversidade. Esse gesto enunciativo estabelece uma conexão simbólica com grupos historicamente marginalizados e insere-se no debate sobre a necessidade de maior sensibilidade linguística na representação de identidades no espaço público. Com isso, percebe-se que a escolha dos pronomes não é apenas um elemento identitário, mas também uma estratégia discursiva que reforça um *ethos* político comprometido com a visibilidade e o reconhecimento das múltiplas formas de existência de gênero.

Além de indicar sua profissão: “Político(a)”. Adicionalmente, ela elaborou uma descrição sucinta de si mesma, “*Reeleita deputada pelo PT-RJ para continuar na luta contra o racismo e a fome. Continuarei a ecoar as vozes da favela, mulheres, juventude e Cultura*”. Manifestando seu comprometimento em amplificar as vozes das comunidades de favelas, das mulheres, dos jovens, bem como promover a cultura, ela delineia de forma concisa suas posições políticas e as causas que defende.

Figura 14 — Destaques de Benedita da Silva - parte 1



Fonte: Silva (2022)

Figura 15 — Destaques de Benedita da Silva - parte 2



Fonte: Silva (2022)

A enunciadora utiliza os destaques de sua conta no *Instagram* para compartilhar momentos relevantes de sua atuação política e social, contribuindo para a construção de sua imagem pública e do seu *ethos*. Entre os destaques, “Governo Lula” apresenta sua participação em eventos do Partido dos Trabalhadores (PT), apoio e parabenizações a outros

políticos associados ao partido, bem como notícias decorrentes da eleição do presidente Lula, incluindo fotos, vídeos e textos que reforçam uma imagem positiva, de renovação desse governo. O destaque “Mandato” permite à enunciadora compartilhar informações sobre seu trabalho parlamentar, como projetos de lei, participação em comissões e pronunciamentos, funcionando como uma forma de prestar contas à população das atividades desenvolvidas.

Como deputada federal pelo Rio de Janeiro, o destaque “Rio de Janeiro” foca em questões específicas da região, abordando projetos, ações em prol do desenvolvimento local e eventos significativos que ocorrem no estado. O destaque “Cultura” expõe sua participação e organização de eventos culturais, além de discutir políticas públicas voltadas para o setor e a defesa do patrimônio cultural. “Tô de olho” sugere que a enunciadora está atenta a assuntos relevantes, incluindo notícias, denúncias e críticas, evidenciando sua disposição para agir em prol da solução de problemas e da fiscalização de ações governamentais.

O destaque “Lula” complementa o tema do governo, abordando a figura do presidente, sua campanha e propostas atuais, desmentindo informações falsas sobre sua administração. O destaque “80 anos” celebra o aniversário da enunciadora, com ênfase em um festival denominado “Essa voz que ecoa” e nas homenagens recebidas. No destaque “Dep. Federal”, a enunciadora 1 apresenta seus projetos de lei, como o “Pontos de Cultura em escolas públicas” e o projeto “Sai da Minha Cara”, que busca banir o reconhecimento facial em espaços públicos. “Juventude” aborda sua participação no Encontro Nacional do Levante Popular da Juventude, evidenciando seu engajamento com a juventude. Por fim, “Dias de Luta” lista os 13 motivos para ser PT, servindo como uma campanha eleitoral que apresenta as propostas do governo. O segundo destaque também denominado “Cultura” exibe homenagens a figuras importantes da história do Brasil, como Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Abdias Nascimento e Zumbi dos Palmares, ressaltando a valorização da cultura negra e a luta pela igualdade.

As estratégias de discurso da enunciadora 1 em sua presença digital são fundamentais para a construção de seu *ethos* político. Ao compartilhar informações sobre sua atuação e causas relevantes, ela se apresenta como uma figura comprometida com as comunidades marginalizadas, reforçando sua imagem de representante dedicada a promover mudanças sociais e culturais significativas. Sua relação com o governo Lula e participação em eventos culturais consolidam sua identidade como uma líder engajada, especialmente no Rio de Janeiro.

Os destaques em sua conta no *Instagram*, que abordam problemas sociais e sua vigilância em relação às ações governamentais, fortalecem a percepção da enunciadora 1

como uma deputada ativa. Além disso, ao celebrar sua trajetória e homenagear figuras da cultura brasileira, ela constrói um *ethos* que valoriza a herança cultural e a luta pela igualdade racial, posicionando-se como defensora dos direitos humanos e da justiça social. Essa imagem é crucial para sua carreira política, pois influencia a aceitação e o apoio entre os eleitores. A estratégia consciente de comunicação adotada pela enunciadora busca promover suas ideias e criar um espaço de diálogo e engajamento com a sociedade, consolidando sua presença no cenário político e contribuindo para a luta por representatividade e políticas que beneficiem as comunidades que representa.

7.1.1 Postagens escolhidas para análise

Os temas abordados e a forma como são apresentados reforçam o *ethos* discursivo. Portanto, alguém que se coloca como defensor de causas sociais, por exemplo, pode apresentar conteúdos que refletem essa preocupação, reforçando um *ethos* de engajamento e consciência social. O *ethos* aqui é a própria imagem de responsabilidade e compromisso que o enunciador busca reforçar em cada postagem.

No geral, os posts da enunciadora 1 revelam uma figura política engajada em diversas causas sociais e políticas, com um interesse particular em questões relacionadas às mulheres, às classes mais vulneráveis, à igualdade racial e a seu partido político. Sua presença em eventos e programas sugere uma abordagem ativa e participativa em seu papel como parlamentar. É uma mulher muito engajada nas redes, tendo no período analisado um total de 195 posts, o que representa uma média de 6,5 postagens ao dia.

Figura 16 — *Ethos* de líder

Fonte: Silva (2022)

Na publicação de 1º de setembro de 2022, observamos a construção de um *ethos* político que se ancora na figura de Lula como fiador discursivo. A enunciadora 1 integra-se à cena englobante da campanha presidencial de Lula, apresentando-se como uma aliada fiel e estrategicamente posicionada no contexto eleitoral. Ao compartilhar um enunciado atribuído a Lula, acompanhado de seu nome, número e imagem no canto inferior direito, ela ativa não apenas uma cena de enunciação digital, típica das redes sociais, mas também uma cenografia construída no interior da cena eleitoral, marcada por elementos visuais que reforçam o compromisso político e ativam formas específicas de identificação. A presença de Lula funciona como um mecanismo de legitimação e autoridade, dado que, naquele momento, ele liderava as pesquisas eleitorais e representava, para grande parte da população, a possibilidade de retorno a um tempo percebido como mais próspero.

Nesse cenário, a enunciadora vale-se da credibilidade do Instituto Datafolha para sustentar o discurso, projetando uma imagem de racionalidade e confiança. A frase “Lula na frente”, inserida de modo proeminente na arte da postagem, opera como um marcador de saliência, evidenciando a posição privilegiada do candidato e, ao mesmo tempo, associando a enunciadora a essa liderança. A estratégia discursiva sugere que sua campanha está alinhada ao que há de mais forte na disputa presidencial, constituindo uma imagem de coerência ideológica e integração com o projeto político nacional. A barra vermelha indicando Lula

contrapõe-se à barra preta que representa Bolsonaro, o que implica também uma lógica de apagamento simbólico dos demais concorrentes e de saliência dos polos opostos da disputa. Com isso, a enunciativa não apenas reforça sua filiação partidária, mas também se inscreve como figura ativa no cenário de embates nacionais, projetando uma identidade que extrapola a política local.

Ao utilizar o bordão “**Nosso** povo quer ser feliz **de novo**”, consagrado por Lula, a enunciativa se apropria de um discurso fortemente emocional, que busca ativar sentidos de pertencimento, memória e aspiração coletiva. O uso da expressão “**nosso** povo” remete a um sujeito coletivo com o qual tanto Lula quanto a enunciativa procuram se identificar, criando um vínculo afetivo com os eleitores. Trata-se de um recurso típico da constituição de *ethos* experiencial, em que a figura política se apresenta como alguém que partilha das dores, desejos e esperanças da população. A evocação da felicidade passada, simbolizada pela expressão “de novo”, sugere uma promessa de retorno a um tempo idealizado, funcionando como um apelo à restauração e à continuidade de um projeto interrompido. Ao fazer isso, a enunciativa projeta um *ethos* de liderança popular, capaz de ouvir, acolher e representar um povo que deseja recuperar sua dignidade e bem-estar.

A vinculação entre a imagem da enunciativa e a de Lula evidencia também um trabalho de incorporação, em que ela busca absorver características associadas ao ex-presidente, como carisma, força popular e legitimidade histórica. Isso se dá não apenas pelo conteúdo verbal, mas pelo conjunto iconotextual que compõe a postagem. A construção desse *ethos* é também marcada pela corporeidade simbólica, pois mesmo na ausência física de Lula, sua presença imagética e discursiva corporifica um ideal político que respalda a atuação da enunciativa. A aliança entre os dois se manifesta de forma implícita e explícita, sugerindo ao público que votar nela é, de algum modo, votar também nesse projeto coletivo e já conhecido.

Figura 17 — *Ethos* de “mulher de fé”

Fonte: Silva (2022)

Na imagem em questão, publicada no dia primeiro, vemos uma fotografia em que Lula aparece de perfil, voltado parcialmente para a câmera, com uma plateia ao fundo, provavelmente em um comício. Esse cenário contribui para a construção de sua imagem como orador e mobilizador de massas, reforçando o *ethos* do líder popular que fala diretamente ao povo e é por ele legitimado. Abaixo da imagem, há o recorte de uma manchete do jornal O Globo sobre um fundo vermelho, cor associada ao Partido dos Trabalhadores, ao lado da qual aparece a enunciadora 1, em segundo plano, reduzida, quase como uma marca d'água.

Apesar da posição visualmente secundária, sua presença compõe a cena enunciativa como aliada central, participando ativamente da construção de uma coalizão política mais ampla. O arranjo imagético gera efeitos de sentido relacionados à legitimação pela adesão popular: o corpo de Lula, visível, posicionado à frente, cercado por apoiadores, atua como uma evidência da recepção e do endosso de seu discurso, o que também se estende à enunciadora, que compartilha o espaço discursivo e simbólico com ele. Esse *ethos* imagético, então, é fabricado dentro de uma lógica de identificação com o povo e validação popular, elementos fundamentais em sua campanha.

A manchete recortada, “Com carta e perfis nas redes, campanha de Lula revê estratégia e planeja ofensiva pelo voto evangélico”, sugere movimento estratégico e adaptativo. A escolha lexical indica intencionalidade e planejamento, configurando um *ethos*

de campanha atenta e ativa diante das novas configurações políticas e da relevância do eleitorado evangélico. Essa preocupação não é desprovida de contexto: o grupo evangélico tem crescido significativamente no Brasil, tanto numericamente quanto politicamente. Dados da pesquisa Global Religion 2023 da Ipsos indicam que cerca de 29% da população brasileira se declara evangélica, e o estudo do Centro de Estudos da Metrópole (USP) mostra que entre 2000 e 2016 as Igrejas Evangélicas passaram por seu maior ciclo de crescimento desde 1920. Esse aumento não é apenas demográfico, mas também de presença institucional, já que estados como Espírito Santo e Rio de Janeiro apresentam mais de 80 templos por 100 mil habitantes, o que implica uma capilaridade territorial intensa e uma articulação de poder social.

A legenda publicada pela enunciadora 1 afirma: “**Nós** vamos em busca do voto evangélico, mas sem transformar o púlpito em palanque político. Vamos com base nos princípios da nossa religião, usando aquilo que aprendemos: amor, justiça e paz. O @lulaoficial foi o presidente que mais fez pelos evangélicos! Veja a matéria na minha página no Facebook.” Nesse enunciado, observa-se a construção de um *ethos* coletivo (“nós”), ancorado na união entre fé e política, mas com um cuidado discursivo de distanciamento da instrumentalização religiosa explícita. A locução “sem transformar o púlpito em palanque político” mobiliza o interdiscurso religioso, ao mesmo tempo em que tensiona seus limites, propondo uma articulação entre os valores cristãos e a atuação política sem que um reduza o outro. A fórmula discursiva preserva o espaço sagrado do púlpito, mas legitima o engajamento político a partir da fé, por meio de valores como amor, justiça e paz, que são resignificados no contexto eleitoral e evocam um *ethos* religioso conciliador. Essa relação entre discurso político e religioso aparece fortemente ancorada no *ethos* da própria enunciadora, que se posiciona como pertencente à comunidade de fé (“**nossa** religião”, “aquilo que **aprendemos**”), evidenciando sua inserção legítima nesse universo, o que fortalece sua voz como mediadora entre Lula e o eleitorado evangélico.

Além disso, a interdiscursividade religiosa se evidencia no uso dos valores cristãos como pilares da ação política. A enunciadora evoca princípios universalmente associados ao cristianismo e os insere em um contexto de mobilização política que busca ampliar o espectro de apoio eleitoral. O *ethos* discursivo que emerge, então, é o de uma mulher de fé que participa de um projeto político que respeita, compreende e valoriza o papel da religião. A defesa de que Lula foi “o presidente que mais fez pelos evangélicos” é uma tentativa de resgatar uma memória positiva, contrapor-se a narrativas oposicionistas — como as acusações

de fechar igrejas³⁷ proferidas por Marco Feliciano — e apresentar um vínculo anterior, já estabelecido, entre o ex-presidente e o grupo evangélico. Assim, o *ethos* da enunciativa é mais uma vez construído a partir de sua vinculação com Lula, sendo a legitimidade de sua candidatura reforçada por essa aliança simbólica e imagética, além da ativação de valores religiosos no discurso.

A construção de um *ethos* evangélico que rebate a imagem religiosa difundida pela oposição, tal como se configura no discurso da enunciativa, inscreve-se em uma disputa no interior do interdiscurso, entendido como o conjunto heterogêneo de discursos anteriores que sustentam e autorizam toda enunciação (MAINGUENEAU, 2008b). O discurso bolsonarista religioso, ao apropriar-se hegemonicamente da representação dos evangélicos na cena política, estabelece uma memória discursiva fortemente marcada por valores conservadores, beligerância retórica e exclusivismo moral. Ao tensionar essa apropriação, a enunciativa não rompe com o interdiscurso religioso, mas o reinscreve sob outras filiações e afinidades discursivas, mobilizando os mesmos recursos simbólicos (a fé, os valores evangélicos) para atribuir-lhes novos sentidos.

Nesse processo, opera-se uma reconfiguração discursiva em que a fé deixa de ser articulada como instrumento de exclusão e passa a ser apresentada como fundamento para a empatia, a justiça social e a paz. A enunciativa, ao afirmar que “a campanha busca o voto evangélico com base na religião, mas sem fazer do púlpito um palanque”, marca uma ruptura com os modos de dizer característicos da oposição, ao mesmo tempo em que reivindica legitimidade dentro do mesmo espaço discursivo. Assim, seu *ethos* se constitui na encruzilhada de uma memória discursiva compartilhada, mas ressignificada: propõe-se uma outra forma de ser evangélica e de fazer política em nome da fé, menos excludente e mais dialógica.

Em resumo, tanto a imagem quanto a legenda articulam uma rede interdiscursiva que une política e religião para a construção de *ethé* complementares entre a enunciativa e Lula, ancorando sua legitimidade no campo da fé, mas com uma proposta alternativa à hegemonia discursiva bolsonarista. A enunciativa se apresenta como mediadora entre Lula e os evangélicos, figura de fé e política que mobiliza valores cristãos em defesa de uma candidatura democrática, popular e plural.

³⁷ Feliciano reafirma que PT vai fechar igrejas e diz que 'barra vai pesar'. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/08/feliciano-reafirma-que-pt-vai-fechar-igrejas-e-diz-que-barra-ira-pesar.shtml>.

Figura 18 — *Ethos* “mulher do povo”

Fonte: Silva (2022)

No carrossel da figura 18, postado no dia 10, a enunciadora aparece realizando campanha no Bairro de Fátima, passando pela feira local, visitando o Comitê Nacional de Luta Nova Sepetiba e interagindo com eleitores e outros candidatos. Na ordem do não verbal, observa-se uma corporeidade marcada por gestos abertos, semblante sorridente, abraços e apertos de mão. Trata-se de um corpo que se expõe, que se faz visível e próximo, construindo um *ethos* de acessibilidade e afetividade. Como propõe Maingueneau (2008a, 2018, 2020), a corporeidade do enunciador não é um dado marginal, mas um operador discursivo essencial para a constituição de sua imagem. Esse corpo engajado, em deslocamento pelos espaços populares, inscreve-se numa cena englobante de militância política e compromisso social.

As imagens do carrossel registram a candidata em ambientes simples, ao lado de moradores de periferia, reforçando uma cenografia discursiva ancorada na luta popular, construída visualmente pela presença da candidata em espaços periféricos, cercada por moradores, com sorrisos e abraços registrados em carrossel de imagens. Essa cenografia, construída a partir da maneira como o corpo da enunciadora ocupa o espaço e interage

com seus interlocutores, contribui para um *ethos* de raiz popular, legitimado não apenas pelo que é dito, mas, sobretudo, pelo que se mostra na performance enunciativa. O iconotexto, ou seja, a articulação entre texto e imagem, amplia os efeitos de sentido ao conjugar o visual e o verbal na construção da cena de enunciação. A presença da candidata nesses espaços não é meramente ilustrativa, mas performática: ela incorpora valores como solidariedade, resistência e coletividade, que são atualizados no contato direto com os sujeitos a quem se dirige.

O esquema de cores — vermelho, laranja e branco, com a candidata trajando amarelo — opera como elemento de saliência, destacando sua figura no cenário e reafirmando sua identidade partidária. A alegria dos rostos ao redor e o sorriso constante da candidata reiteram uma imagem discursiva de acolhimento, sugerindo que sua presença produz efeitos afetivos de identificação e reconhecimento. Trata-se de uma cena de enunciação marcada pela intensificação do contato e pela performatividade de valores políticos, na qual o *ethos* se constrói tanto por meio da linguagem verbal quanto pela inscrição do corpo e do afeto na cena.

A legenda “**Nossa campanha está nas ruas, com propostas verdadeiras** para mudar a vida do povo brasileiro” ancora-se numa estrutura sintática simples, mas de forte valor discursivo. A oração principal: “Nossa campanha está nas ruas”, atualiza uma cena de enunciação situada, em que a candidata se coloca como corpo presente no espaço público. O sintagma “nas ruas” aciona um *ethos* de engajamento popular e aproximação com as bases, compondo uma cenografia em que o discurso se ancora na legitimidade da presença física. A sequência “com propostas verdadeiras para mudar a vida do povo brasileiro” funciona como argumento de autoridade: a adjetivação “verdadeiras” constrói um *ethos* de honestidade e compromisso ético, enquanto o verbo “mudar” projeta um horizonte de transformação, vinculando a candidata a um discurso de esperança e ação concreta. Nesse enunciado, o fiador é o próprio corpo militante da candidata, que se desloca pelos territórios, instaurando credibilidade pelo fazer político.

Na legenda seguinte: “Conversamos com os moradores do bairro sobre as mudanças que queremos para o Brasil, e a importância de eleger Lula no primeiro turno. Vamos juntos lutar por um estado com mais trabalho, saúde e educação”, há um deslocamento enunciativo que intensifica a relação com o interlocutor. O uso do verbo “conversar” implica uma relação horizontal e participativa, fundando um *ethos* democrático e coletivo. A oração subordinada “as mudanças que queremos para o Brasil” insere o discurso num campo de projeção, em que o verbo “querer” aciona uma

temporalidade do desejo e da mobilização, não da promessa fechada. Diferente do uso do futuro simples, o presente do indicativo (“queremos”) reforça um engajamento contínuo, ainda em curso, sustentando uma cena de enunciação em processo.

Já a estrutura “Vamos juntos lutar por um estado com mais trabalho, saúde e educação” desloca o enunciado para um imperativo coletivo, convocando o interlocutor à ação. O uso do futuro perifrástico “Vamos lutar” diferencia-se do futuro simples por sugerir ação imediata e engajamento conjunto, promovendo uma incorporação do eleitor ao enunciado. A enumeração final de “trabalho, saúde e educação” opera como recurso de saliência, condensando os eixos principais da proposta política e reforçando a materialidade discursiva da campanha. As frases curtas, a sintaxe direta e a coordenação reforçam um tom mobilizador e acessível, compatível com a cena de enunciação da campanha, cuja força reside não na complexidade argumentativa, mas na eficácia comunicativa do engajamento.

Figura 19 — *Ethos de líder do povo*



Fonte: Silva (2022)

A postagem acima, feita 12 dias antes das eleições de 2022 (dia 20), insere-se em um discurso mobilizador e de apelo emocional, próprio dos momentos decisivos em campanhas

eleitorais. No nível visual, o fundo da imagem é dominado pelas cores vermelho, amarelo e laranja, que são tonalidades padrão no perfil da candidata e têm forte ligação com sua identidade partidária. A candidata aparece no centro da imagem, usando um blazer vermelho e uma blusa branca, cores que evocam sua filiação ao partido e a seriedade de sua candidatura. A imagem também destaca o gesto da candidata com os dedos formando a letra “L”, símbolo amplamente associado a Lula, reforçando a vinculação de sua candidatura ao projeto político representado por ele. A presença da estrela vermelha ao lado de seu nome, junto com a menção de “Lula 13” e de outros candidatos da coligação, reforça essa estratégia de aliança política.

A tipografia utilizada para destacar o nome e o número da candidata (“Vote Benedita 1377”) em vermelho e branco sob um fundo amarelo, facilita a memorização e reforça a visibilidade da informação essencial para o momento do voto. A frase adicional “para mudar o Rio e o Brasil” posiciona a candidatura dentro de um projeto político mais amplo, alinhando-a com uma proposta de transformação nacional. Essa articulação também a vincula ao projeto de Lula, fazendo da candidata uma representante do movimento que, embora regional, almeja uma mudança em todo o território nacional.

A construção discursiva da frase “ter de novo sua vez” remete ao bordão de seu partido, “O Brasil feliz de novo”, no qual o verbo “ter” adquire um valor de posse e direito, sugerindo a recuperação de um espaço político antes perdido. O grupo nominal “povo preto e pobre” funciona como um marcador de identidade coletiva, acionando um *ethos* de reparação e compromisso social, ao reforçar a interseccionalidade da candidata como mulher, negra e favelada, e destacar sua representatividade em relação aos grupos marginalizados. Segundo Maingueneau (2008), o *ethos* se constrói a partir da capacidade do enunciador de criar uma identificação com seu público e de se posicionar dentro de um campo social, político ou étnico. Ao evocar o “povo preto e pobre”, a candidata se posiciona como aliada dessas camadas da população e como alguém que busca reparação histórica. A locução adverbial “de novo” desempenha um papel crucial na construção do discurso, indicando a retomada de um direito anteriormente retirado, e estabelece uma narrativa de recuperação e continuidade. Dessa forma, o tom direto e o uso de uma estrutura sintática simples conferem à frase um impacto emocional, essencial para o contexto da campanha.

No nível discursivo, a primeira oração “a hora do amor e da esperança triunfarem” insere um campo semântico emotivo e inspiracional, essencial para a mobilização do eleitorado. Os substantivos “amor” e “esperança” atuam como sujeitos da ação, evocando sentimentos de união e confiança, e reforçando um *ethos* de esperança e mudança. A escolha

do verbo “está chegando” enfatiza que o momento de ação, a eleição, está próximo, convocando os eleitores a se prepararem para um ato concreto de transformação.

A segunda frase “Daqui a 12 dias, a gente vai eleger @lulaoficial presidente e Benedita da Silva 1377 deputada federal!” utiliza uma estrutura sintática direta e objetiva, típica de campanhas eleitorais. O uso do futuro perifrástico “vai eleger” sugere uma ideia de confiança e certeza, transmitindo um *ethos* de mobilização e ação imediata. A menção direta aos candidatos e seus respectivos cargos reforça o caráter instrucional do enunciado, orientando o eleitor sobre o que deve ser feito.

7.2 Perfil de Érika Hilton

A enunciadora 2, ao incluir em seu perfil a indicação do pronome pelo qual se identifica, “ela/she/ella”, efetua um ato de autoafirmação que transcende a mera representação linguística. Essa escolha não apenas sinaliza sua identidade de gênero como mulher, mas também se insere em um contexto mais amplo de visibilidade e reconhecimento no espaço digital. O uso do pronome abrangendo três diferentes idiomas ressalta a diversidade e a fluidez de identidades que a contemporaneidade demanda, permitindo que a enunciadora 2 se conecte com uma audiência global, ao mesmo tempo em que reafirma sua experiência singular.

Figura 20 — Bio de Érika Hilton



Fonte: Hilton (2022)

Ademais, ao detalhar suas atribuições políticas, a enunciadora 2 se posiciona como “Político(a)”, “Líder do PSOL e da Rede na Câmara dos Deputados” e “Deputada Federal por São Paulo (23-27)”, fornecendo informações concretas sobre sua atuação. A utilização de emojis, como 🇧🇷, 🇧🇷, 🇧🇷 e 🇧🇷, enriquece o discurso e serve como um recurso visual que sintetiza suas posições e seus compromissos políticos.

O emoji 🏳️ não apenas remete à bandeira do PSOL, representando os ideais socialistas e progressistas do partido, mas também indica sua afiliação política; 🏳️🏳️ é um emblema de apoio ao antirracismo, enfatizando seu engajamento na luta contra a discriminação racial; 🏳️🏳️🏳️ simboliza sua solidariedade com a comunidade transgênero, refletindo um posicionamento claro em defesa dos direitos LGBTQIA+; e 🏳️ representa a ideologia do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do qual é membro.

Nesse sentido, a biografia da enunciativa não apenas funciona como uma apresentação de sua identidade e função, mas também como uma afirmação política que se articula por meio de linguagem inclusiva e elementos visuais, contribuindo para a construção de uma imagem pública que comunica suas convicções e seu compromisso com a diversidade e a justiça social. Este tipo de construção identitária, que utiliza pronomes e símbolos representativos, é fundamental para a promoção de uma comunicação mais inclusiva e para o reconhecimento da diversidade nas esferas pública e digital.

Figura 21 — Destaques de Érika Hilton - parte 1



Fonte: Hilton (2022)

Figura 22 — Destaques de Érika Hilton - parte 2



Fonte: Hilton (2022)

Figura 23 — Destaques de Érika Hilton - parte 3



Fonte: Hilton (2022)

A enunciadora 2 utiliza os destaques de sua conta no *Instagram* para compartilhar momentos significativos de sua atuação política e pessoal, com ênfase nas questões da comunidade LGBTQIA+ e em ações sociais. Entre os destaques, “Fala, Erika!” apresenta vídeos de discursos sobre temas de interesse público e sua atuação parlamentar. “Nas ruas!” documenta sua participação em eventos e manifestações, destacando o contato direto com a população e o engajamento cívico. O destaque “Lançamento” refere-se ao evento de pré-candidatura da enunciadora no Teatro Oficina, enquanto “5ª Marcha Trans” e “Parada LGBTQIA+” registram sua presença em eventos que promovem os direitos dessa comunidade LGBTQIA+. “Políticas LGBTQIA” divulga uma audiência pública para discutir políticas voltadas a essa comunidade.

Os destaques também incluem a “Inauguração □2□”, que mostra a abertura da Casa Florescer II, um centro de acolhida especial para travestis e mulheres transexuais, e “Segue a Líder □”, que destaca sua atuação como líder do PSOL na Câmara de São Paulo. “Na CPI Trans” informa sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a violência contra pessoas trans e travestis. Outros destaques incluem “Agasalho□2022”, que relata uma ação de arrecadação de agasalhos, e a participação em um evento da Comunidade Negra Iadalin em São Sebastião, que promove ações antirracistas e a construção da identidade negra.

A enunciadora também promove seu projeto de lei para combater a fome e a pobreza em “Combate à Fome”. Em “Baile da Vogue”, a enunciadora mostra sua presença em um evento social com celebridades, enquanto “Na Câmara 1” registra suas atividades e pautas na Câmara dos Deputados. Por fim, “Na Mídia” destaca suas aparições em veículos de comunicação, como o programa Roda Viva, e “Nas Ruas” apresenta mais atividades de engajamento comunitário. Através desses destaques, a

enunciadora não apenas compartilha sua trajetória, mas também promove a luta por direitos e inclusão social.

Para Maingueneau (2008), o discurso não pode ser analisado isoladamente, mas sim dentro do dispositivo enunciativo que o sustenta. No caso da enunciadora, seu *Instagram* é um espaço em que diferentes formas de enunciação coexistem: registros audiovisuais de eventos, discursos políticos, participação midiática e manifestações culturais. Esse conjunto de práticas discursivas reforça um *ethos* de engajamento e legitimidade, pois ela se apresenta não apenas como uma parlamentar, mas como uma ativista inserida em diversas arenas políticas e sociais. Os destaques como “*Nas Ruas!*” e “*5ª Marcha Trans*” evidenciam essa construção, pois posicionam a enunciadora 2 em espaços de mobilização coletiva, conferindo autenticidade ao seu discurso. Ao se mostrar fisicamente presente em manifestações e eventos da comunidade LGBTQIA+, ela fortalece sua credibilidade enquanto representante desse grupo.

As estratégias de discurso adotadas pela enunciadora têm diversas implicações para a construção de seu *ethos*, especialmente no contexto político e social atuais. Ao compartilhar momentos de sua atuação política e social, a enunciadora 2 se apresenta como uma figura acessível, o que pode fortalecer sua conexão com os eleitores. A ênfase em sua atuação em eventos como a Parada LGBTQIA+ e a 5ª Marcha Trans reforça seu papel como defensora dos direitos dos grupos minoritários e da diversidade. Essa posição não apenas amplia sua visibilidade entre os eleitores que valorizam a inclusão, mas também ajuda a desafiar estereótipos negativos associados a mulheres negras na política, construindo um *ethos* como uma representante firme e atuante nas lutas sociais.

A apresentação das atividades legislativas da enunciadora 2 constrói seu *ethos* como uma legisladora informada, aumentando a confiança do eleitorado em sua capacidade de representar seus interesses. Ao desafiar estereótipos históricos sobre mulheres negras na política, ela se posiciona como uma figura inspiradora, redefinindo o significado de ser mulher negra na política e influenciando novos imaginários. Sua imagem de ativista e seu engajamento direto com a população contribuem para uma percepção positiva e dinâmica, essencial em um cenário político onde a imagem pública é decisiva para a aceitação de uma parlamentar.

7.2.1 Postagens escolhidas para análise

As postagens da enunciadora 2 nos permitem observar a construção de seu *ethos* discursivo, caracterizado pela defesa de pautas políticas progressistas, com forte engajamento em causas sociais. A enunciadora 2, como uma deputada negra e uma das vozes mais proeminentes no ativismo LGBTQIA+, constrói sua imagem pública como uma defensora de minorias políticas e sociais. Nas postagens analisadas, o *ethos* discursivo que ela adota combina autoridade, envolvimento emocional e uma postura de liderança, ao mesmo tempo em que se comunica, de forma acessível e direta, com seus seguidores. Seus posts foram, no período analisado, majoritariamente voltados às pautas que discute e defende, ou seja, aquelas relativas à população LGBTQIA+, à negritude, ao apoio a políticos de esquerda, principalmente ao presidente, e à divulgação de sua própria campanha. No mês de Setembro de 2022, a enunciadora fez 29 postagens, o que dá uma média de 1.38 ao dia, frequência bem menor que a da enunciadora 1.

Figura 24 — *Ethos* de ativista



Fonte: Hilton (2022)

A postagem da enunciadora 2, no dia 07, revela um discurso estruturado de maneira progressiva em três enunciados que reforçam a defesa dos direitos da população LGBTQIA+.

A sua corporeidade, com gestos enfáticos, constrói um *ethos* de liderança, posicionando a enunciadora como alguém que explica e defende direitos, esclarecendo mal-entendidos ou preconceitos e buscando garantir direitos fundamentais.

No primeiro quadro, a frase “Nós não queremos impor nada a ninguém!” tem como principal estratégia discursiva a construção de um coletivo, através do uso da primeira pessoa do plural “nós”. Essa escolha cria uma identificação com o público, afastando a ideia de uma posição individualizada e enfatizando o caráter representativo e coletivo do discurso. A negação enfática com o uso de “não queremos” antecipa uma possível crítica e refuta a ideia de que a luta pela liberdade da comunidade LGBTQIA+ se trata de uma imposição ideológica, o que faz com que o discurso se ancore na defesa de direitos e liberdade. Ao adotar essa postura, a enunciadora constrói um *ethos* de autoridade e firmeza política, mas também um *ethos* de defesa de um direito coletivo, conforme a abordagem de Maingueneau (2020), em que o *ethos* se constrói na relação do sujeito com seus interlocutores.

O segundo quadro apresenta a frase: “A nossa intenção não é fazer com que ninguém seja gay, lésbica, trans...”. A repetição da estrutura negativa reforça a ideia de que a enunciadora nega qualquer intenção de conversão ou imposição de identidade. A palavra “intenção” desloca o foco da imposição para a motivação do movimento LGBTQIA+, sugerindo que a luta não se trata de convencer alguém a ser algo que não é, mas de garantir a liberdade de ser quem se é. A enumeração de identidades (“gay, lésbica, trans”) amplia a abrangência do discurso, incluindo todas as vertentes da comunidade LGBTQIA+, e não se limitando a um único grupo. Essa enumeração reflete um *ethos* inclusivo, no qual a enunciadora se posiciona como defensora de uma causa que abrange toda a diversidade da comunidade. Ao nomear explicitamente diferentes identidades, ela dá visibilidade a grupos diversos, o que reforça um compromisso com a ampliação da aceitação e o respeito pela diversidade.

No terceiro quadro, a frase “A nossa intenção é fazer com que as pessoas que assim são, possam ter a liberdade de existir!” reforça ainda mais a proposta de liberdade. A repetição da estrutura “nossa intenção” cria coesão discursiva, fazendo com que o público se lembre da motivação e propósito central do movimento. A utilização do verbo modal “possam” introduz a ideia de possibilidade e desejo, sugerindo que a liberdade de existir é algo que ainda está em processo e que exige luta para se concretizar. Ao contrário de uma garantia, a utilização de “possam” apresenta a liberdade como algo a ser alcançado. O verbo “existir”, ao ser destacado, simboliza o direito mais básico e fundamental da dignidade

humana, e sua escolha como verbo central sintetiza o *ethos* da enunciadora, que visa garantir o direito à vida e à liberdade sem imposições.

Essa construção discursiva, portanto, se alicerça nas categorias de *ethos* de Maingueneau (2008a, 2018, 2020), como a autoridade (através da corporeidade e gestos firmes), a inclusão (com a enumeração das identidades), e a defesa de direitos fundamentais (o direito à liberdade de existir). A enunciadora, ao se posicionar como defensora da liberdade e da dignidade humana, constrói um *ethos* de respeito, representatividade e compromisso com a causa LGBTQIA+, em um discurso claro e inclusivo, que enfatiza a ideia de que a luta é pela garantia de direitos e não pela imposição de qualquer identidade.

Figura 25 — *Ethos* de resistência política



Fonte: Hilton (2022)

A imagem publicada pela enunciadora 2 no dia 27, embora marcada por elementos de empoderamento e coletividade, também deve ser compreendida à luz das resistências que sua imagem pública enfrenta. Ao se apresentar como uma mulher negra e trans no espaço institucional da política, ela, assim como a enunciadora 1, colide frontalmente com os limites impostos pela branquitude enquanto regime de representação e pelo que Neusa Santos Souza (1983) define como mito negro. Segundo a autora, esse mito configura um sistema simbólico que impõe ao sujeito negro uma série de atributos desqualificadores, como a irracionalidade, a

sujeira, a inferioridade estética e moral. Ainda que o post busque reverter esses sentidos por meio da positividade da imagem e do discurso, é precisamente contra esse mito que a enunciativa opera: seu corpo dissidente, não só racial como de gênero, aparece como alvo frequente de tentativas de deslegitimação simbólica e institucional.

A iconografia do post – centrada na multiplicidade, no brilho e na resistência – pode ser lida como uma estratégia discursiva de reconfiguração simbólica frente à força desse mito. A paleta vibrante e os corpos dissidentes em destaque não apenas subvertem o lugar de apagamento destinado a tais sujeitos, mas também atuam como representações subversivas ao imaginário racial que animaliza e desumaniza. A presença da enunciativa na imagem, posicionada ao lado de outras figuras públicas igualmente marcadas por corporalidades dissidentes, produz efeitos discursivos que extrapolam a lógica individualizante típica da comunicação política tradicional.

A justaposição de rostos, como o de Pablo Vittar, Vera Eunice de Jesus e Linn da Quebrada, constrói uma rede de enunciação ampliada, na qual o *ethos* não se ancora em uma identidade única e centrada, mas se distribui entre sujeitos cujas trajetórias públicas já carregam um peso político e simbólico reconhecível. Nesse arranjo visual, o sujeito enunciativo é deslocado de um lugar exclusivo de autoridade discursiva, e o enunciado passa a ser sustentado por uma constelação de vozes. O efeito é a produção de um *ethos* compartilhado e coletivo, que opera como resistência à lógica da representação vertical e abre espaço para uma política da multiplicidade. Ao reunir essas imagens em um mesmo plano, o discurso se organiza a partir de um princípio de aliança e interdependência, no qual o reconhecimento do outro fortalece a legitimidade da cena enunciativa e desloca o foco da excepcionalidade para a construção conjunta de sentido.

A cena de enunciação se dá dentro de uma cena englobante eleitoral, marcada pela disputa por visibilidade e poder, mas a enunciativa reposiciona essa cena ao reinscrevê-la em um horizonte histórico de exclusão. Ao afirmar: “A política brasileira não foi feita para pessoas como nós”, ela ativa um *ethos* de denúncia. A estrutura impessoal da frase desloca o sujeito do enunciado, apagando a figura do agente opressor e salientando os efeitos do sistema. Este apagamento é estratégico e discursivamente produtivo: ele permite que o foco não recaia sobre indivíduos, mas sobre estruturas.

A expressão “pessoas como nós” constrói um *ethos* de aliança e empatia. O uso da primeira pessoa do plural invoca um coletivo historicamente marginalizado, ativando o caráter da enunciativa como alguém implicada nas mesmas lutas dos grupos que representa. Esse caráter está alinhado com a figura do fiador, conceito que, segundo Maingueneau (2020),

diz respeito àquele que garante a veracidade do discurso: a enunciadora torna-se fiadora da própria narrativa ao se posicionar não como representante tradicional, mas como parte do grupo excluído que busca transformar a política.

Na sequência da legenda, há uma ampliação do escopo argumentativo: “Desde a sua fundação, o Brasil foi marcado pela violência contra mulheres e homens negros, LGBTQIA+, trabalhadores e desempregadas, indígenas, PCDs, defensoras dos direitos humanos e da justiça socioambiental”. A enumeração tem efeito cumulativo e fortalece o *ethos* engajado da candidata. A escolha do passado composto (“foi marcado”) indica que a violência não é um evento isolado, mas um traço contínuo da história brasileira, sustentando a tese de que a exclusão é estrutural. A saliência de grupos frequentemente silenciados reforça o caráter inclusivo da candidatura, apontando para uma cena de enunciação voltada à reparação histórica.

A imagem, por sua vez, colabora para a constituição de um iconotexto que enfatiza a multiplicidade e o brilho de sujeitos excluídos. A citação adaptada do poema de Maiakovski – “*Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome*” – e sua intertextualidade com a música de Caetano Veloso, amplia o alcance simbólico da postagem. A apropriação de um repertório cultural diversificado contribui para a construção de uma cena enunciativa plural, onde o *ethos* se faz não só pelo conteúdo do discurso, mas também por suas ressonâncias poéticas, musicais e visuais. O uso desse fragmento poético em um material de campanha opera como um gesto de incorporação de sentidos simbólicos – um modo de integrar arte e política como parte da identidade discursiva da candidata.

Por fim, a frase conclusiva: “Vamos mudar essa história? Dia 02 de Outubro, vote.” é marcada por um apelo direto, que reconfigura a cena de enunciação, deslocando o foco do diagnóstico para a ação. O uso da primeira pessoa do plural e do verbo no imperativo “vamos” constrói um *ethos* de liderança participativa. A candidata não apenas se posiciona como agente da mudança, mas convida o público a incorporar essa luta. A saliência, nesse trecho, recai sobre a transformação coletiva, enquanto o apagamento do “eu” da candidata reforça a natureza horizontal de sua proposta. Nesse gesto, a figura da enunciadora encarna a possibilidade de um novo tipo de representação: não a da política tradicional, mas a de uma política que se quer plural, inclusiva e viva.

Figura 26 — *Ethos de esquerdista*

Fonte: Hilton (2022)

Nessa imagem postada no dia 29, observamos um complexo iconotexto que articula múltiplos elementos verbais e visuais para construir uma narrativa político-afetiva. No plano imagético, destaca-se a figura de Lula sendo carregado por uma multidão, compondo uma cenografia de consagração popular. A cena englobante sugere um contexto de mobilização coletiva às vésperas da eleição, e o corpo de Lula, com braços abertos e sorriso no rosto, reforça seu *ethos* de líder carismático, próximo do povo. Seu olhar voltado para trás, em direção à multidão, sugere uma incorporação da coletividade como força propulsora de sua candidatura. A corporalidade aqui é fundamental: braços abertos indicam acolhimento e segurança, enquanto o sorriso transmite confiança e vitória iminente.

O fundo azul, sobre o qual se destaca a porcentagem de 50% nas intenções de voto, funciona como moldura e suporte da mensagem principal, sendo também o palco onde surge, em opacidade, a figura de Jair Bolsonaro. Este aparece com expressão de desespero ou raiva (boca aberta e sobrancelhas arqueadas) numa cena de apagamento simbólico, contrastando

com a saliência de Lula. A presença esmaecida do adversário contribui para reforçar o *ethos* vitorioso do candidato petista e a narrativa de declínio do bolsonarismo.

No canto inferior direito, a enunciadora 2 aparece em destaque, com semblante fechado e olhar direto para a câmera. Sua postura é de enfrentamento, rompendo com a euforia do entorno. O corpo ereto e a ausência de sorriso constroem um *ethos* combativo e determinado. A camiseta com a palavra “Bolsofóbica” instaura uma estratégia discursiva de apropriação e reversão de sentido: aquilo que seria um xingamento ou acusação torna-se emblema de resistência. Segundo Maingueneau (2020), o *ethos* é também performático e se realiza nas estratégias discursivas e corporais da enunciadora, o que se evidencia aqui na forma como ela se apresenta: uma fiadora do discurso antiautoritário. A expressão “bolsofóbica” também projeta uma resposta contundente à homofobia³⁸ institucionalizada, frequentemente naturalizada no discurso bolsonarista. Ademais, ele questiona decisões que buscam criminalizar a homofobia³⁹, e frequentemente retrata a comunidade LGBTQIA+ como uma ameaça à chamada “família tradicional brasileira”. O uso dessa palavra sintetiza o embate entre dois projetos de país, revelando uma tensão entre corpos dissidentes e o discurso hegemônico conservador. Assim, o *ethos* da enunciadora se ancora na cena englobante de uma política violenta e excludente, sendo ela própria o corpo dissidente que resiste e denuncia.

A legenda que acompanha a imagem aprofunda essa construção, adotando um tom de urgência e convocação. A frase em caixa alta “TEM QUE SER NO 1º TURNO” funciona como um comando, uma injunção voltada à ação coletiva. O modalizador “tem que” reforça a obrigação, enquanto “no 1º turno” delimita o tempo e a meta. Trata-se de uma cenografia típica do discurso político militante, em que o enunciador se apresenta como mobilizador e estrategista.

A frase “Nosso presidente @LulaOficial 1  3  se mantém com possibilidades reais de GANHAR a eleição já nesse domingo, segundo o DATAFOLHA!” reforça o pertencimento e a coletividade por meio do pronome “nosso”, funcionando como estratégia de coesão e identificação. O *ethos* de fiadora se fortalece, pois a candidata se coloca como alguém que fala em nome de um grupo politicamente engajado. A referência ao instituto de

³⁸ Bolsonaro já disse em entrevistas que é “homofóbico, com muito orgulho”. Disponível em: https://classic.exame.com/brasil/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-temos-familias-diz-bolsonaro/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento

³⁹ Bolsonaro critica decisão do STF de criminalizar homofobia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-06/bolsonaro-critica-decisao-do-stf-de-criminalizar-homofobia>

pesquisa DATAFOLHA ancora o discurso na credibilidade, reforçando o caráter verossímil da narrativa.

Além de tudo isso, o uso das *hashtags* incluem: “#LulaPresidente, #LulaNoPrimeiroTurno e #DeputadaFederal”, reforçando seu alinhamento político e facilitando a disseminação do conteúdo dentro do algoritmo das redes sociais, já que o

Instagram não possui ferramentas específicas para a criação de grupos, embora existam as *hashtags*, que funcionam como agregadores de palavras-chave e conteúdo. Ao colocar o símbolo “#” seguido de uma palavra ou conjunto de palavras sem espaço, gera-se um link para postagens que usaram a mesma *hashtag*. Isso possibilita encontrar interesses em comum e aumenta o relacionamento entre os usuários (Aragão *et al.*, 2016, p. 138)

A sequência “**Todo voto** virado será fundamental para essa vitória! **Sem descanso!**” intensifica o apelo mobilizador. O uso do verbo “virar” evoca a ideia de transformação e convencimento, enquanto “sem descanso!” age como fórmula de exortação típica da retórica política em momentos decisivos. Aqui, a enunciativa assume a posição de estrategista, uma figura que não apenas participa do processo, mas conduz e orienta, incorporando um *ethos* de liderança coletiva.

Portanto, a composição verbo-visual instaura um iconotexto que conjuga múltiplas vozes, imagens e afetos. A corporalidade da enunciativa, sua expressão facial, o texto estampado na camiseta, o destaque dado aos números e à figura de Lula e a presença opaca de Bolsonaro constroem uma narrativa de enfrentamento, vitória e mobilização, em que a candidata se apresenta como fiadora e corpo-síntese de um movimento político que clama por justiça social e combate ao autoritarismo.

Figura 27 — *Ethos de credibilidade*

Fonte: Hilton (2022)

A figura acima, publicada no dia 06, apresenta um iconotexto no qual a imagem e os enunciados verbais articulam-se para construir uma imagem política marcada por credibilidade, acolhimento e engajamento. A enunciadora aparece trajando um blazer rosa-claro sobre uma blusa branca, combinação cromática que remete à delicadeza e ao acolhimento, atributos culturalmente associados ao feminino e à luta pelos direitos das mulheres, especialmente no contexto do feminismo interseccional. Essa escolha de cores — rosa e branco — contribui para a constituição do seu caráter, transmitindo uma imagem de confiabilidade e afeto. O uso reiterado dessas cores integra uma cenografia discursiva que, ao se repetir, sustenta uma encenação marcada por sensibilidade, afeto e inclusão — características reforçadas pelo entrelaçamento entre visualidade, tom verbal e corporeidade da enunciadora.

No plano da corporeidade, a postura da enunciadora 2, com semblante neutro e o olhar fixo para a câmera, estabelece uma conexão direta com o espectador, criando um efeito de proximidade e seriedade. Seu corpo comunica simultaneamente sobriedade e acessibilidade, articulando sua performance pública a uma presença firme, que resiste e afirma. A

centralidade de sua imagem nesse espaço visual também promove um jogo de saliência, em que a candidata se destaca como figura de autoridade política, ao mesmo tempo em que incorpora atributos afetivos.

A cenografia se constrói na articulação entre visualidade, estilo e interpelações, refletindo as lógicas da enunciação digital e a estética jovem das redes. Além disso, a fonte manuscrita utilizada no nome “Érika Hilton 5070” introduz uma camada de personalidade ao conjunto, contrastando com as fontes mais formais utilizadas nos dados e propostas. Este contraste estabelece a convivência entre dois aspectos da imagem da candidata: uma figura pública consolidada (o fiador político, referendado por feitos concretos) e uma pessoa acessível, próxima do eleitor (a incorporação de uma figura relacional, humanizada).

A cena de enunciação é predominantemente didática e informativa, construída a partir de uma interrogação direta ao eleitorado: “Você conhece Erika Hilton?”. Esse enunciado instaura uma relação dialógica com o público, convocando-o a participar da cena discursiva. Trata-se de uma cena midiaticizada, típica das redes sociais, cuja cena englobante é o contexto eleitoral de 2022, marcado pela ascensão de candidaturas progressistas com forte presença digital e pela disputa simbólica em torno da representatividade e dos direitos civis.

As frases que destacam suas conquistas — “Vereadora mais votada de todo o país em 2020”, “Pode ser a primeira travesti eleita deputada federal no Brasil” — operam na constituição de um *ethos* de pioneirismo e relevância histórica, reiterando sua condição de exceção num sistema político estruturalmente excludente. Ao mesmo tempo, essas frases posicionam a candidata como agente de transformação, ampliando seu apelo a diversos segmentos do eleitorado. Há, aqui, uma convivência entre o individual e o coletivo: suas conquistas pessoais são convertidas em símbolos de avanço social. A forma de apresentação dessas informações, por meio de marcadores organizados, contribui para uma leitura eficiente e para a fixação da imagem pública da candidata.

O uso do verbo “poder” na frase “Pode ser a primeira travesti eleita deputada federal no Brasil” cria uma abertura para a ação do público, convocando o eleitor a intervir para que essa possibilidade se concretize. Ao mesmo tempo, projeta o futuro, não como algo passivamente aguardado, mas como algo a ser construído — daí o uso do futuro do presente em “sejam leis”, que reforça o caráter de projeto transformador e continuidade da luta política. A incorporação de valores e bandeiras progressistas, como os direitos da população LGBTQIA+ e o fim da guerra às drogas, reafirma o engajamento da candidata com pautas estruturais da esquerda contemporânea.

A legenda e os comandos textuais também se articulam à construção do *ethos*. O uso da hashtag “#ErikaHilton5070” reforça a identidade digital da campanha, ao passo que a frase “Marque 3 pessoas que PRECISAM conhecer Érika Hilton antes do dia 02/10!” opera como um ato de fala diretivo, típico de postagens engajadas. O verbo no imperativo “marque”, a exigência numérica concreta (“3 pessoas”) e o uso de letras maiúsculas em “PRECISAM” promovem um apelo urgente, direto, e transformam o receptor do post em sujeito ativo da campanha. O componente temporal “antes do dia 02/10” ancora o discurso na cena eleitoral em curso, intensificando o apelo à ação imediata.

A figura, enquanto iconotexto, expressa uma articulação visual e verbal eficaz que projeta a enunciadora como uma liderança política jovem, combativa e sensível. O apagamento de elementos tradicionalmente associados à formalidade masculina na política (terno escuro, postura impositiva, gestos autoritários) é substituído por uma saliência do feminino, do afeto e da pluralidade, compondo um *ethos* insurgente, que se posiciona como alternativa concreta ao modelo político hegemônico. O *ethos* resultante é múltiplo: combina força e delicadeza, racionalidade e afetividade, projeto político e vivência identitária — um *ethos* de ruptura e reinvenção.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu do reconhecimento da sub-representação das mulheres negras na política institucional brasileira e da importância de compreender como suas vozes se constroem nos espaços digitais, especialmente em plataformas como o *Instagram*. Nesse contexto, o trabalho buscou contribuir para os estudos sobre discurso político e representação, oferecendo uma análise discursiva centrada nas estratégias de construção de *ethos* por parte de deputadas negras. O foco em Benedita da Silva (PT) e Érika Hilton (PSOL) permitiu observar como diferentes trajetórias, estilos e posicionamentos ideológicos se manifestam por meio de escolhas discursivas e performativas nas redes sociais.

Partindo dessa perspectiva, o objetivo geral foi compreender os *ethé* projetados pelas postagens das deputadas analisadas. Para isso, adotaram-se três objetivos específicos: (1) examinar a construção do *ethos* discursivo nas postagens do *Instagram*; (2) identificar estratégias discursivas utilizadas; e (3) discutir a contribuição desses discursos para a construção de novas representações da mulher negra no espaço político e seus possíveis efeitos sobre a presença dessas mulheres na política institucional brasileira.

A análise das postagens indicou que os três objetivos foram plenamente alcançados. Em relação ao primeiro, observou-se que os *ethé* construídos por ambas as deputadas são resultado de uma combinação entre elementos verbais, visuais e contextuais, articulados por meio das noções de cenografia, cena de enunciação e cena englobante. No caso de Benedita da Silva, o *ethos* construído se caracteriza como um *ethos* garantidor, baseado em sua trajetória histórica, nas marcas de institucionalidade e na autoridade conquistada ao longo de décadas de atuação política. Sua imagem é performada com sobriedade, religiosidade e uma linguagem que alterna registros formais e afetivos, promovendo identificação com parcelas amplas do eleitorado popular.

Já no caso de Érika Hilton, o *ethos* que emerge é o da incorporação radical, que se ancora em sua identidade como mulher trans negra, jovem e militante. Sua performance discursiva valoriza a presença, a afetividade e a visibilidade de corpos dissidentes no espaço político, fazendo uso intenso de recursos próprios da cultura digital, como emojis, hashtags, vídeos curtos e estéticas visuais marcantes. Essa abordagem permite a constituição de um *ethos* disruptivo, cuja legitimidade se afirma não apenas por sua trajetória institucional, mas sobretudo por sua atuação direta no campo das disputas simbólicas e representativas contemporâneas.

Quanto ao segundo objetivo, foi possível identificar uma diversidade de estratégias discursivas empregadas por ambas, desde o uso da primeira pessoa, interpelações diretas ao público, até a mobilização de marcadores visuais, como roupas, expressões faciais, cenários e filtros. As postagens analisadas revelaram um trabalho sofisticado de encenação discursiva, em que a imagem pública de cada parlamentar é cuidadosamente elaborada para atender às exigências das plataformas digitais e aos valores das cenas englobantes que atravessam suas falas.

Por fim, em relação ao terceiro objetivo, a pesquisa demonstrou que os discursos dessas deputadas contribuem significativamente para a construção de novas representações da mulher negra na política, desafiando estereótipos, tensionando modelos hegemônicos de autoridade e ampliando as possibilidades de identificação para eleitoras e eleitores. Ambas atualizam, à sua maneira, a figura da mulher negra política: Benedita como símbolo de resistência histórica e sabedoria popular; Érika como expressão de uma geração que reivindica protagonismo a partir da interseccionalidade de raça, gênero, sexualidade e juventude.

Entretanto, cabe destacar algumas limitações que condicionam a interpretação dos resultados. O recorte restrito a duas parlamentares limita a abrangência e a possibilidade de generalização sobre as representações discursivas das mulheres negras na política brasileira. Além disso, a escolha de analisar apenas postagens no *Instagram* implica uma visão parcial do universo discursivo dessas deputadas, excluindo outras mídias e contextos comunicativos que podem apresentar dinâmicas distintas. Do ponto de vista metodológico, a análise discursiva em redes sociais envolve desafios como o recorte temporal das postagens selecionadas, os critérios subjetivos de escolha dos materiais e a interpretação dos efeitos de sentido, que dependem do contexto e podem variar entre diferentes públicos e momentos.

Apesar das limitações, o estudo contribui de forma significativa ao mapear modos específicos de construção de ethos no contexto digital, revelando as tensões e possibilidades da representação de mulheres negras em espaços historicamente excludentes. Essas limitações, por sua vez, apontam para caminhos promissores em pesquisas futuras. Recomenda-se, nesse sentido, ampliar o corpus para incluir outras parlamentares negras, analisar diferentes plataformas e formatos discursivos, além de incorporar abordagens que considerem a recepção e os efeitos concretos dessas construções. Esses desdobramentos podem aprofundar a compreensão sobre os processos de legitimação, resistência e transformação política protagonizados por mulheres negras na atualidade.

Em síntese, este trabalho contribui para a Análise do Discurso político ao evidenciar como deputadas negras constroem seus *ethé* nas redes sociais, articulando linguagem, imagem e performance para afirmar presença e disputar sentidos no espaço político. A análise mostrou que essas construções não apenas revelam estratégias individuais de representação, mas também tensionam normas institucionais e sociais historicamente excludentes. Ao examinar essas práticas discursivas no ambiente digital, o estudo abre espaço para novas reflexões sobre os modos contemporâneos de fazer política, ampliando o debate sobre representação, autoridade e participação de mulheres negras na esfera pública brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMÂNCIO, Cardes Monção. **Biopolítica, cinema e a construção do devir-afro-pindorâmico**. Tese (doutorado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2019.

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

ARAGÃO, Fernanda Bôto Paz *et al.* **Curtiu, comentou, comprou. A mídia social digital Instagram e o consumo**. Revista Ciências Administrativas, vol. 22, pp. 130-161. Universidade de Fortaleza: Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4756/475655250006.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ARAÚJO, Ariella Silva. **A mulher negra no pós-abolição**. Revista da ABPN, p. 22–36, 2013.

ARAÚJO, Luana Leite Pereira de; RIOS, Riverson. A popularização das redes sociais e o fenômeno da Orkutização. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Recife: Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-0590-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ATRAVESSANDO O TEMPO E CONSTRUINDO O FUTURO DA LUTA CONTRA O RACISMO. 2017. 1 vídeo (130 min). Publicado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Disponível em: <https://youtu.be/waCyuZZap9I>. Acesso em: 20 nov. 2024.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. v. 2: A experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENAKOUCHE, Tamara. **Redes Técnicas/Redes Sociais: Pré-História da Internet no Brasil**. São Paulo: Revista USP, n. 35, p. 124–133, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). **Memória e Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. [Constituição, (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891**. Brasília, DF. Presidência da República, [1891]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92090/constituicao-da-republica-dos-estados-unidos-do-brasil-91#art-70>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF. Presidência da República, [1890]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BUTLER, Judith P. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência**. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). São Paulo, 2019. Disponível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cent_na_midia_anexos/NT20.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional, In : PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) O trabalho da tradução. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 309-326, 2009. Disponível em: <https://www.patrick-charauveau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em 20 nov. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. Diálogos Latinoamericanos, Universidad de Aarhus Latinoamericanistas, 2005.

Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978. Acesso em: 05 mai. 2024.

DOSSIÊ Intolerâncias visíveis e invisíveis no mundo digital. Comunica que muda. São Paulo: Nova/sb, 2016. Disponível em:

<https://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nas-redes/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro**. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.

FRANCISCO, Mônica. **Mulheres Negras na Política: O Futuro é uma Mulher Preta**. Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 232–234, 2019.

GARCIA, Manon. **Discurso e narrativa política**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br> Acesso em: 09 mar. 2024.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

IPSOS. **Global Religion 2023: Religious Beliefs Across the World**. 2023. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2023-05/Ipsos%20Global%20Advisor%20-%20Religion%202023%20Report%20-%2026%20countries.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025.

JUNGBLUT, A. L. Práticas ciberativistas, agência social e ciberacontecimentos. **Vivência: Revista de Antropologia**. n. 45, p. 13-22, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8246>. Acesso em 03 ago. 2024.

JUNQUEIRA, Eduardo; PAZ, Tatiana. Ativismo em rede e pedagogia decolonial articulados por mulheres negras no Youtube. **Revista Teias. Edição Especial: Educação ativista na cibercultura: experiências plurais**. v. 20, p. 22-39, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/43059/31260>. Acesso em 03 ago. 2024.

KEMP, Simon. Digital 2022: Brazil. **DataReportal**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil>. Acesso em: 02 jun. 2024.

KEMP, Simon. Digital 2024: Brazil. **DataReportal**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 02 jun. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MONTIBELER, Débora Pinheiro da Silva e MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. **Pardismo, Colorismo e a “Mulher Brasileira”: produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara**. Florianópolis: Rev. Estud. Fem., 2023,

MAGNONI, Antonio Francisco; CAMARGO, Aline Cristina; MIRANDA, Giovani Vieira. **A internet como indutora da participação política: mídia, tecnologia e engajamento nos ambientes digitais**. Comunicologia. Brasília, UCB, v.10, n.2, p. 182-201, jul./dez. 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírío Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 11 – 29. Disponível em: https://www.corais.org/sites/default/files/10b_maingueneau_-_a_proposito_do_ethos.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

_____. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

_____. **L’ethos discursif et le défi du Web**. Tradução de Artur Viana do Nascimento Neto e Maria das Dores Nogueira Mendes. Forum lingüístic., Florianópolis, p. 9314-9324, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9159401.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

_____. **Retorno crítico à noção de ethos**. Tradução: Maria da Glória Corrêa di Fanti. Letras de Hoje, p. 321-330, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/32914>. Acesso em: 26 abr. 2025.

_____. **Variações do Ethos**. Tradução: Marcos Marcionilo, 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

MEDEIROS, Juliano. Por uma história do PSOL. **PSOL Socialismo e Liberdade**. Brasília. 2015. Disponível em: <https://psol50.org.br/por-uma-historia-do-psol/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3. 2012, p. 621-626. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63023334009.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2024.

MONSMA, Karl. **Racialização, Racismo e Mudança: Um Ensaio Teórico com Exemplos do Pós-abolição Paulista**. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH Brasil. Natal, 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_ARQUIVO_Monsmatrabalho.pdf. Acesso em: 2 ago. 2021.

MP apura racismo e injúria contra Maju, apresentadora do tempo da TV Globo. **Migalhas**. Ribeirão Preto, 2015. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/222965/mp-apura-racismo-e-injuria-contramaju--apresentadora-do-tempo-da-tv-globo>. Acesso em 22 jan. 2024

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica. Coleção Cultura Negra e Identidades. 2020.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> Acesso em: 20 ago. 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2016. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/11062/Sociologia_9d.pdf Acesso em: 20 abr. 2021.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA MULHER NA POLÍTICA. **Pesquisa Gênero e Raça nas Eleições. Nota Técnica nº 1: Análise comparada do perfil das candidaturas: 2014, 2018 e 2022.** Brasília: UnB, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/PDF%20NT%201.pdf/view>. Acesso em: 13 dez. 2023.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA MULHER NA POLÍTICA. **Pesquisa Gênero e Raça nas Eleições de 2022. Nota Técnica nº 6: Análise comparada do perfil das candidaturas: 2014, 2018 e 2022.** Brasília: UnB, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/nota-tecnica-06-colecao-estudos-em-parceria-analise-comparada-do-perfil-das-eleitas-2014-2018-e-2022> Acesso em: 29 jul. 2024.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2000.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas.** Tradução: Júlia Lourenço Costa e Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Nossa História. PT.** Brasília, 2016. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PINHEIRO, A.F.C; PINHEIRO, B.F.M. **Estratégias de neutralização de gênero no Português Brasileiro: questões estruturais e sociais.** Cadernos de Linguística, v. 2, n. 1, p. 01-23. 2021. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/download/326/386/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

QUADRADO, J. C.; FERREIRA, E. S. **Ódio e intolerância nas redes sociais digitais.** Revista Katálysis., Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428. 2020. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/3LNyLswf9rkhDStZ9v4YT3H/?lang=pt#>. Acesso em: 08 fev. 2024.

RAMOS, Penha Élide Ghiotto Tuão; MARTINS, Analice de Oliveira. **Reflexões sobre a rede social Instagram: do aplicativo à textualidade**. Texto Digital. Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 117-133. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2018v14n2p117/38182>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, Luciana; SILVA, Aline Kelly da. Por uma política de escrita do cotidiano: enfrentamentos ao racismo e sexismo na academia. In: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa (orgs.). **Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, p. 121-133. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/285047/001159026.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 abr. 2025.

ROEDEL, Hiran. **Do mito de Cam ao racismo estrutural: uma pequena contribuição ao debate**. AFRO-PORT. Afrodescendência em Portugal: sociabilidades, representações e dinâmicas sociopolíticas e culturais. Lisboa, 2017.

SILVA, Kathiusy Gomes da. Escravidão, escravizadas e a família escrava: mulher negra na formação da família escrava. In: **Encontro de História da Anpuh - MS**, Mato Grosso do Sul, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1535599459_ARQUIVO_EnsaoFamiliaescrava.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, Luciana Soares da. **A mulher na política: representação, gênero e violência no discurso jornalístico**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Luciana Soares da; CANO, Márcio Rogério de Oliveira; O discurso racista na internet: uma análise dos comentários, p. 61-82. In: **Discurso, Cultura e Negritude – Discurso e Cultura**. Vol. 4. São Paulo: Blucher, 2021.

SILVA, Taynara de Paula; CANO, Márcio Rogério de Oliveira. A construção social do negro no discurso jornalístico. In: CARREIRA, Rosângela Aparecida Ribeiro *et al.* (org.). **Discurso em perspectiva II [livro eletrônico]: conversa com pesquisadores e pesquisadoras**. Goiânia: Cegraf UFG, 2025. p. 127-162. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/774/745/3096>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SILVIO ALMEIDA | **Roda Viva** | 22/06/2020. Direção: TV Cultura. São Paulo: TV Cultura, 2020. 1 vídeo online (90 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TRUTH, Sojourner. Ain't I A Woman?. Women's Convention in Akron, Ohio. Fordham University, [1851], 2025. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/sojtruth-woman.asp>. Acesso em 15 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCCs, monografias, dissertações e teses**. 6. ed. Lavras, MG: 2025. DOI: <https://doi.org/10.60144/cpa.2025>. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/59838>. Acesso em: 12 abr. 2025.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. p. 259-307. In: **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Antonio Albino Canelas Rubim (org.). Salvador: Edufba, 2004.

WESTIN, Ricardo. Delito de 'vadiagem' é sinal de racismo, dizem especialistas. **Agência Senado**, Brasília, 15 set. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/09/delito-de-vadiagem-e-sinal-de-racismo-dizem-especialistas>. Acesso em: 03 ago. 2024.

ZANDAVALLE, Ana Claudia. Análise de dados visuais no Instagram: perspectivas e aplicações. In: **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, 2018. p. 80-96. Disponível em: <https://s3.ibpad.com.br/livros/Estudando-cultura-e-comunicacao-com-midias-sociais.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.